

Luiz Viana Filho

**Petroquímica e Industrialização
da
Bahia**

(1967 - 1971)

BRASÍLIA — 1984

DIAGRAMAÇÃO: *Roberto de Campos Nogueira*
CAPA: *Cosme Rocha*

Viana Filho, Luiz, 1908 -

Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 - 1971 / Luiz Viana Filho. — Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

154 p.

1. Petroquímica — Bahia — Discursos, ensaios, conferências. I.
Título.

CDD 661.804

SUMÁRIO

	Pág.
I — O enigma baiano	7
II — A decepção do petróleo	13
III — A Missão do BID	17
IV — O Centro Industrial de Aratu	27
V — A Petroquímica	33
VI — Uma breve polêmica	49
VII — A decisão do Presidente Médici	61
VIII — O Pólo de Camaçari	67

ANEXO I

Exposição sobre os principais programas governamentais em execução na Bahia, em 1969. Carta do Governador Luiz Viana Filho ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, em novembro de 1969	79
---	----

ANEXO II

Parecer do Grupo de Trabalho do <i>Geiquim</i> sobre a ampliação da Petroquímica União. Memorial ao Governador da Bahia, em janeiro de 1970.	97
---	----

ANEXO III

Discurso do Governador Luiz Viana Filho, por ocasião da visita do Presidente Emílio Garrastazu Médici à Bahia, em maio de 1970.	113
--	-----

ANEXO IV

Discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici ao visitar a Bahia, em maio de 1970.	117
---	-----

ANEXO V

Notas do Dr. Romulo de Almeida sobre o Complexo Petroquímico da Bahia, em janeiro de 1971.	121
---	-----

ANEXO VI

Ofício do Presidente Ernesto Geisel ao Ministro Pratini de Moraes sobre a Central Petroquímica da Bahia, em maio de 1972.	151
--	-----

O Enigma Baiano

A implantação da petroquímica representou a consolidação da industrialização da Bahia. Mudou-lhe a fisionomia econômica, criando esperança de prosperidade e, portanto, de vida melhor. Poucos, no entanto, conhecem as dificuldades vencidas. A estrada era longa e cheia de percalços. Cada passo exigiu algum sacrifício. Cada vitória teve um preço, por vezes alto, mas que devia ser pago para se alcançar o objetivo de assegurar aos baianos uma perspectiva de desenvolvimento. Após séculos de riqueza, empobrecêramos gradativamente ao tempo em que sentíamos as conseqüências do terrível e crescente desnível regional. Dia a dia maior distância nos separava do Sul, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por quê? As causas importavam menos do que os resultados. E o essencial seria mudarmos a roda da fortuna, que se nos mostrava tão adversa. Como a revertermos é o que emerge das páginas que se vão ler, úteis aos que pretenderem estudar a evolução da vida econômica da Bahia.

Minha geração quase não se interessou pelos problemas econômicos. Pouco pragmática, sonhadora, ela se voltava para o jornalismo, a poesia ou a oratória. Rui Barbosa e Castro Alves eram os paradigmas. Alguns tentavam a política, esperança de poder e renome. Dos que chegavam ao curso superior, a grande maioria buscava a Medicina, o Direito ou a Engenharia.

Havia, porém, a consciência do nosso progressivo empobrecimento. Depois de alcançar o apogeu de que conservava vestígios nas ricas igrejas e imponentes solares, antigas residências de nobres ou de opulentos comerciantes, continuava a experimentar persistente decadência. Por vezes evocavam-se testemunhos do passado faustoso, do qual emergiam senhores de engenho, negociantes e traficantes de escravos, cujos navios negreiros cruzavam vários mares. Em 1923, escrevendo uma súpula da Bahia no século XIX, Francisco Marques de Góes Calmon, dos poucos dedicados ao estudo da economia baiana, lembrou a baixela de ouro do comerciante e negreiro José Cerqueira Lima, da qual ainda vira o lavabo vendido ao inglês John Gordon, que viveu na Bahia.

Na verdade, a velha capital do Brasil empobrecia dia a dia, e o século XX não trouxera esperança de ressurgimento. Na medida em que obtinham o diploma de curso superior, médicos, bacharéis e engenheiros viam-se compelidos a

emigrar para o Sul — Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Frequentemente encontravam a prosperidade.

Na mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 1951, o Governador Octávio Mangabeira se reportou a esses aspectos do empobrecimento da Bahia: "Perdeu-se então a fê, dizia, a confiança, em que fosse possível sair de tal atmosfera. Aquilo sempre, sempre aquilo mesmo. Quem tivesse maiores ambições e disposição, capacidade, energia, para vencer na vida, que tratasse de emigrar para o Rio, para São Paulo, em suma, para o Sul, que se transformou, no Brasil, mercê de vários motivos, que merecem maior exame, em terra da promessa ou do progresso". A conclusão era triste. As causas, não identificadas à primeira vista, reclamavam meditação.

Durante decênios buscou-se explicação para a decadência da Bahia. Como causas remotas era comum invocar-se a crise do açúcar, incapaz de competir com o das Índias Ocidentais; e a migração dos escravos para a mineração do ouro. Fatos aos quais se somara a transferência da Capital para o Rio de Janeiro, em 1763. De tal modo se acentuaram as dificuldades da Bahia que, em 1807, o Conde da Ponte pediu a ajuda do Senado da Câmara, a fim de informar a Sua Alteza Real sobre os remédios indicados para reanimar a economia. Das respostas, tiveram notoriedade a do Desembargador João Rodrigues de Brito e a do célebre Intendente Ferreira da Câmara, que deixara Minas Gerais para se tornar senhor de engenho na Bahia. Possível decorrência da investigação do Conde da Ponte foi a criação, no Rio de Janeiro, da Cadeira de Economia Política, confiada a José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, então Secretário da Mesa de Inspeção d'Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, e reconhecido, dizia o decreto, como "muito hábil para o ensino daquela ciência, sem a qual se caminha às cegas e com passos muito lentos". Deveu-se a José da Silva Lisboa a abertura dos portos, quando da passagem de D. João pela Bahia. O fato repercutiu sobre a economia, e, por algum tempo, a antiga capital conheceu período de prosperidade. Fase passageira, no entanto, pois a Guerra da Independência, que, na Bahia, seria áspera e prolongada, desorganizou inteiramente a sua economia. Góes Calmon assim resumiu as conseqüências da guerra: "O golpe sofrido foi terrível para a vida econômico-financeira. Esta desconjuntou-se, e, desde então, começa a série infundável das desgraças que nos perseguiram durante todo o século XIX". Conta-se que o Visconde da Torre, ao agradecer ao Imperador o título recebido, disse a Sua Majestade em nome dos senhores de engenho empobrecidos pela Guerra da Independência: "Nada mais tinham para oferecer, porque honra, vida e fazenda há muito haviam dedicado à defesa da pátria". E o empobrecimento da Bahia prosseguiu no século seguinte, contrastando com a prosperidade do Sul, cuja fisionomia fora transformada graças à pujança dos cafezais de São Paulo e à presença de ponderáveis correntes de emigrantes.

Enquanto o Sul enriquecia rapidamente, a Bahia permanecera estagnada, certamente decadente não fora o início da lavoura de cacau e incipiente indús-

tria têxtil, cujos pontos altos eram a Companhia Industrial do Norte, fundada por Luiz Tarquínio, pioneiro, no Brasil, da assistência social ao operário, e a Valença Industrial, implantada no meado do século XIX.

A decadência era visível, pois até 1930 a Bahia, graças principalmente ao cacau, ainda lograra acumular poupanças que lhe permitiram realizar obras como a Estrada de Ferro de Nazaré, com 324 quilômetros, equipar a Viação Fluvial do São Francisco e a Companhia de Navegação Baiana, a antiga Estrada de Ferro Centro-Oeste da Bahia e várias usinas centrais de açúcar. Depois lhe faltariam recursos para obras modestas, que deviam ser financiadas mediante empréstimos externos ou recursos do Governo Federal.

Com o passar dos anos, uma interrogação inquietou os baianos — qual a causa da crescente disparidade entre a Bahia e o Sul do Brasil? Possuíamos imensas extensões de terras férteis, adequadas à agricultura e à pecuária, tínhamos subsolo extremamente rico e diversificado, privilegiada situação geográfica, a meio caminho do Norte e do Sul. Também tivéramos, no século XX, governantes marcadamente progressistas e voltados para o desenvolvimento do Estado, como J. J. Seabra, Góes Calmon, Juracy Magalhães e Mangabeira. Era, pois, difícil compreender-se por que aumentava a distância que, economicamente, separava a Bahia dos Estados do Sul.

Para alguns era quase um mistério. Tão difícil explicar o fato que se cunhou até expressão muito divulgada: “o enigma baiano”. Principalmente depois da descoberta, em 1939, do petróleo, surgido na Bahia como um raio de esperança, parecia inexplicável alargar-se o fosso que nos separava do Sul, principalmente de São Paulo. Tanto mais que ao petróleo vieram juntar-se fatores importantes para o crescimento econômico, como a energia de Paulo Afonso, a rodovia ligando a Bahia aos Estados do Sul e, mais tarde, a SUDENE, com as vantagens que, inicialmente, representou quanto à captação de recursos financeiros.

Quanto a Paulo Afonso cabem duas observações. A primeira, de se haver até admitido que a Bahia não seria atendida na primeira etapa de produção da usina. Fato somente evitado pela direta intervenção do Governador Mangabeira e dos Deputados Juracy Magalhães e Clemente Mariani junto ao Presidente Dutra. A segunda, relativa ao preço da energia, que passou a ser mais cara do que anteriormente. Observou Clemente Mariani: “A entrada da energia da CHESF no circuito baiano acarretou um aumento nos preços vigentes, passando-se realmente a ter energia abundante, porém sensivelmente mais cara”. Era a maneira de desestimular as empresas que pensassem em se localizar na Bahia em busca de energia mais barata.

Sem dúvida, esboçava-se uma infra-estrutura industrial. A Bahia, no entanto, permanecera essencialmente agrícola, exportadora de produtos primários, dependentes de oscilações dos mercados externos.

Por certo tempo a economia baiana suscitou alguns estudos sobre as causas da lentidão do nosso desenvolvimento. Principalmente nas décadas de 40 e 50 mobilizaram-se interessados no assunto. As opiniões se dividiam entre partidários de maior apoio técnico e financeiro à agricultura, que acreditavam na vocação da Bahia, e os que reclamavam tentar-se um processo de industrialização. Em janeiro de 1949, por exemplo, estive na Bahia a Missão Abbink, que não ocultou preferências pela agricultura, fazendo-o com tal veemência que provocou alguns protestos. Na mesma ocasião, o Sr. Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, opinou pela possibilidade e pela necessidade de se incrementar a industrialização, para a qual dizia possuímos condições favoráveis graças à energia de Paulo Afonso, ao gás de Aratu e ao petróleo que começava a jorrar.

Glycon de Paiva, em artigo publicado, em 1949, no *Digesto Econômico* (Comentários sobre a economia baiana), fazendo um balanço da situação econômica, concluiu: "Sob qualquer aspecto que se examine a Bahia, chega-se à conclusão de se tratar de um Estado economicamente enfermo". Qual o remédio para vencer a dolorosa enfermidade? Para Glycon de Paiva nada se faria senão a longo prazo. Dele é essa afirmação: "Naturalmente, a atual geração de baianos não pode aguardar que se prepare um plano estratégico para combater a miséria econômica reinante. Necessita — e a elas têm direito — de medidas táticas de aplicação imediata". E para que se não desperdiçassem pequenos recursos aconselhava aplicá-los no Recôncavo e no sul do Estado. A verdade, porém, é que os baianos estavam impacientes diante da pobreza.

Do mesmo período são os artigos publicados em *A Tarde* pelo Sr. Tosta Filho, economista, e que nos dizia conduzidos "nas asas de um sensacionalismo altissonante, lançando a confusão no espírito público". Ao que acrescentava: "a cada momento se reacende entre nós, sobre se o problema da dinamização econômica da Bahia deve ser encaminhado, ou, digamos melhor, deve ser previsto em termos de uma imediata, intensa e dominante industrialização, ou se, preliminarmente, em termos de uma agricultura fortalecida e racionalizada, à qual se venha naturalmente entrosar, em tempo oportuno, a organização de um crescente parque industrial de transformação das nossas matérias-primas". No particular, Tosta era veemente: "Pretender erigir, na atual base agrícola da produção baiana, uma grande estrutura de caráter industrial, no sentido restrito deste termo, é vendiar os olhos à evidência da luz solar e descambar para o terreno das afirmativas ocas". O economista opunha embargos ao "engodo de uma maravilhosa, assim chamada, industrialização". Tosta preferia cuidar do cacau, do dendê, do coco, da mandioca. Baseada na experiência de outros países, que atribuíam a prosperidade a grandes safras agrícolas, a idéia era talvez procedente. Condenava-nos, porém, a prolongado período de pobreza. Desta os baianos pretendiam, porém, libertar-se, pondo no petróleo grandes esperanças.

Após algum tempo, começou-se a formar a consciência da importância da industrialização, inclusive a implantação da petroquímica. Para tanto foram importantes os estudos da CPE, criada no Governo Antonio Balbino.

Aos poucos, considerados os ínfimos resultados auferidos, o petróleo se transformou em visível e amarga decepção. As esperanças haviam sido grandes e justificadas — os frutos minguados. Basta dizer que, em 1948, decorridos quase dez anos após a descoberta do petróleo, Octávio Mangabeira precisava empenhar-se vivamente para a construção da modesta refinaria de Mataripe. E nove anos depois, em exposição feita na Associação Comercial para a Escola Superior de Guerra, dizia o Sr. Clemente Mariani: “A pequena capacidade de produção da refinaria de Mataripe tem tornado até hoje desinteressante o estabelecimento em torno dela de indústrias baseadas no aproveitamento dos resíduos da destilação, a exemplo do que vem ocorrendo em Cubatão”. Era o reflexo do desprestígio político da Bahia. E o Ministro Mariani continuava: “Inaugurada que seja, entretanto, a sua ampliação para 37 mil barris diários, ao que deverá provavelmente seguir-se nova ampliação, nenhuma outra apresentará melhores condições para a organização de um parque de indústrias petroquímicas, pelo menos enquanto a Bahia detiver o monopólio da produção de petróleo, assegurando a continuidade do funcionamento da destilaria, mesmo nos casos de agravamento da tensão internacional”. A alegação era verdadeira. Entretanto, mais de dez anos transcorreriam antes de se iniciar a petroquímica na Bahia. Os ventos políticos não nos eram favoráveis.

Aliás, segundo Mariani, organizada a Petrobrás, fora ele convocado pelo Governador Régis Pacheco, juntamente com outros representantes dos partidos baianos e elementos das chamadas classes produtoras, para opinar sobre a matéria. Sugeriu então que além do *royalty* se solicitasse a transferência para o domínio da Bahia da pequena refinaria de Mataripe, o que foi recusado sob a alegação do monopólio estatal, que, entretanto, não se considerou atingido pela permanência, em mãos particulares, das refinarias de Capuava, Manguinhos, Rio Grande e Manaus. Aos legítimos interesses baianos, a União fazia vista grossa. Afinal, já não custava perceber as causas do enigma baiano.

II

A decepção do petróleo

Além dos desencantos oriundos dos modestos proventos do petróleo, tornou-se nítida uma contínua discriminação da União em face dos interesses da Bahia, causa preponderante da disparidade regional. Muito lúcido, o Ministro Osvaldo Trigueiro, Governador da Paraíba na década de 40, depois de apontar velhas usurpações contra o Nordeste — a começar pela paralisação das obras contra a seca iniciadas pelo Presidente Epitácio Pessoa —, resumiria os fatos dizendo vivermos, na Federação, submetidos “ao imperialismo dos grandes Estados”. Duas décadas haviam transcorrido após a descoberta do petróleo, e o tempo somente fizera aumentar o contraste entre o Sul e o Nordeste.

Especialmente para a Bahia, cuja balança comercial apresentava extraordinário saldo de exportações, o chamado “confisco cambial”, adotado até o Governo Kubitschek, representou sangria sem precedentes na economia de qualquer Estado brasileiro. Criara-se um chamado câmbio de custo, no qual o dólar girava em torno de dezoito cruzeiros, e destinado às importações preferenciais, nas quais se incluíam petróleo, trigo, fertilizantes e equipamentos para indústrias consideradas preferenciais, e como tal aprovadas pelo Governo Federal. Era um câmbio favorecido, e com o qual se reequipou e ampliou o parque industrial de São Paulo. Chegou a haver vários câmbios diferenciados. E enquanto isso o Governo Federal ficava com os dólares provenientes das exportações, inclusive do cacau, pagando-os a uma taxa inferior. Graças a isso exportávamos por um dólar barato e importávamos do Sul do País na base de um dólar mais caro. Como sabido, a Bahia, tradicionalmente, vendia para o exterior e comprava nos mercados internos. Na realidade, uma situação espoliativa, que representou prejuízo nunca inferior a um bilhão de dólares. Qual o Estado capaz de suportar tão danosa discriminação? Para a Bahia foi uma catástrofe.

Coube ao Governador Antonio Balbino, em agosto de 1956, dirigir ofício ao Presidente Kubitschek denunciando a espoliação que atingia a Bahia e feria fundamentalmente a Federação. Não fora certo pundonor político, dizia, e melhor seria vivermos “sob o estatuto de territórios federais”. Realmente, numa exportação de cacau de 80 milhões de dólares em 1956, era possível estimar que a Bahia, em virtude da política cambial, perdera mais de sete bilhões de cruzeiros. A consequência era clara: “a política cambial vigente retira da Bahia as principais, senão as únicas possibilidades de progresso econômico autônomo na atual

conjuntura, privando-a, em verdade, do direito de pensar em seu desenvolvimento". E isso apesar de fornecermos, nos últimos decênios, "o maior saldo líquido no comércio exterior do Brasil".

Enquanto a produção baiana de cacau e de petróleo era das melhores fontes de divisas, a União não compensava a Bahia mediante investimentos ou adequado pagamento de *royalties*. Era o regime da mão única. A própria petroquímica, vinte anos após a descoberta do petróleo, permanecia iniciativa modesta, representada por uma futura indústria de uréia.

Por algum tempo, a petroquímica na Bahia continuaria como uma aspiração — na realidade empurravam-na para o Sul. Quando, no segundo governo Juracy Magalhães, se fez o "Plano de Desenvolvimento da Bahia para 1960-1963", o problema da petroquímica foi abordado com alguma profundidade, cogitando-se das indústrias que ficariam a cargo da Petrobrás, entre as quais a Unidade de Dióxido de Carbono e a de Amônia. A iniciativa privada tocaria a Unidade de Metanol. O esquema sobre a primeira fase da implantação da petroquímica concluía: "É importante esclarecer, entretanto, que a iniciativa privada vem desenvolvendo esforços intensos para a instalação de uma fábrica integrada de fertilizantes nitrogenados. Ao Estado da Bahia interessa, fundamentalmente, a concretização dos planos de instalação da petroquímica, seja com a participação da PETROBRÁS, seja por iniciativa exclusiva de particulares".

Algum tempo correria antes da petroquímica chegar à Bahia. Conseqüência desse retardamento era não proporcionar o petróleo os proventos esperados. Vinte anos haviam decorrido quando o jornal *A Tarde*, por iniciativa do seu Diretor Jorge Calmon, promoveu a "Conferência do Petróleo", para debate dos interesses econômicos da Bahia nesse novo campo de atividade. Iniciada em 21 de janeiro de 1959, a Conferência contou com a participação de Nelson Sampaio, Orlando Gomes, Geraldo Dannemann, Thales de Azevedo, Pinto de Aguiar, Lafayette Pondé, Carlos Espinheira de Sá. Prova de que o assunto amadurecia, suscitando reivindicações diversas em decorrência da pequena repercussão da descoberta do petróleo sobre a nossa economia. Além da preservação de direitos privados, como a indenização aos superficiários, discutiu-se, principalmente, os interesses, senão o direito da Bahia sobre o petróleo retirado do seu subsolo. Além do *royalty* mais elevado e pagamento de *royalty* relativo aos poços submarinos, cuidou-se da preservação e liberação do gás natural para indústrias petroquímicas, evitando-se o seu uso como combustível. Na época, para os que viajavam pelo Recôncavo, era doloroso ver milhões e milhões de metros cúbicos de gás queimados inútil e ininterruptamente. Aos poucos criara-se na Bahia um ambiente de insatisfação que, por vezes, raiava pela revolta.

No curso da Conferência, o Professor Nelson Sampaio assim resumiu as queixas da Bahia, principalmente em relação aos *royalties*, possivelmente o ponto mais sensível:

"Desse breve balanço deduz-se que é bem pequeno o proveito que a Bahia retira dos tesouros petrolíferos que a natureza lhe deu. É

juízo que se impõe, quer se fale em termos absolutos, quer em termos relativos, faça-se a comparação com o que sucede no estrangeiro ou com o que se passa dentro de nossa casa, onde existe Unidade da Federação que, apesar de não produzir petróleo, vem sendo melhor aquinhoadada do que a Bahia nos investimentos industriais da PETROBRÁS.

Nos contratos feitos com empresas estrangeiras, é sabido que os países já não se conformam com receber a metade dos lucros da exploração petrolífera. No Egito, a concessão feita à General Petroleum Corporation, sob lei de 1957, ainda prescreve uma participação de 50% do lucro líquido, mas a concessionária se obriga a entregar ao governo, sem ônus, 16% do capital. Em acordos firmados em dezembro de 1957, para explorar petróleo em terra e nas águas territoriais da denominada Zona Neutra entre o Kuwait e a Saudi Arábia, a Japanese Petroleum Export Co., além de sujeitar-se à tributação de 56% sobre os lucros líquidos, compromete-se a vender ao governo 10% da produção, com desconto de 5%. É de ontem (dezembro de 1958), e foi amplamente noticiado, o ato do governo provisório da Venezuela que elevou a 60% o imposto sobre os lucros das companhias de petróleo.

Salientamos que em países de estrutura federativa, como o nosso, mas genuínas federações, tanto pelas origens históricas como pelo grau de consciência da autonomia estadual, a competência para regular a exploração das riquezas petrolíferas pertence aos Estados-membros, como se verifica na Suíça, na Alemanha Ocidental, no Canadá e nos Estados Unidos da América. Nos dois últimos, essa competência se estende até o petróleo situado dentro dos limites do mar territorial. No Canadá, projeto de 1957 submete à regulamentação federal apenas as concessões mineiras sobre águas territoriais que não fiquem nas costas das províncias. Nos Estados Unidos, as reivindicações de competência das unidades federadas sobre as riquezas do subsolo e do leito do mar, dentro de três milhas do território marítimo, foram solucionadas pelos *Submerged Lands Act* e *Outer Continental Shelf Act*, segundo os quais somente ficou submetida à jurisdição de Washington a plataforma continental a partir daquele limite do mar territorial."

E, sublinhando a injustiça, dava conta de que a perdurar tal situação "tender-se-á cada vez mais a agravar os desequilíbrios econômicos regionais e a falta de integração nacional". Seguiu-se a reação provocada pelo descaso com que a União encarava os interesses baianos:

"Na Bahia cresce, entretanto, um movimento de opinião no sentido de mudar esse estado de coisas. Várias vezes tem contribuído, em diferentes tons, para esse despertar coletivo que muito se retardou.

Antes de existir a PETROBRÁS, Monteiro Lobato clamou contra o "esbulho" da Bahia, tentando despertá-la da "sonolência". Quando em elaboração a Lei do Monopólio estatal, o Professor Jayme Junqueira Ayres também surgiu em campo, publicando, em agosto de 1952, uma série de artigos em *A Tarde*. Em seguida, o assunto despertou o interesse de órgãos culturais e de classe. A Associação Comercial da Bahia fez realizar alguns trabalhos pela sua Seção de Estudos Econômicos, e, ainda agora, o Instituto dos Advogados da Bahia discute o problema, por iniciativa do Deputado Nestor Duarte, através de indicação da qual é relator o Professor Rubem Nogueira. Por fim, o jornal *A Tarde* teve a idéia de convocar uma Conferência do Petróleo, da qual deverão participar o Governador eleito da Bahia, os congressistas baianos e alguns líderes de outros Estados no Congresso Nacional.

Se pode haver divergências no modo de colocar os problemas da Bahia em relação ao petróleo, ou no fundamentar as suas reivindicações, é geral, porém, a convicção de que ela não mendiga favores nem pleiteia privilégios. Reivindica critérios gerais de justiça a serem adotados para todos os Estados produtores de petróleo e gases naturais, ao tempo em que pugna pelo cumprimento de direitos que já lhe são assegurados."

Sem dúvida traduzia a insatisfação de uma sociedade decepcionada. O problema dos *royalties*, por exemplo, constituía ponto nevrálgico, e o economista Geraldo Dannemann, participante da Conferência, sugeriu fosse de 30%, devendo ser recolhido a um fundo para a construção e conservação de rodovias, durante vinte anos. Possivelmente, um sonho, pois Estados e municípios jamais alcançariam compensação desse porte.

A Conferência encerrou-se com a aprovação da "Carta do Petróleo", resumindo reivindicações da Bahia. Exemplo flagrante do desinteresse com que se tratavam algumas reivindicações era o tabelamento dos derivados do petróleo. Fixado um preço único para todo o território nacional, como competir a petroquímica baiana, distante dos centros consumidores, se lhe tiravam a possibilidade de oferecer matéria-prima mais barata, graças à desnecessidade do transporte? Por sinal, a petroquímica não havia sido esquecida na "Carta", que pedia à PETROBRÁS para, simultaneamente com a extração e o refino de óleo, instalasse subsidiárias para a exploração da indústria petroquímica.

Saltava aos olhos a procedência das reivindicações da Bahia. Faltava-lhes, porém, uma decisão política. Não bastava nem o óleo, nem o gás. O fundamental seria o Governo Federal se dispor algum dia a mudar a triste face da pobreza baiana.

III

A Missão do BID

Ao assumir o Governo da Bahia, em abril de 1967, tinha eu arraigada convicção de que somente a industrialização levaria à recuperação econômica e ao desenvolvimento. Por sinal, os primeiros passos já haviam sido dados: descobrira-se o petróleo, havia os incentivos da SUDENE através do conhecido sistema do "34/18" e a energia começava a chegar com a construção de Paulo Afonso. Fatores aos quais se somava o projeto do Centro Industrial de Aratu — CIA, que o Governador Lomanto Júnior aprovou dias antes de transferir-me o Governo. Apesar de algumas críticas, principalmente quanto à localização, na verdade o projeto atendia aos seus objetivos, e a mim cabia executá-lo com determinação, sob pena de incutirmos desconfianças entre os investidores, que pretendíamos conquistar, e cuja presença era fundamental. Cuidamos por isso de oferecer-lhes novos e maiores incentivos, de acordo com o plano concebido pelo Secretário de Indústria e Comércio, engenheiro Ângelo Calmon de Sá. Seriam vantagens adicionais àquelas já concedidas pela SUDENE.

Inicialmente, toda a ação deveria ser previamente estudada e planejada. Passara o tempo das obras empíricas, isoladas, idealizadas no dia-a-dia, e não daríamos um passo sem saber antecipadamente quais os que se seguiriam. A Bahia, no entanto, era pobre, não podendo arcar com o ônus de custoso planejamento. Somente uma ajuda externa nos permitiria o planejamento que imaginávamos. Precisávamos de técnica e de recursos financeiros. Com o objetivo de obtê-los resolvi solicitar o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e para tanto viajei aos Estados Unidos pouco antes de assumir o Governo. Acompanhavam-me os Senhores Roberto Santos e Víctor Gradin, aos quais desejava convidar para Secretários de Estado.

Em Washington procuramos o BID. E, examinadas algumas hipóteses, acertou-se que o Banco enviaria missão "para analisar e propor soluções para os problemas sociais e econômicos de Salvador e sua zona de influência imediata — o Recôncavo".

Afinal, obtido também o apoio do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e da Organização Pan-Americana da Saúde, a Missão ficou assim constituída:

Eduardo Neira Alva e Alfred Thieme (BID)

Benjamim Hopenhayn (ILPES)
David Tejada e Victor Ayub (OPS)
Pedro Sisnando Leite (BNB)
Glaucio Molibeu (SUDENE)

Em junho, chegou a Salvador o Coordenador da Missão, o Senhor Eduar-
do Neira. Arquiteto, natural do Peru, homem de pouco mais de trinta anos,
vibrátil, cheio de entusiasmo, tornar-se-ia estimado e inesquecível colaborador.
Originário de um país igualmente pobre, tinha a medida não apenas das nossas
necessidades, mas também das nossas possibilidades. Sem dúvida, era pessoa
com os pés no chão, e tal circunstância foi útil para o trabalho realizado em es-
treita cooperação com os Senhores Luiz Almeida, Victor Gradin e Rômulo Al-
meida.

Todos sabiam termos alguma pressa, pois o tempo corria contra a Bahia.
Nos últimos dias de agosto, a Missão entregou o seu Relatório ao Governo do
Estado. Era estudo sucinto, mas suficiente para proporcionar nítido panorama
de Salvador e do Recôncavo, que dizia apresentar “todas as características das
regiões subdesenvolvidas: graves problemas de desemprego, recursos mal utili-
zados, insuficiência alimentar, agricultura de baixa produtividade, concentra-
ção da propriedade da terra, altas taxas de mortalidade e morbidade infec-
ciosa, dependência dos mercados externos, violentas desigualdades sociais, in-
dustrialização limitada e incompleta, setor terciário hipertrofiado, baixos níveis
sanitários, baixos níveis educacionais com acentuado analfabetismo, elevada
taxa de crescimento demográfico, forte tendência à urbanização, escassez de se-
viços e deficiências de infra-estrutura”. O retrato era quase desanimador. Em
seguida reconhecia que a descoberta do petróleo e a criação da PETROBRÁS,
embora trouxessem extraordinários fatores de mudança, ainda não havia influi-
do devidamente o conjunto econômico regional. Depois vinha o confronto com
São Paulo: “enquanto São Paulo se desenvolvia como centro industrial produ-
tor de bens de consumo e de capital e dava lugar a um processo de substituição
de importações, Salvador continuava atuando como centro exportador de
matérias-primas e, portanto, contribuía, por meio de compras e transferências
diretas e indiretas de recursos, para a capitalização do parque industrial do
Centro-Sul”. Na realidade a Bahia perdia duplamente, pois, além de obrigada a
suportar a deterioração das relações de intercâmbio internacional, via-se na
contingência de comprar em um mercado nacional sob o protecionismo alfan-
degário. E enquanto isso não dispúnhamos de condições para utilizar as vanta-
gens cambiais criadas pelo Governo Federal em favor do desenvolvimento in-
dustrial, e para as quais contribuíamos mediante a retenção de parte do valor de
nossas exportações.

A Missão via claro e ao diagnóstico seguia-se a terapêutica: “é principal-
mente no setor industrial — dizia — que, a juízo da Missão, se encontram as
possibilidades para deflagrar e manter um processo de desenvolvimento econô-

mico do Recôncavo, segundo os modelos típicos observados nos países desenvolvidos". Sinal de estarmos no bom caminho ao pretendermos nos voltar para a industrialização. O Relatório formulava uma série de sugestões, quanto à criação de infra-estrutura adequada ao desenvolvimento, e terminava por aconselhar estabelecer-se um Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER). Seria o órgão no qual se integrariam os representantes dos diversos setores públicos e privados.

A conclusão, aliás, era otimista: reconhecia estar em início um processo de transformação no qual a economia da região, perdendo o caráter predominantemente agrário, passaria a ocupar a posição de um dos principais pólos de desenvolvimento industrial do País. Ao lado do trabalho que se realizou, o tempo mostrou o acerto da conclusão.

O Governo não demorou. Em 23 de setembro de 1967, o Decreto nº 20.353 criava o novo órgão governamental, que, sob a presidência do Governador, iria planejar e mudar toda a economia de Salvador e do Recôncavo, com amplos reflexos sobre toda a economia da Bahia.

Analisando as possibilidades de desenvolvimento do Recôncavo, a Missão do BID foi enfática quanto a papel da petroquímica: "As condições naturais do Recôncavo, dizia o Relatório, indicam, de uma maneira evidente, a viabilidade para diversos ramos dessa indústria, tornando-se, entretanto, necessário um estudo de conjunto que assinale as possibilidades reais dos complexos petroquímicos em função do mercado nacional e internacional e do fornecimento de matéria-prima".

Desnecessário ver longe para compreender que o futuro da Bahia estaria por algum tempo ligado à petroquímica. Até porque ficara evidente ter o mundo ingressado na era da petroquímica, e dispormos de condições naturais — óleo e gás para nos transformarmos num pólo de indústrias baseadas nesses elementos.

Em cerca de dez anos, a partir de 1960, mais de dez mil artigos novos provinham da petroquímica. Esta tomava o lugar do ferro, do aço, da borracha, do vidro, do papel, da cortiça, de resinas e de inúmeros materiais até então tidos como insubstituíveis. Por toda a parte, na construção de casas, nas fábricas de automóveis e de tecidos, assim como em milhares de artigos domésticos, os produtos petroquímicos começavam a estar presentes, oferecendo custos bem menores: um novo mundo surgia.

Sem exagero, podia dizer-se que a petroquímica era um verdadeiro e imenso chapéu de mágico. Dele, dia a dia se retiravam mais coisas, e mais coisas surgiam inesperadamente, graças às pesquisas dos laboratórios nos quais a ciência descobria novos produtos provenientes da petroquímica, cuja possibilidade e capacidade de germinação se revelavam imprevisíveis. O difícil seria saber-se onde a petroquímica, no futuro, não estaria presente.

Por que não participar a Bahia desse mundo mágico, e para qual oferecia as condições necessárias? A verdade, porém, é que as indústrias e os investidores do Centro-Sul haviam acordado cedo, e preparavam-se para criar, em São Paulo, um conglomerado de indústrias petroquímicas, muitas delas interligadas, em certos casos dependentes umas das outras, e que não demorariam em ter o monopólio daquele chapéu de mágico, pois, tal como acontecera com a indústria de automóveis, tornar-se-ia oneroso competir com indústrias próximas aos grandes centros consumidores, e tecnicamente preparadas para enfrentar qualquer concorrente. Para não se dizer que nada tínhamos, a PETROBRÁS, em 1962, iniciara em Camaçari o Conjunto Petroquímico da Bahia (COPEB), resumido a duas pequenas fábricas de nitrogenados, uma de amônia, outra de uréia, ambas de reduzida capacidade e que deveriam produzir em 1967 e 1968. Na realidade, por circunstâncias várias, ambas se arrastaram indefinidamente com grave prejuízo para os dependentes desse setor industrial. E isso justamente quando a Bahia não tinha tempo a perder.

X

Ministro para Assuntos da Casa Civil, no Governo Castello Branco, acompanhei de perto os problemas pertinentes à petroquímica, que suscitava especial interesse em vários círculos governamentais. O primeiro passo fora a criação do GEIQUIM (Grupo Executivo da Indústria Química), em junho de 1964. E ao escrever "O Governo Castello Branco", assim consignei as minhas recordações sobre o assunto:

"Na medida em que Ademar de Queiroz recuperou a PETROBRÁS, restituindo-lhe seriedade e tranqüilidade, perdidas pela preocupação ideológica nela instalada de cima a baixo, começou a avultar o problema da petroquímica que alguns julgavam incluída no monopólio estatal do petróleo. No início de 1965, o Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) — do qual era influente secretário executivo Juvenal Osório Gomes, e participavam Paulo Belotti, Paulo Ribeiro, Francisco Melo Franco — redigiu um decreto para a exploração da petroquímica, aceitando, praticamente, o monopólio estatal. Roberto Campos, com o apoio dos ministros Bulhões e Thibau, se opôs. Campos, notoriamente favorável à iniciativa privada, considerava importante, no momento, evitar-se quanto pudesse assustar o capital estrangeiro, que se buscava atrair. No Governo, o problema não era pacífico e o decreto, instituindo os estímulos ao desenvolvimento da indústria química, não deixou claro o problema do monopólio. Tratava-se do Decreto nº 55.758, de fevereiro de 1965, estabelecendo incentivos fiscais e financeiros para as iniciativas aprovadas pelo Conselho Nacional de Petróleo e pelo GEIQUIM. E, indo mais longe, convidava os interessados a apresentarem os seus projetos. Foi a gota d'água. Dentro do Governo o assunto seria debatido principalmente

pelos Srs. Ademar de Queiroz, Juarez Távora, Ernesto Geisel, Mauro Thibau, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Extremamente polêmico, as opiniões dividiam-se entre partidários e adversários do monopólio estatal. A decisão seria fundamental para o futuro da petroquímica, pois conforme reconhecido pelo BNDE, em maio de 1965, através do parecer apresentado pelo Sr. Paulo Vieira Belotti — *Desenvolvimento da Indústria Química: Observações sobre o papel do BNDE* — a PETROBRÁS não dispunha de recursos para, em curto prazo, implantar a custosa indústria. Era taxativo o parecer do BNDE: “Esta inércia relativa da PETROBRÁS impede o desenvolvimento rápido da indústria petroquímica como um todo, ao mesmo tempo que opõe obstáculos sérios ao florescimento da iniciativa privada neste ramo...”

Desejoso de proferir decisões apoiado nos pareceres de órgãos específicos do Governo, o Presidente Castello deferiu o assunto ao CNP, constituindo-se comissão composta dos Srs. José Batista Pereira, Paulo Ribeiro, Ivo Ribeiro, Paulo Figueiredo e Kurt Politzer. Foi trabalho exaustivo.

Em maio, o CNP aprovou o parecer da comissão, que se transformou na Resolução nº 5/65. Não deixava dúvidas: “Fica assegurada, dizia, na implantação e no desenvolvimento da indústria petroquímica, a liberdade de participação tanto da iniciativa privada quanto da iniciativa estatal”. O assunto suscitara, porém, tais divergências que o Presidente Castello não se deu por satisfeito: solicitou a opinião do Conselho de Segurança Nacional. Este não demorou no parecer contrário ao monopólio da PETROBRÁS, e, em julho de 1965, o Presidente assinou o Decreto nº 56.571, fixando diretrizes e bases para a expansão da indústria petroquímica. Era a vitória dos que defendiam a participação da iniciativa privada na petroquímica, e logo se formaram grupos e associações para a exploração da rendosa indústria.

Numa palavra, o rico chapéu de mágico abria-se para os que dispusessem de recursos e técnica para o explorar. Ia-se buscar a experiência e o conhecimento de indústrias americanas, inglesas ou japonesas. E nessa corrida era evidente não estar a Bahia, ou os seus empobrecidos grupos econômicos, em condições de competir. Devíamos, portanto, na qualidade de possuidores de boas reservas de óleo e gás, procurar caminhos que nos assegurassem a implantação de uma indústria petroquímica. Não podíamos, porém, ter dúvida de que, a exemplo de todas as disputas travadas em torno do petróleo e dos seus derivados, enfrentaríamos luta sem quartel.

X

O dinheiro costuma andar à frente das oportunidades, que presente longe. Havia algum tempo que os meios financeiros oficiais percebiam a pujança da petroquímica, e, desde fevereiro, Garrido Torres, Presidente do BNDE, preocu-

pado com a petroquímica, “de grande poder germinativo para o desenvolvimento de várias atividades produtoras”, segundo afirmava, consultara Ademar de Queiroz sobre a constituição de um grupo comum de trabalho, para um programa petroquímico e o seu financiamento. O entendimento foi fácil: Otto Perroni, engenheiro químico, e Ivo Ribeiro, químico industrial, representaram a PETROBRÁS. José Pelúcio e Paulo Belotti foram designados pelo Banco. Era o início de uma ação conjunta, e, em agosto, concluiu-se convênio, logo aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás, e que estabeleceu um programa de investimentos. Era modesto. Contudo, era um começo, e a petroquímica não demorou em avançar aceleradamente.

Algum tempo depois, Rômulo Almeida evocaria, no *Jornal do Economista*, esses passos iniciais da petroquímica na Bahia: “Luiz Viana, Governador na época, pediu ao BID a constituição de uma missão para examinar os problemas do Recôncavo que foi presidida por Eduardo Neira, e que, ao meu ver, foi uma das coisas mais bem sucedidas, em matéria de assistência técnica, já feitas até aqui. Neira procurou alguns elementos locais como Victor Gradin, Luiz Almeida, e eu — que ele já conhecia —, o Jaime Vilas Boas (que era Presidente da FIEBA). Nessas reuniões com a equipe de Neira nós lembramos o negócio da petroquímica, o pessoal vibrou muito, e achou que era realmente uma coisa e no relatório eles sugeriram o estudo das possibilidades petroquímicas...”.

Para elaborar esse estudo das possibilidades da petroquímica na Bahia, o CONDER contratou a CLAN, empresa de projetos, e já bem informada sobre o assunto. O estudo, no entanto, era dispendioso e faltava-nos recursos para realizá-lo sem o auxílio de outras fontes governamentais. Naturalmente, a primeira lembrada foi a PETROBRÁS, cujo Presidente, o General Levy Cardoso, teve dificuldade em aceder, uma vez que o Ministro Dias Leite não via o assunto com simpatia. Afinal, obteve-se que a PETROBRÁS contribuísse com 20% do custo. Em seguida batemos à porta do FINEP, e nesse momento surgiram as primeiras pedras postas no caminho pela gente de São Paulo, onde já se implantava o primeiro Pólo Petroquímico, e infensa à idéia. Foi necessário assegurar-mos, não desejávamos perturbar a iniciativa paulista. Tudo, aliás, se tornava tanto mais difícil quando do manifesto não contarmos com a boa vontade dos Ministros Delfim Netto, Pratini de Moraes, Costa Cavalcanti e Dias Leite. De modo geral, pareciam todos de tal modo confiantes e empenhados no êxito do pólo paulista que temiam qualquer iniciativa capaz de perturbar os ventos que sopravam em São Paulo.

Somente em setembro de 1969 concluiu-se o estudo da CLAN sobre o “Desenvolvimento da Indústria Petroquímica no Estado da Bahia”.

Propositadamente, inclusive para dissuadir os que, maliciosamente, alardeavam a impossibilidade de se implantar na Bahia um parque petroquímico, recebi com solenidade o estudo da *CLAN S.A. Consultoria e Planejamento*

sobre o "Desenvolvimento da indústria petroquímica no Estado da Bahia". Era a maneira de convocar os baianos para a luta que iria ocorrer inevitavelmente.

Na ocasião, para fixar a determinação do Governo da Bahia, proferi discurso que não podia ser breve, pois devia por os pontos nos "ii" em vários problemas, uns reais outros fictícios, levantados com o objetivo de embaraçar qualquer avanço da petroquímica na Bahia. Após ligeiro histórico sobre os antecedentes que haviam preparado o caminho, cabia-me falar claro, mostrando os perigos a enfrentar.

"Para mim e para o meu Governo — declarei — constitui temeridade ingressarmos nessa guerra em favor da nossa emancipação econômica. Como todas as guerras do petróleo, ela será inclemente e poderá, inclusive, mobilizar pessoas completamente inadvertidas do papel que representarão no sacrifício das aspirações nacionais.

Pouco importa. O meu dever consiste em advertir e conchamar os baianos, e isso pretendo fazer sem vacilação. Bem sei que os interessados não aparecerão para atacar de frente a petroquímica. Mas, quantos caminhos não terão para alcançar seus objetivos? Ou não são de ontem, como não são de hoje, e continuarão a ser de amanhã, as lutas pela PETROBRÁS?

Em verdade o que fazemos aqui é um desafio aos vendedores de matérias-primas estrangeiras que teimam em obrigar o Brasil a importar nafta quando aqui temos óleo e gás para suprir a nossa indústria petroquímica. Na realidade cada metro cúbico de gás queimado em nossos campos de petróleo representa divisa que se poderia economizar ou alguma coisa possível de produzir para o bem-estar dos brasileiros. E, desgraçadamente, continuamos a queimar milhões e milhões de metros cúbicos de gás.

Assim, por qualquer ângulo que encaremos o assunto — o local, o regional, ou o nacional —, tudo clama por termos a coragem de enfrentar os perigos da batalha. De fato, se não dispomos de matérias-primas nas proximidades do mercado de consumo — como seria ideal — torna-se imperioso para a economia nacional criar no Recôncavo baiano, único local do País onde se registra a ocorrência de gás e de óleo de rico teor parafínico, um complexo petroquímico que independa totalmente de importação e em condições de competir com mercados externos. Tal opção, além de tecnologicamente providente, atende a importante objetivo nacional de segurança industrial e militar. Nem é possível admitir que havendo a possibilidade de nos assegurarmos a existência de um complexo petroquímico independente de matérias-primas do exterior e portanto passíveis das circunstâncias criadas por algum conflito militar, façamos repousar todas as nossas

necessidades na importação de nafta. Seria um crime do qual não desejaria participar sequer pela omissão, tanto atinge o próprio coração da nossa segurança.”

No momento, o essencial parecia-me ser o desenvolvimento regional. Voltei então ao aspecto regional:

“Insistirei, pois, em afirmar que a existência, na Bahia, da petroquímica como fornecedora de insumos para numerosos setores industriais será fator substancial no melhoramento da produtividade da indústria nordestina. De mesmo modo que ao complementar as indústrias básicas existentes, projetadas ou previsíveis em Sergipe, Alagoas e Pernambuco irão criar um “eixo regional” de extraordinária repercussão econômica. E não deveremos esquecer que a disponibilidade de produtos químicos a preços vantajosos reduzirá o Nordeste à “idade dos plásticos” hoje inseparáveis da industrialização.

Contudo, dentre os múltiplos aspectos, cada qual mais forte, porque se encarem os benefícios carreados pela petroquímica, nenhum talvez mais importante, para o Nordeste, quanto o que emerge da produção de fertilizante. Em verdade, dada a crescente marginalização da agricultura nordestina em face da do Sul, dia a dia em melhores condições de competitividade, somente a rápida disseminação do uso de fertilizantes evitará uma crise agrícola de imprevisíveis conseqüências. Possibilidade tanto mais lamentável quando em nenhuma outra região do País e raras do Mundo encontramos tão próximos o fosfato, o potássio e a amônia (esta na base de gás natural), como que a nos mostrarem de logo a integração de Pernambuco, Sergipe e Bahia num programa destinado a revolucionar tecnicamente a agricultura regional.

Bem se vê, pois, que tudo conspira em favor da implantação de um conjunto petroquímico nordestino, com base nas matérias-primas do recôncavo.”

Financiado pela FINEB, com a colaboração da PETROBRÁS e da Petroquímica, o estudo da *Clan* sobre o “Desenvolvimento da Indústria Petroquímica no Estado da Bahia” atendeu plenamente o que desejara o Governo de acordo com as recomendações da Missão do BID. Destinava-se não somente a fornecer elementos para órgãos como a PETROBRÁS/Petroquisa, CNP e GEI-QUIM ficarem habilitados a formular decisões sobre o Nordeste, mas também a propiciar e sugerir oportunidades de investimento, dimensões e cronogramas, à iniciativa particular, fornecendo a esta, idéias sobre atividades supridoras de insumos materiais e serviços.

Ênfase especial fora dada aos problemas de suprimento de óleo, gás natural e minerais não-metálicos relacionados com a petroquímica, e tudo levava à

conclusão das vantagens oferecidas, não somente em termos de custos, mas também em termos de segurança industrial e militar, pela implantação da petroquímica na Bahia. Chegava-se a um quadro de investimentos da ordem de US\$ 235 milhões numa primeira etapa, devendo-se atingir US\$ 400 milhões em 1976. Duas condições eram, porém, de logo ressaltadas como fundamentais, pois se admitia fossem argüidas e tentadas pelos que se opunham ao pólo petroquímico da Bahia: uma política de matérias-primas não destinada a subvencionar a indústria do Sul, e a minimização do argumento da escala, ao qual se opunha o aproveitamento das matérias-primas nacionais, e o estabelecimento de sólido ponto de apoio para o desenvolvimento econômico auto-sustentado do Nordeste. Afinal, ao Governo da União caberia decidir sobre o futuro do Nordeste e da Bahia. De qualquer modo era inegável, acentuava a *Clan*, que se abria “uma nova fase para a indústria petroquímica na Bahia”.

Em primeiro lugar eram evidentes as amplas possibilidades petroquímicas do Recôncavo, que, entre outras, reunia três condições de real importância: a) existência de matérias-primas naturais, além da proximidade de importantes jazidas de sal-gema e potássio; b) energia elétrica abundante, proveniente da CHESF; c) localização na área da SUDENE, que assegurava os benefícios provenientes da aplicação dos artigos 34/18.

Contudo, para a formação do complexo petroquímico, três unidades eram praticamente indispensáveis — as de eteno, BTX (benzeno, tolueno e xilenos) e propeno. Sobretudo o eteno era decisivo, pois, além de imprescindível a uma série de projetos, devia ser produzido localmente, visto ser intransportável.

Vencido o aspecto dos efeitos sobre o desenvolvimento regional, restava a face nacional. Também quanto a esta, o estudo mostrava ser útil ao País, a implantação, na Bahia, de um pólo petroquímico, cujos benefícios repercutiram em vasta área do Nordeste. Por isso mesmo a Bahia era opção duplamente válida: “Possuindo o gás natural e o próprio óleo de rico teor parafínico e podendo importar, ainda, matérias-primas faltantes para unidades industriais complementares, a Bahia constitui — dizia o documento — uma solução sem paralelo para se desenvolver no País uma tecnologia moderna”. Por certo havia problemas menores, tais como a segurança de fornecimento de gás para as indústrias que dele necessitassem, pois a PETROBRÁS, alegando precisar do gás para reinjeção nos poços de óleo, se mostrava esquiva e reticente. Também o preço do gás, para o qual se estimava um aproveitamento de pouco mais de 300 milhões de metros cúbicos, entre venda, injeção em poços, e consumo ou utilização interna, contra um desperdício, em 1966, de 465 milhões de metros cúbicos queimados na boca dos poços, constituía elemento ponderável, pois, um custo alto tiraria da Bahia a vantagem advinda da posse da matéria-prima.

Antes de concluirmos a análise do estudo da *Clan*, que tornou insofismáveis as condições favoráveis e benéficas da implantação de um pólo petroquímico-

co no Recôncavo de Salvador, conforme sugerido pela Missão do BID, vejamos estas observações:

“Embora as desvantagens normais, num período inicial, relativas a custos de investimento e transporte para os mercados sejam compensadas pelas vantagens de matérias-primas, e do custo do dinheiro, o desenvolvimento regional da indústria química requer uma política especial de estímulos, como tem sucedido em outros países. Essa orientação coaduna-se com a política nacional de desenvolvimento regional e a torna eficaz, porquanto nenhum outro conjunto dinâmico e “motor” se equipara à petroquímica ...” Consolidando o processo de desenvolvimento do Nordeste e levando-o a um estágio de autopropulsão, ampliaria as dimensões do mercado nacional; e atenderia a um objetivo de segurança industrial e militar.

A última palavra cabia ao Governo Federal, a nossa parte estava feita.

Nada tão forte quanto a verdade. E tudo quanto se dizia em nome da Bahia e do Nordeste era verdadeiro. Aos que viessem depois, visto a tarefa reclamar tempo, caberia continuarem a luta. “O essencial para mim, disse-o numa síntese do que sentia e do que esperava do futuro, é que os baianos tenham exata noção sobre o que representará para o nosso futuro o momento atual, e os obstáculos, as lutas, os ataques com que os poderosos interesses contrariados buscarão evitar que continuemos a nossa batalha em favor da prosperidade. Se tal acontecer e lograrmos sensibilizar a Bahia, fazendo-a compreender o bem e o mal com que nos deparamos, isso nos bastará, pois será a segurança de haver sempre alguém em nossa comunidade, tão rica de espírito público, disposto a não deixar no chão a bandeira que simboliza o futuro de nossa terra.”

IV

O Centro Industrial de Aratu

Enquanto esperávamos o estudo da *Clan* sugerido pelo BID sobre a petroquímica no Recôncavo, não malbaratamos o tempo. Embora a tivéssemos como parte fundamental para a industrialização, a petroquímica deveria implantar-se num conjunto industrial mais amplo, e para o qual o projeto do Centro Industrial de Aratu, era o centro de atração para empresas desejosas de se beneficiarem dos incentivos da SUDENE.

Um dos atrativos idealizados pelo Governo Federal, depois da criação da SUDENE, para o desenvolvimento do Nordeste, fora um generoso sistema de incentivos fiscais e financeiros para as indústrias que se localizassem na região. Havia desde a isenção total, ou de 50% do Imposto de Renda, bem como a dedução de até 50% do Imposto de Renda das pessoas jurídicas para aplicação em empreendimentos de interesse do Nordeste. Além dessas, concediam-se benefícios para a importação e a cobertura cambial de equipamentos.

Fora realmente concepção feliz, pois, concomitantemente, atingia vários objetivos: facilitava a capitalização das empresas, que se implantassem no Nordeste, estimulando-as a unir os seus capitais próprios ao esforço de desenvolvimento; transferi recursos das regiões mais prósperas, e entregava, controladamente, recursos do setor público ao setor privado para investimento industrial.

Tudo isso, no entanto, seria pouco se as indústrias não encontrassem infraestrutura na qual se implantassem com certas facilidades e segurança. Foi o que representou o CIA, propiciando à Bahia, apreciável vantagem sobre outros Estados da região, além daquelas que lhe são peculiares.

Aos incentivos do Governo Federal a Bahia acresceu outros, que tornaram ainda mais vantajosos os investimentos no Estado. Regulou a matéria o Decreto Estadual nº 20.192, de 21 de março de 1967, beneficiando as indústrias que se instalassem no Estado entre 1º de janeiro de 1967 e 31 de dezembro de 1973. O gozo do benefício fiscal estendia-se por 5 anos, e assumia forma de redução de 60% do imposto devido sobre operações relativas à circulação de mercadorias, ficando a empresa beneficiária obrigada a depositar, em seu favor, quantia igual ao da redução no Banco de Desenvolvimento do Estado. Mediante autorização do Conselho de Desenvolvimento Industrial, tais contas podiam ser movimentadas para a aplicação em planos de investimento considerados impor-

tantes para melhor produtividade ou expansão da capacidade produtiva. Certamente, era engenhoso, e contribuiu para as empresas reinvestirem nas suas próprias indústrias, melhorando-as ou ampliando-as.

Nada, no entanto, influiu mais para atrair projetos do que o próprio CIA com o que representou de suporte para as indústrias em implantação. Aliás, desde o início do Governo foi a consolidação do CIA objetivo permanente. Dissemos, na primeira mensagem à Assembléia Legislativa, em março de 1968:

“Foi sem dúvida alguma a nossa primeira preocupação na área da Secretaria da Indústria e Comércio a consolidação do Centro Industrial. Tal providência se fazia urgente, pois sabemos que, ao início do Governo, não era o Centro Industrial mais do que uma semente plantada. Sem uma imediata estruturação da autarquia recém-criada e sem uma concentração de todos os recursos e esforços no sentido de dotar a área respectiva dos serviços de infra-estrutura física e social, de modo a atender aos compromissos assumidos com os empresários, estaria o centro industrial fadado ao insucesso.”

Somente nesse ano inicial, malgrado as dificuldades financeiras do Tesouro do Estado, despenderam-se no CIA mais de oito milhões de cruzeiros novos. Seu primeiro Superintendente, o Secretário Ângelo Sá nunca deixava de ter as vistas voltadas para o CIA, onde o substituiu o Eng^o Rivaldo Guimarães, incansável colaborador na obra de consolidação daquele centro industrial.

Das obras realizadas no CIA, nenhuma, isoladamente, teve a importância e o custo do Porto de Aratu. Era, porém, realização fundamental, pois dela dependia o escoamento, de granéis sólidos e líquidos, da produção de Aratu, e, mais tarde, também de Camaçari, sem os graves inconvenientes de atravessar Salvador para alcançar seu porto.

A baía de Aratu, com as suas águas profundas e tranqüilas logo se impôs como o local indicado para o porto, e para elaborar o projeto contratou-se uma conceituada empresa holandesa, a NEDECO, cujo projeto continua a assegurar a eficiência do Porto de Aratu.

X

Com o término do período governamental à vista, tínhamos certa pressa de deixar o problema do porto equacionado e em termos irreversíveis. Buscamos então o apoio financeiro do BID, sempre inclinado a contribuir para uma obra que tinha como importante e modelar, pela exaçaõ com que as várias etapas se concluíam. Era naturalmente obra reclamando tempo, e concluiu-se que fosse realizada em quatro etapas, sendo a primeira delas representada por dois terminais, um para granéis sólidos, também destinado a carga geral, e outro para granéis líquidos. Aquele, com 220 metros de comprimento permitiria a atracação de dois navios. Inicialmente, para um calado de 12 metros — com a am-

pliação do porto chegar-se-ia a 17 metros. Dois pequenos ramais, um rodoviário, de 8 quilômetros, outro ferroviário, de 10 quilômetros, ligavam o porto, respectivamente, à BR-364 e à RFFSA.

Ainda uma vez não nos faltou o concurso do BID que o Secretário Ângelo Sá solicitara, em Washington, pessoalmente. Em 1º de dezembro de 1970, o Sr. T. Graydon Upton, Vice-Presidente Executivo do BID, e o Secretário Ângelo Sá, pelo Governo da Bahia, assinaram o contrato de empréstimo para a construção da primeira etapa da construção do Porto de Aratu, num montante de três milhões e cento e oitenta mil dólares; nove milhões duzentos e setenta mil e setecentos e sessenta francos suíços; e, em cruzeiros, o equivalente a dois milhões e setecentos mil dólares. Estava previsto que o custo total do Projeto dever-se-ia elevar a dezenove milhões de dólares.

Nessa etapa inicial eram estas as obras principais:

“Construção do porto (1ª etapa): molhe-cais para a operação de sólidos a granel, com dique e ponte de acesso; plataforma de trabalho com atracadouro para operação de líquidos a granel; equipamento de carga e descarga; bóias e rebocadores; área pavimentada para o armazenamento de minérios.

Estrada de acesso ao porto: ligará o porto à rede de estradas do Centro Industrial de Aratu.

Fornecimento de energia elétrica ao porto: linha de transmissão e estação de transformadores”.

Essencial para a infra-estrutura do CIA, e que também atenderia à petroquímica, o porto tornava irreversível o processo de industrialização da Bahia. Já concluído e aprovado o projeto da NEDECO tínhamos agora assegurados os recursos para a construção da primeira etapa. As demais viriam inevitavelmente.

Durante todo o período do Governo, 1967/1971, o CIA cresceu ininterruptamente. Tudo fora previsto, e tudo foi levado a bom termo. Era área superior a 53 milhões de metros quadrados, dos quais, no término do período governamental, se alienara quase seis milhões de metros, vendidos a preço altamente conveniente para as empresas. Construíram-se mais de oitenta quilômetros de rodovias e vias de acesso. Instalou-se eficiente serviço de telecomunicações. Também se construíra uma infra-estrutura social, que incluía o Centro de Saúde Magalhães Neto, o Conjunto Habitacional Rubem Vaz, o Museu Wanderley Pinho (instalado no antigo Engenho Freguesia) e o Centro Educacional Integrado de Aratu.

Conseqüência desse esforço, ao qual se somou uma ação direta junto a empresas inclinadas a investir no Nordeste, foi o número de indústrias que se encaminharam para a Bahia. Para idéia mais exata convém reter alguns números.

Até 1967 a Bahia tinha pouco mais de 210.000 cruzeiros de investimentos aprovados pela SUDENE. No período de 1967/1970 foram aprovados 2.000.000, ou seja, dez vezes mais. O que significa que dos investimentos aprovados pela SUDENE, nos seus dez primeiros anos de existência 90% o foram entre 1967 a 1970. E se antes de 67 a Bahia tinha apenas 36% do concedido pela SUDENE, situando-se depois de Pernambuco, em 1970 veio a ocupar o primeiro lugar com 45% dos projetos aprovados.

Em 1967, havia 39 indústrias definidas para se instalarem no CIA, representando investimentos de cerca de 300 milhões de cruzeiros. Em 1970, já eram 125 com investimentos previstos de 2.1 bilhões de cruzeiros, assegurando 21.000 empregos diretos e 105.000 indiretos. Eram os frutos da dispendiosa ação do Governo do Estado que, até 1970, investira naquele Centro Industrial 108 milhões de cruzeiros. Em síntese, tínhamos, em 1970, 25 empresas em plena produção; 37 em fase de implantação; e 125 com carta de opção. Não havia prova mais eloqüente de que o esforço da Secretaria de Indústria e Comércio fora plenamente compensado.

Entre as indústrias de maior significação que haviam optado pelo CIA em busca dos benefícios concedidos pela SUDENE e pelo Governo da Bahia, podiam contar-se a Aços do Brasil, Magirus, Safron, Sibra, Nordisa, White Martins, Novo Pan, Bocsh, Termoligas, Tuperba, Eternit e Fisiba. Em suma, um conjunto de indústrias capaz de, juntamente com a petroquímica, mudar a fisionomia econômica da Bahia. Aliás, concomitantemente com a petroquímica, a Secretaria de Indústria e Comércio desenvolvera intensa atividade no sentido de se tornar a Bahia um pólo industrial de não-ferrosos, e com esse objetivo desenvolveram-se os estudos básicos para que, ao lado da indústria metalúrgica, representada pela USIBA, cuja fixação na Bahia se deveu a um trabalho quase obstinado junto ao Governo da União, também tivéssemos a indústria do Cobre, a de Ferroligas de Manganês, e a de Alumínio.

Esta, representada pela Alumínio do Brasil Nordeste S.A., estivera a pique de nos fugir, pois, inicialmente, fora aprovada com localização em Recife. Contudo, por feliz coincidência, e antes de iniciadas as obras da implantação, visitou a Bahia um dos diretores da Matriz, e não demorou em perceber que a Bahia, por uma série de fatores, inclusive o CIA, oferecia melhores condições para a implantação da indústria de alumínio. Mudar a localização, conforme desejado pela empresa, foi pequena batalha.

Sobre as dificuldades da transferência para a Bahia, dão nítida idéia estas declarações do Dr. Alberto Schmidt, diretor da Alunordeste:

“Era Governador do Estado da Bahia o Dr. Luiz Viana Filho e Superintendente do CIA o Dr. Ângelo Calmon de Sá. Falei com o Dr. Ângelo Calmon, que é meu amigo pessoal, se haveria possibilidade de trazer a fábrica para cá, pois estava sendo implantado o Centro Indus-

trial de Aratu. E assim tão logo o Engº Fragoso, responsável pela Alcan SP, chegou, levei-o para um contato com Dr. Ângelo Calmon e com o Governador, que se mostraram interessados na vinda da fábrica para a Bahia. Dr. Fragoso foi para São Paulo consciente das vantagens que nosso Estado tinha a oferecer e resolveu estudar o assunto, tendo chegado com o *staff* da Alcan, à conclusão de que seria a fábrica implantada na Bahia, pelas muitas vantagens oferecidas e sobretudo pela realidade já implantada aqui, do Centro Industrial de Aratu.

Em 1966, o mesmo foi aprovado pela SUDENE, mas, só então e após ter a Alcan enviado uma carta à SUDENE em Pernambuco é que o mesmo se deu conta que iria perder, vindo o projeto para a Bahia.

Isto provocou uma grande celeuma, pois a SUDENE com sede no Recife, teria de conseguir uma nova aprovação do Conselho da SUDENE para autorizar a transferência do projeto de Recife para Salvador; nessa ocasião realmente surgiu um impasse político e foi difícil convencer os membros do Conselho Deliberativo da SUDENE a aprovar a realocização. Nessa ocasião foi de grande importância a atuação do Governador Luiz Viana Filho e do Ministro Dr. Ângelo Calmon de Sá, Superintendente do CIA, na época.

O trabalho de transferência levou seis meses, tendo terminado em 1967. Somente depois da interferência do Governador Luiz Viana Filho junto ao Governador de Pernambuco, Dr. Nilo Coelho, é que foi possível um acordo definitivo para a realocização da fábrica na Bahia.”

Com o alumínio ganhou a Bahia uma das suas mais importantes indústrias. Investimento de 300 milhões de dólares, representa 1.300 empregos diretos, além de um ICM mensal para o Estado de 700 milhões de cruzeiros.

Avançando lado a lado da petroquímica, cuja maior parte se fixaria em Camaçari, o Centro Industrial de Aratu significou êxito completo. Fora o primeiro grande passo para fazer reverter a roda da fortuna há muito infensa ao desenvolvimento da Bahia.

Ao se comemorar o décimo aniversário do CIA, o então Secretário da Indústria e do Comércio, Emmanuel Vargas reconheceria o trabalho realizado: “Ao findar-se o Governo Luiz Viana Filho o Centro Industrial de Aratu já era sem dúvida uma realidade irreversível, orgulho de quantos tinham participado da complexa tarefa de forjar um parque industrial dentro dos postulados da racionalização”.

V

A Petroquímica

O estudo sobre as possibilidades da petroquímica na Bahia mostrou estarmos no caminho certo. Agora, era prosseguir. Fizéramos nossa parte, cabiam ao Governo Federal as providências para os caminhos não nos serem fechados. Com esse objetivo, em 17 de novembro de 1969, dirigi-me ao Presidente Médici solicitando-lhe a formulação “mediante a coordenação dos vários órgãos que opinam sobre a matéria — nem sempre de maneira concorde — de uma política que permita a implantação na área do Recôncavo, de um complexo petroquímico, atendendo à segurança militar e industrial”. Creio que pela primeira vez colocava-se o assunto nestes termos.

Era nítido o que pedíamos e justificávamos mostrando ser a petroquímica natural desdobramento da industrialização que avançara apreciavelmente no Centro Industrial de Aratu, onde novos projetos continuavam a ser implantados, entre os quais o Siderúrgico da Usiba, o do alumínio, liderado pela “Alumínio do Brasil Nordeste S.A.”, e o do cobre, representado pela “Caraíba Metais S.A.”.

“A concretização de um complexo petroquímico no Recôncavo — dizíamos — deve ser entendida, primordialmente, como conseqüência lógica da condição de ser aquela área a única em que se dispõe simultaneamente, de petróleo e gás, no Brasil. Assim sendo, razões de ordem econômica e de segurança industrial e militar justificam o mencionado “complexo”, devendo-se acrescer o alto poder germinativo do empreendimento, inclusive repercussões sobre a agricultura nordestina tendo em vista a produção de fertilizantes.

Foi partindo dessa evidência que o Governo Estadual resolveu promover um estudo da matéria em toda a sua profundidade, no que contou com o auxílio financeiro da PETROBRÁS—PETROQUISA. Do excelente estudo elaborado por especialistas, com a consultoria, inclusive, de técnicos estrangeiros, verificou-se a viabilidade da Petroquímica na Bahia, existindo também completa compatibilidade entre a mesma e a implantada no Centro-Sul do País. O problema, assim, deixa de apresentar mera dimensão regional para ganhar significação nacional. Sumariamente, lembraremos que três fatores principais indicam a referida e ampla possibilidade petroquímica, para o Recôncavo inde-

pendentemente das vantagens derivadas de uma localização na área de atuação da SUDENE:

- a) existência de matérias-primas (petróleo, gás e efluentes da Refinaria de Mataripe);
- b) proximidade de jazidas de sal-gema e potássio;
- c) suprimento abundante de energia elétrica.

A implantação do Complexo Petroquímico — COPEB, com vistas ao qual já têm sido, aliás, aprovados pelo GEIQUIM e pela SUDENE diversos projetos para a Bahia, está condicionada ao apoio do Governo Federal, sobretudo através da PETROBRÁS—PETROQUISA, na tomada das seguintes decisões:

a) definir uma política nacional no sentido de não permitir que o exagerado dimensionamento de unidades no Centro-Sul do País, abastecidos pela importação de nafta, retardem a implantação, no Nordeste, de unidades consumidoras de matéria-prima local;

b) acelerar a construção da unidade de propeno da Refinaria de Mataripe, assegurando o seu funcionamento para 1972, conforme previsão preliminar da própria PETROBRÁS;

c) definir uma política de utilização do gás natural;

d) assegurar suprimentos de nafta aos interessados;

e) ampliar a unidade de amônia e uréia do COPEB, em construção;

f) rever a fixação de preços de gás, no sentido de adotar, para certas indústrias, bases que considerem os baixos custos marginais de sua produção;

g) participar das unidades básicas “complexo”, em consórcio com particulares;

h) estabelecer prioridade para os projetos do “complexo”, ao nível da SUDENE, GEIQUIM, CNP e BNDE.

Conforme já esclarecido à PETROBRÁS, a Bahia, no particular, não deseja apenas pedir mas também oferecer a sua colaboração limitada embora pela modéstia dos recursos dispondo-se a:

a) apoiar a PETROQUISA na sua atividade empresarial, no que tange à concretização do “Complexo”, mediante efetiva participação financeira;

b) destinar o equivalente aos recursos de *royalties* a que tem direito sobre as matérias-primas destinadas à Petroquímica na Bahia, para concretização desta;

c) participar de um programa de pesquisas complementares referente ao sal-gema no Recôncavo;

d) examinar, de logo, em conjunto com a SUDENE, a constituição de uma grande empresa regional de mistura e distribuição de fertilizantes, em alta escala, associada a uma programação agrícola regional de grande envergadura.

Embora naturalmente discreto, prudente ao entrar em terreno que não lhe era familiar, o Presidente Médici não escondia o desejo de atender nossas reivindicações. No início de dezembro, o Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil, remeteu ao Ministro da Indústria e do Comércio, Fábio Yussuda, a solicitação da Bahia, então submetida à apreciação do GEIQUIM. O assunto não mais pararia. A verdade, porém, é que ao pedirmos não fosse permitido "o exagerado dimensionamento de unidades no Centro-Sul do País, abastecidas pela importação de nafta" havíamos posto o dedo na ferida: simultaneamente à nossa solicitação, a Petroquímica União requerera ao GEIQUIM a ampliação da sua unidade de pirólise de nafta de 187.000 t/ano para 300.000 t/ano de eteno, aumentando assim a sua produção de propeno, penteno e da corrente C4. Pretendia assim abocanhar o mercado do potencial da Bahia.

Sem o dizer, visava-se tornar inviável, pelo menos em curto prazo, a implantação de um complexo petroquímico na Bahia. Não era novo o problema do eteno e do propeno para certas indústrias desejosas de se implantarem na Bahia. Como prosperar a petroquímica sem a segurança de matéria-prima? Durante algum tempo viveríamos dentro de um círculo vicioso, pois enquanto a PETROBRÁS não ampliava a sua produção com receio de não haver consumidores, algumas indústrias se retraíam por não terem a segurança de obterem a matéria-prima necessária.

Esse dilema nos faria perder a Poli Brasil que se dissera inicialmente inclinada a fixar-se na Bahia, e a Petroquímica União prelibava atrair para São Paulo a fabricação de DMT.

Bastava um passo em falso para que o complexo petroquímico da Bahia fosse protelado por tempo indeterminado. Felizmente, o fato não passou despercebido do Grupo de Trabalho do GEIQUIM, do qual participavam os Srs. Amílcar Pereira da Silva Filho, representante do Ministério do Planejamento, Paulo Vieira Beloti, do BNDE, e Cyro Cordeiro de Farias, representante do Ministério do Exército. Ao apreciar o pedido de ampliação da Petroquímica União, o Grupo de Trabalho foi explícito:

"A atual pretensão da Petroquímica União é de obter a aprovação deste Grupo Executivo, para a ampliação da capacidade da unidade de pirólise de nafta de 187.000 t/ano, para 300.000 t/ano de eteno. Em consequência desse aumento haverá um aumento na produção de propeno, penteno e da corrente C4.

A análise procedida pelo subgrupo nos elementos fornecidos pela empresa e, tendo em vista, também, o conhecimento que se tem

da situação da Petroquímica do Brasil, permitiram chegar-se às seguintes conclusões sobre os objetivos e conseqüências da ampliação:

a) a iniciativa não visa suprir mercado existente ou potencialmente disponível em prazo razoável. De fato, relativamente ao consumo de eteno e propeno, a Petroquímica União argumenta com os seguintes novos projetos:

Eteno	t/ano
— Duplicação da Copamo	50.000
— Aumento da Poliolefinas	21.000
— Deriv. acéticos (novo proj.)	30.000
— Projeto de acetato de vinila (novo)	40.000
	SOMA: 141.000
Propeno	t/ano
— Refinaria União (aumento)	26.000
— Polipropileno (novo proj.)	30.000
— 2-Etil-hexanol (novo projeto)	18.000
— Bisulfureto de carbono	5.000
	SOMA: 79.000

No caso dos aromáticos, a empresa espera atrair para São Paulo a fabricação de DMT, ora em julgamento no GEIQUIM e, eventualmente, outros projetos que consomem aromáticos.

Verifica-se, assim, que a Petroquímica com a ampliação de sua capacidade atingirá os seguintes alvos:

I) Assegurará para alguns de seus atuais clientes uma condição privilegiada, eis que terão matérias-primas garantidas para ampliações que poderão realizar daqui a 7/8 anos. Este é o sentido das quotas de produtos atribuídos à Copamo, Poliolefinas e Refinaria União.

II) Coloca a Petroquímica União em condição favorável para disputar as oportunidades de investimentos remanescentes no campo da petroquímica, que se apresentam nos ramos dos monômeros para fibras sintéticas, acetato de vinila, resina ABS etc.

III) Permite a Petroquímica União colocar em cheque alguns projetos já aprovados pelo GEIQUIM para implantação na Bahia e que estão com seu andamento prejudicado em face da indefinição da PETROBRÁS, quanto ao suprimento de propeno”.

Formuladas estas considerações, vinha a conclusão:

“Parece, assim, ao subgrupo, que se o Governo pretender dar uma oportunidade ao Nordeste para a criação de um núcleo de petroquímica, não se afigura oportuna a aprovação do aumento da capacidade de eteno da Petroquímica União 300.000 t/ano”.

Era a recusa à ampliação que retardaria o pólo baiano.

Em seguida, depois de analisar a petroquímica na Bahia, o parecer era enfático quanto à necessidade de maior amparo aos projetos em implantação. E admitindo ser a política do Governo no sentido da atenuação dos desníveis regionais, fazia estas recomendações:

“Verifica-se, assim, que a Bahia tem sido aquinhoada com um conjunto importante de aprovações de projetos. As providências efetivas para a execução dos empreendimentos, no entanto, estão muito aquém das expectativas, principalmente a dos grandes projetos petroquímicos que dependem de propeno, matéria-prima que deverá ser suprida pela PETROBRÁS.

Além dos problemas objetivos que podem ser apontados como é o caso do propeno, os empresários nacionais têm que enfrentar uma série de outras dificuldades, tanto as derivadas de sua inexperiência no ramo, como as decorrentes de sua pequena capacidade financeira, falta de apoio técnico especializado e as dificuldades naturais da implantação de grandes projetos no Nordeste. A verdade é que alguns empresários nacionais que lideram grandes projetos aprovados para a Bahia estão necessitando de maior apoio, em todos os sentidos, para poderem realizar os empreendimentos em prazos mais curtos e com maior segurança”.

Ao que acrescentava pouco adiante:

“Se para os projetos já aprovados julgamos que os empresários estão a necessitar de maior apoio, com mais forte razão, para disputar as novas possibilidades os empresários que pretenderem se localizar na Bahia necessitarão de maior suporte que o até agora oferecido para aquela área. No caso de empresários nacionais é indispensável um suporte técnico e financeiro que só as empresas estrangeiras ou a PETROQUISA dispõem para orientarem os planejamentos.

Na opinião do subgrupo, o desenvolvimento de uma petroquímica de porte da Bahia, dadas as características peculiares que se apresentam, só poderá ser bem-sucedido se contar com um apoio decidido

e em alguns casos com a liderança da PETROQUISA, embora associada a empresários nacionais e/ou estrangeiros. Os projetos, nos primeiros anos de funcionamento devem contar, basicamente, com os mercados do Sul para a colocação de sua produção, daí decorrendo a necessidade de manutenção de uma reserva programada de pelo menos parte do mercado sulino, para ser abastecido pelas eventuais unidades que se implantarem na Bahia.”

O parecer, minucioso, estudava os vários ângulos do problema. E, feitas outras considerações, mostrando a inoportunidade de se permitir a ampliação pleiteada pela Petroquímica União, dizia claramente:

“Com base nessas conclusões, e admitindo ser política do Governo o princípio da atenuação dos desequilíbrios regionais de níveis de desenvolvimento, desde que sem prejuízo mensurável para a economia nacional, o subgrupo recomenda o seguinte:

a) que a não ser em casos especiais, o GEIQUIM não aprove aumentos de capacidade de projetos petroquímicos que constituam reserva de mercado a longo prazo;

b) que seja julgada inoportuna a ampliação da capacidade de produção de olefinas pedida pela Petroquímica União; providência que só deverá ser considerada concomitantemente com a aprovação de projetos insumidores de eteno;

c) que a PETROBRÁS estabeleça condições adequadas para o suprimento de propeno e de gás natural para os projetos aprovados e outros que necessitarem dessas matérias;

d) que a PETROQUISA assuma, na Bahia, uma atitude de liderança e cooperação, relativamente a oportunidades de investimento ainda remanescentes na petroquímica, bem como com relação aos projetos já aprovados;

e) que o Governo demonstre o seu apoio e incentivo à implantação de uma petroquímica na Bahia, acolhendo um projeto que demonstre sua viabilidade técnico-econômica.”

Datado de 30 de janeiro de 1970, o parecer representava meia batalha ganha. Contudo, estávamos longe de vencer a guerra.

X

Na área especificamente técnica, as reivindicações da Bahia, orientadas pelo Secretário Ângelo Sá, haviam sido acolhidas com simpatia, tanto se tornava evidente a conveniência para o País da implantação de um pólo fora do Centro-Sul. No âmbito da PETROBRÁS, por exemplo, um dos mais entusias-

tas era o Dr. Leopoldo Miguez de Mello, grande conhecedor do assunto, e que não demorou em enviar à Diretoria Executiva um documento sobre o apoio que se devia dispensar ao pólo projetado. "Está assim, dizia, se desenvolvendo um novo pólo de crescimento da indústria petroquímica, fora da Região Centro-Sul, e esse acontecimento só pode ser benéfico ao País, na medida em que representa uma alternativa válida do suprimento à indústria de plásticos, fibras, detergentes, elatômetros e fertilizantes". Em seguida apontava com franqueza o papel que deveria caber à PETROBRÁS na implantação do novo pólo:

"A PETROBRÁS, escreveu Miguez, por suas responsabilidades e pelas raízes já existentes na região, não deve deixar de ter ação marcante para que esse surto de desenvolvimento se processe no mais curto prazo.

Assim, entendemos que devem ser fixadas as seguintes diretrizes aos representantes da PETROBRÁS e da PETROQUISA na Comissão recentemente criada para estudar o Desenvolvimento da Indústria Petroquímica na Bahia:

— A PETROBRÁS apoiará o desenvolvimento da indústria petroquímica de base, na Bahia, no setor de olefinas, aromáticos e gás de síntese e seus derivados.

— A PETROBRÁS promoverá a integração do parque petroquímico baiano, levando em conta os projetos e investimentos já realizados na região.

No caso particular da indústria petroquímica, a Bahia tornou-se o centro de convergências dos projetos na área da SUDENE, não só por sua localização geográfica e por ser a mais importante região produtora de petróleo e gás natural do País, como também pelas condições favoráveis de infra-estrutura criadas pelo Governo Estadual no Centro Industrial de Aratu.

— A PETROBRÁS assegurará o fornecimento de gás natural, nafta, propileno e amônia para todos os projetos já aprovados pelo GEQUIM e pelo CNP para o Nordeste e envidará esforços para ampliar a disponibilidade de matérias-primas no Nordeste de modo a estimular os planos de expansão e o aparecimento de novos projetos na região.

— A PETROQUISA deverá assumir uma posição ativa na promoção do desenvolvimento petroquímico do Recôncavo, liderando ou participando das iniciativas essenciais ao crescimento e integração do parque petroquímico na região."

Entre as entidades governamentais representava, possivelmente, a opinião mais incisiva em favor dos interesses baianos. De fato eram diretrizes para os

representantes da PETROBRÁS e da Petroquisa na Comissão encarregada de estudar o desenvolvimento da indústria petroquímica na Bahia, e, aprovando-as, o Conselho de Administração não deixava dúvida quanto ao apoio ao pólo nordestino. Editou-se então a Resolução nº 397 datada de 14 de janeiro:

“1. A PETROBRÁS apoiará o desenvolvimento, na Bahia, da indústria petroquímica de base, fundada em matérias-primas locais, no setor de olefinas, aromáticos e gás de síntese e seus derivados. 2. O apoio da PETROBRÁS visa assegurar, dentro de suas possibilidades, o fornecimento de gás natural, nafta, propileno e amônia para os projetos aprovados para o Nordeste pelo Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) e pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), envidando esforços para ampliar a disponibilidade de matérias-primas na região. 3. Outrossim, a Petroquisa deverá assumir uma posição ativa na promoção do desenvolvimento petroquímico da região, liderando ou participando das iniciativas essenciais ao crescimento e integração do parque petroquímico, desde que elas não prejudiquem os empreendimentos de que a própria PETROBRÁS e a Petroquisa participem.”

Na realidade era pensamento coincidente com o do Governo da Bahia. Havia pouco, em entrevista à revista *Química & Derivados*, dissera o Secretário Ângelo Sá:

“Nenhum país do mundo, desenvolvido ou não, tem sua indústria petroquímica concentrada num único pólo”, afirma o Engenheiro Ângelo Calmon de Sá, Secretário da Indústria e Comércio da Bahia. “E no caso específico do Brasil”, insiste ele, “existe a necessidade de retirar da Petroquímica União e da Union Carbide, empresas de capitais estrangeiros, o monopólio sobre a matéria-prima petroquímica. O complexo petroquímico da Bahia está baseado em matérias-primas de origem efetivamente nacional, salvo a eventual utilização da pequena cota complementar de importações — o Recôncavo baiano é a única região brasileira que possui petróleo e gás e, forçosamente, os custos serão os mais baixos do País. Assim, além das razões econômicas, parece adequado observar que objetivos de segurança industrial e militar tornam essa localização necessária para um complexo petroquímico.

Desfechado o processo de desenvolvimento industrial no Nordeste, através da implantação do sistema de incentivos fiscais da SUDENE, a Bahia assumiu a liderança dos investimentos na área, graças à sua posição geográfica e ao esforço desenvolvido pelo Governo. Dentre as indústrias que optaram por localizar-se na Bahia, destacaram-se aquelas vinculadas ao setor petroquímico — cerca de vinte unidades industriais em diversas fases de concretização, com investimentos esti-

dados em torno de US\$ 240 milhões. Mas para o pleno êxito do programa regional é indispensável a colaboração da PETROBRÁS, ou diretamente ou através de sua subsidiária, a PETROQUISA.”

Para a Bahia, no entanto, o problema não parava aí: havia a questão das matérias-primas, inclusive o seu preço, e o assunto fora abordado pelo Secretário:

“Os novos projetos em andamento vêm provocando crescentes pressões sobre a PETROBRÁS, no sentido de garantir o suprimento de matérias-primas: é indispensável um plano sistemático e que tenha a aprovação do CNP. Até o momento não foi formulada uma política definida em relação ao aproveitamento do gás natural, nem são conhecidas suas reservas e disponibilidades para a indústria. Tal estudo deveria estender-se à própria política de produção do petróleo na Bahia, tendo em vista a perspectiva de seu melhor aproveitamento como matéria-prima petroquímica.

Alguns projetos atuais têm encontrado dificuldades no suprimento de matérias-primas — o da Poliar, por exemplo, depois de aprovado pelo GEIQUIM, irá transferir-se para o Sul. A razão apontada foi a falta de garantias no fornecimento de propeno pela PETROBRÁS. A conclusão da unidade de propeno, prevista para 1972, foi adiada para 1973, sendo sua capacidade de 58.000 t, quando a demanda atingirá a 75.000 t.

Além de propiciar as matérias-primas que possibilitem as indústrias derivadas dos hidrocarbonetos, parece de fundamental importância que a PETROBRÁS (e PETROQUISA) tome, ao lado do Estado, um interesse direto e imediato na pesquisa do sal-gema no Recôncavo. Confirmada a existência do sal, verificar-se-ia a possibilidade única no País de combinar o cloro com petroquímicos básicos produzidos no mesmo local para oferecer produtos variados a custos internacionais: já se pode contar com mercado de exportação, principalmente para o dicloretano. No caso de a pesquisa resultar negativa, seria preciso articular ainda mais o programa petroquímico da Bahia com o projeto sal-gema de Alagoas e com as novas possibilidades verificadas em Sergipe.”

Também não descuraremos do importante apoio da SUDENE, cujos incentivos financeiros eram essenciais para os investidores desejosos de se fixarem no pólo petroquímico da Bahia. A SUDENE preocupava-nos tanto mais quanto num estudo intitulado “Subsídios para a programação da indústria química do Nordeste” não se mostrara otimista sobre as possibilidades regionais para a implantação de indústrias químicas, que deveriam ficar quase restritas à área de

fertilizantes. Redigido por um Grupo de Trabalho do qual participaram os Srs. Luiz Carlos Vinagre da Silveira, Geraldo de Oliveira, Edward T. Powers e Rudolf Halla, o documento, além de reivindicar para a SUDENE o exame e a decisão sobre os projetos em implantação e a implantar, principalmente para ajustar o cronograma de investimentos, não escondia o pessimismo em torno da petroquímica. “Em primeiro lugar — dizia o estudo da SUDENE — impõe-se a constatação de que não tem a região suficiente nível de desenvolvimento industrial para permitir a implantação de muitos projetos de indústria química de bens intermediários básicos. Considerado, autonomamente, o Nordeste não poderá atrair investimentos nesse campo”. Divulgado em junho de 1969, a publicação era uma ducha de água fria.

Foi necessário dobrar-se o trabalho junto aos técnicos da SUDENE, que, além de outros obstáculos estavam certos da insuficiência do gás proveniente dos poços baianos. Conseguimos, porém, que alguns viessem examinar o problema *in loco*, e acabamos por convencê-los da procedência das reivindicações da Bahia. Em abril de 1970, após longo período de entendimentos, mudou a posição da SUDENE, e o Secretário Ângelo Sá logo me comunicou o novo apoio: “declarou-me o Dr. Vinagre (Chefe da Comissão da SUDENE encarregada dos projetos petroquímicos) que estão elaborando um documento para o Superintendente, onde endossam a posição definida pelo Governo do Estado da Bahia, ou seja, da consolidação dos projetos petroquímicos já aprovados e da implantação de uma Central Petroquímica na Bahia”. Ganhávamos mais um aliado.

Mas, se tudo ia bem na área técnica, obstáculos estavam à vista no campo político, onde era inequívoca a ação e o prestígio da Petroquímica União. Sinal de que importante batalha se travaria no CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), que daria a palavra final. O adversário era forte, capaz, atento, usava das armas que tinha ao alcance, e a ele nos devíamos antecipar, se pretendíamos arrebatá-lo a vitória. Foi o que me levou a enviar ao Dr. Marcus Vinício Pratini de Moraes, recentemente nomeado Ministro da Indústria e do Comércio, carta, que me pareceu incisiva. A hora não era de circunlóquios. Embora longa, a carta não pode ser omitida, pois resume não somente os interesses da Bahia, mas, principalmente, os argumentos com que os defendíamos. No fundo era a contestação de quanto afirmava a Petroquímica União. Eis a carta:

“Bahia, 27 de fevereiro de 1970. Meu caro Ministro: Inicialmente, os meus renovados votos de continuado êxito, para alegria dos seus amigos, entre os quais creio poder incluir-me.

Como bem sabe um dos problemas mais graves e importantes, para o futuro da Bahia é o da implantação aqui de um conjunto petroquímico. Mas, como tudo relativo a petróleo custa sangue, suor e lágrimas. Temos tido, portanto, uma luta bem árdua, enfrentando poderosos grupos financeiros, que não nos querem deixar respirar. Mas,

no caso, como somente propugno por interesses públicos sinto-me muito à vontade para bater a quantas portas se faz necessário. Por último, com a concordância do Ministro Yassuda, dirigira-me ao GEIQUIM para evitar uma precipitada ampliação da Petroleo União, que pretende tirar-nos todas as possibilidades, uma vez que lhe seja permitido captar todo o mercado nacional depois de 1974.

O certo é que, atendendo à minha solicitação, o GEIQUIM constituiu uma subcomissão para estudar o problema, ficando acertado que o relatório dessa subcomissão seria apresentado ao CDI. Agora, o relatório está concluído. Resta, como espero, que o CDI o aprove com o entusiástico apoio do meu caro amigo. Realmente, o relatório é bem claro, parece-me. Mas não sei se a clareza supera os obstáculos do capitalismo, que é muito voraz.

Permita, entretanto, que chame a sua atenção para estes aspectos:

Questão fundamental que nos importa saber é se convém à economia nacional que o complexo petroquímico na Bahia seja adiado ou talvez prejudicado por um longo período — o que muito provavelmente resultaria da ampliação da Petroquímica União?

Em nosso entender, além de ser isso contra o propósito do Governo de desenvolvimento do Nordeste e contra a legislação referente a desenvolvimento regional, ao GEIQUIM e ao CNP, prejudicar o crescimento do complexo da Bahia resultaria em:

a) evitar a instalação do complexo com maior capacidade de crescimento pelas melhores vantagens comparativas que oferece — em contradição com a política de obtenção de reais custos internacionais na indústria brasileira;

b) privar o País de uma fonte industrial de divisas em produtos industriais — contra a política de ampliação da nossa capacidade exportadora, sobretudo no campo industrial.

Não podemos deixar de considerar que o complexo da Bahia tem efeitos difundidos não só no Nordeste, mas também em todo o Brasil, enquanto o da Petroquímica União tende a concentrar seus efeitos no planalto paulista. Há quatro razões para isso:

1. O complexo da Bahia está à beira de um porto profundo, donde os produtos intermediários e alguns básicos petroquímicos poderão ser transportados a granel com menores custos para todo o País, inclusive extremo-Sul; enquanto que o da Petroquímica União está no planalto paulista, tornando muito mais oneroso o transporte

para outros pontos do País. Assim, é muito mais vantajoso utilizar tais produtos em torno da central petroquímica que em outros locais.

2. Na Bahia, o mercado criado por indústrias de transformação que utilizam petroquímicos é e será pequeno; enquanto que, em São Paulo, funcionará a conhecida "causação circular acumulativa".

3. O complexo da Bahia tem menores custos reais ou "nacionais" em virtude de matérias-primas locais e associações com cloro mais barato.

4. O complexo petroquímico na Bahia, o de potássio em Sergipe e o de soda-cloro em Alagoas, constituem os pólos mais importantes para a auto-sustentação do processo de desenvolvimento no Nordeste, sem falar no papel do complexo da Bahia, que permitirá a plena eficiência da COPERBO. Tais complexos promovem, em complemento, a efetiva integração do Nordeste na economia nacional — objetivo de decisiva importância para o futuro próximo do País.

Em conseqüência do complexo petroquímico da Bahia, a economia brasileira desenvolver-se-á com mais equilíbrio, enquanto que o efeito da Petroquímica União é aumentar o distanciamento entre São Paulo e o resto do Brasil.

Também não pode deixar de ser levada em consideração a existência dos incentivos fiscais no Nordeste, que permitirão a implantação de um complexo petroquímico com a mobilização bem menor de recursos externos. Estes recursos conduzem-nos normalmente a dois inconvenientes: problemas no balanço de pagamentos e uma maior participação do capital estrangeiro.

No momento não se pode dizer que há sobras de recursos dos incentivos fiscais; mas, sem dúvida alguma, existe uma série de projetos a absorver recursos de incentivos, que tem uma prioridade, em termos nacionais e nordestinos, muito inferior à de um complexo petroquímico.

O argumento da grande escala como instrumento de eficiência, invocado em favor da ampliação imediata da Petroquímica União, funda-se em uma premissa certa, mas que não pode ser considerada isolada e absolutamente fora de um contexto histórico. O que importa é alcançar custos competitivos internacionais.

A escala é um fator importante, não único. Em cada projeto a situação é distinta. Nos Estados Unidos, onde já se projeta unidade para cerca de 700.000 t/ano de eteno, coexistem unidades pequenas, naturalmente em condições especiais.

Por outro lado, se para alcançar a “escala econômica” trata-se de dar uma reserva de mercado, que se traduz num privilégio formal ou real, outras questões devem ser forçosamente levantadas:

- a) a da concentração do poder econômico em um grupo;
- b) a da concentração regional do desenvolvimento;
- c) a dos menores custos potenciais, ou seja, maiores vantagens futuras para a economia nacional; e assim
- d) maior capacidade potencial de crescer e de contribuir para o crescimento da economia nacional;
- e) a do maior efeito no desenvolvimento do empresariado nacional.

Ora, estamos certos de que a petroquímica na Bahia apresenta condições de custos menores para a economia nacional, por consequência, maior potencialidade de competição internacional e mesmo de mercado externo. Frustrar sua realização (pelo menor poder econômico do Nordeste), ou mesmo adiá-la, é da maior inconveniência para a economia nacional; sem mesmo considerarmos os aspectos também relevantes do desenvolvimento regional equilibrado e da expansão do mercado interno, bem como da segurança nacional.

Perdoe ser tão extenso. Mas, como a Bahia não tem ninguém no Ministério, resta-me apenas confiar na benévola paciência e boa vontade dos gaúchos.

Queira dispor do seu admirador e velho amigo *Luiz Viana Filho.*”

Não tínhamos qualquer dúvida sobre as dificuldades que nos aguardavam. Mais avançávamos, maiores os obstáculos que encontrávamos, cuidadosamente levantados pelos interessados em deter o pólo nordestino. Certa feita, com o propósito de criar um ponto de apoio para a indústria petroquímica, resolveram os industriais com projetos na Bahia, fundar uma associação, que, para ser mais ampla, foi denominada Sociedade das Indústrias Químicas do Nordeste. Apoiamo-la como nos foi possível, havendo-se acertado que a eleição da diretoria seria feita em reunião a realizar-se, no Rio, no Copacabana Pálace Hotel. O Secretário de Imprensa, Prisco Viana, promoveu a convocação de vários jornalistas especializados em economia, e o ex-Ministro Clemente Mariani foi eleito Presidente da Sociedade. No dia seguinte, não havia uma linha nos jornais. A coincidência era significativa — valia como um aviso sobre os riscos que corríamos. A nós cabia vencê-los. Foi o que fizemos.

Pouco antes, no fim de janeiro, manteve o Secretário Ângelo Sá os primeiros contatos com o General Geisel, Presidente da PETROBRÁS, sobre a idéia da Central de Matérias-Primas, chave mestra do pólo petroquímico, e que seria construída para uma produção de 300 mil t/ano de eteno, 202 mil t/ano de pro-

peno, 52 mil t/ano de butadieno, 126 mil t/ano de benzeno, 17 mil t/ano de tolueno, e 134 t/ano de xileno. Haveria também uma Central de Utilidades e outra de Manutenção e Serviços, que dariam a Camaçari condição singular no Brasil. Informou-o então que vários grupos paulistas desejavam fixar-se na Bahia, a fim de não ficarem sujeitos ao monopólio da Petroquímica União. Dentro dos pontos de vista que defendíamos, discorreu também sobre a conveniência de um segundo pólo petroquímico, que seria facilitado pelos recursos da SUDENE, e os inconvenientes de se permitir algo semelhante à indústria automobilística. Os argumentos, segundo me informou o Secretário, sensibilizaram o General Geisel, que, sempre inclinado a ajudar o pólo nordestino, transmitiu as queixas que lhe chegavam, e provenientes “da atitude do Governo do Estado da Bahia em bloquear a ampliação da Petroquímica União”. A informação permitiu que o Secretário Ângelo Sá deixasse claro que a ampliação tornaria inviáveis, conforme assinalado pelo Grupo de Trabalho do GEQUIM, projetos já aprovados pelo próprio GEQUIM para a Bahia. Acredito que o argumento tenha fortalecido as antigas inclinações do Presidente Geisel, que se tornou um aliado fundamental.

X

Por sinal, o problema da Central Petroquímica somente se resolveria definitivamente quando, em maio de 1972, o General Geisel, “atendendo recomendação recebida do Governo, através do Ministério da Indústria e do Comércio”, oficiou ao Ministro Pratini de Moraes informando-o de maneira a não deixar dúvida quanto ao propósito da PETROBRÁS: “propomo-nos a assumir o encargo de desencadear as medidas necessárias, caso essa linha de ação esteja em conformidade com a orientação do Governo Federal, relativamente ao desenvolvimento industrial em apreço”. Era o fim da maliciosa, argumentação dos que tentavam criar um clima de incertezas para os empresários receosos de que, ao final, lhes faltasse a matéria-prima a ser fornecida pela Central Petroquímica. (Veja-se Anexo VI). Na realidade cortava-se o nó górdio.

Não nos faltavam informações sobre as pressões em torno da petroquímica, com o objetivo de fazer malograr o pólo nordestino. Amiudavam-se, por isso, as viagens, os entendimentos, e os relatórios do Secretário Ângelo Sá — era a maneira de evitarmos a surpresa de uma decisão contrária. Em 20 de fevereiro dele recebi esta comunicação:

“Conforme informei a Vossa Excelência, já foi avocado, pelo Ministro, para o CDI, o processo referente à ampliação da Petroquímica União, já tendo sido inclusive distribuído entre os diversos membros do Conselho o relatório da Comissão distribuído entre os membros do GEQUIM. Foi-lhes, também, solicitado que manifestassem por escrito, sua opinião sobre o relatório, para serem também encaminhadas aos membros do CDI.”

Sinal da aproximação do fim. Na mesma oportunidade, deu-me ele conhecimento dos frutos iniciais do trabalho junto à PETROBRÁS para a construção da Central Petroquímica, produtora da matéria-prima cuja deficiência tanto inquietava os empresários. Para estudar o assunto, criara-se, por sugestão da Bahia, uma comissão mista, e dela participavam os Srs. Sálvio Gama, Otto Perroni e Ângelo Sá, que, em 20 de fevereiro de 1970, enviou-me esta súmula da primeira reunião:

“O objetivo dessa reunião foi o da discussão do cronograma de implantação da unidade de propeno. Acredito que demos um grande passo à frente em relação a implantação da unidade de propeno, pois os usuários do propeno, isto é, a FISIBA, a POLIBRASIL, a CIQUINE, OCTANOL e a POLIAR manifestaram, por escrito, à PETROBRÁS, suas necessidades da matéria-prima, bem como o prazo em que dela irão necessitar.

Por outro lado o Dr. Sálvio Gama apresentou um esboço de cronograma, com a previsão de entrada em operação da unidade em maio de 1973, acrescentando que, em caso de necessidade, esse prazo poderia ser antecipado em 6 meses.

Pelo exame rápido dos cronogramas de implantação das diversas indústrias, verificou-se existir necessidade de antecipar apenas em 3 meses o cronograma apresentado pela PETROBRÁS. Ficou combinado que o Dr. Sálvio Gama, no prazo de 15 dias, elaborará o cronograma final da PETROBRÁS, bem como obterá dos diversos setores competentes daquela entidade os detalhes quanto a preço, local e condições de fornecimento de propeno aos interessados. De posse desses dados, será realizada uma reunião conjunta da Comissão com os interessados, para que sejam combinados os termos dos contratos de fornecimento de propeno, criando, portanto, obrigações recíprocas entre a PETROBRÁS e os usuários de propeno.

Firmados que sejam esses documentos, Senhor Governador, teremos quebrado um círculo vicioso, onde a PETROBRÁS dizia não se animar a iniciar a unidade de propeno por não ter garantia de que, concluída a unidade, existiria quem comprasse o produto e, por outro lado, os industriais, que se diriam não dispostos a correrem o risco de iniciar investimentos vultuosos sem a garantia de fornecimento da matéria-prima. Desta forma, será obtido o primeiro fruto da criação da Comissão, em tão boa hora sugerida por Vossa Excelência.”

A essa altura, inclusive pelos contatos, no Rio de Janeiro e em Brasília, do Secretário Ângelo Sá, era possível identificar os defensores da ampliação da Petroquímica União. O principal argumento ostensivo consistia no barateamento

da produção mediante uma economia de escala, além de ser a ampliação menos dispendiosa do que a construção de nova unidade, na Bahia. O aspecto regional era ignorado. Resolvi então fazer nova carta para o Ministro Pratini:

“Salvador, 20 de março de 1970. Meu caro Ministro Marcus Vinicius: depois da nossa última conversa, relativa à petroquímica nordestina, fiquei em dúvida sobre o seu pensamento quanto a se submeter ao CDI o parecer da subcomissão do GEIQUIM, conforme eu sugerira ao Ministro Yassuda. Ainda quis falar-lhe, mas V. Exª já batera asas para Brasília.

Daí estar voltando ao assunto pois V. Exª bem sabe quanto interessa à Bahia e ao Nordeste uma definição governamental. Até agora temos sido a panela de barro na luta com o império representado pela Petroquímica União, e esta valendo-se dos elementos que tem, não tem qualquer cerimônia. Faz e fica feito. Pelo menos tem sido assim. E agora deseja fazer uma reserva de mercado além de 1976, tirando todas nossas possibilidades. Sinceramente, não creio ser esse o interesse nacional, por muitos motivos, dentre os quais destacarei o consumo de matéria-prima nacional e a diversificação de áreas de localização, com todas as implicações relativas à segurança nacional e ao desenvolvimento regional.

Outro argumento que eu agora aduziria é o de estar o Ministério de Planejamento cuidando de situar as áreas do desenvolvimento nacional de acordo com as possibilidades locais. Natural que a Bahia apareça como um pólo petroquímico. Por que então nos precipitamos dando logo a ampliação da União? Enfim, são tantas as razões que temo provarem demais, e acabarem voltando-se contra nós. Na realidade o parecer do GEIQUIM considera apenas inoportuna a ampliação. Pausa para meditação. Não tiramos nada de São Paulo ou dos seus grupos financeiros. Queremos apenas ter um lugar ao sol. Será demais? Estou certo que V. Exª não estará entre os que imaginam que o Nordeste foi feito para sofrer.”

Conquistaríamos esse lugar ao sol?

VI

Uma Breve Polêmica

Tal como prevíamos o pólo nordestino começara a incomodar. Mais alguns dias, e, em 8 de abril de 1970, importante jornal de São Paulo esposou os argumentos da Petroquímica União, certamente ponderáveis, uma vez afastado o problema, que tínhamos como primacial do desenvolvimento regional. Na realidade era o primeiro grande golpe contra a petroquímica baiana, pois, dada a autoridade do jornal, poderia intimidar uns e até convencer outros. Para melhor se conhecer a opinião do jornal, que repercutiu amplamente, reproduzimo-la na íntegra:

Petroquímica e Regionalismo

“Não acreditamos que o puro *laissez faire* possa constituir a base de uma política econômica, mas temos de reconhecer que a intervenção estatal, mesmo quando toma a forma de incentivos indiretos, pode conduzir a abusos ainda mais nocivos do que o *laissez faire*. Neste caso, de fato, são os próprios empreendedores que correm os riscos, pois, quando se verifica a intervenção, o risco é transferido para a Nação inteira. Temos um exemplo concreto desse perigo na campanha encabeçada pelo governador da Bahia, Sr. Luiz Viana Filho, a favor da instalação de algumas unidades petroquímicas naquele Estado. O problema se torna ainda mais complexo, porque estão sendo usados argumentos que sensibilizam *a priori* a necessidade do desenvolvimento regional e a existência de matéria-prima.

Em diversos comentários, já tivemos a oportunidade de assinalar nossa desaprovação diante da orientação dada ao problema do desenvolvimento do Nordeste, onde o mito da industrialização deturpou a política de desenvolvimento. Não se deve, de fato, confundir desenvolvimento regional com regionalismo, conforme acentuamos em nossa análise de um recente caso no Rio Grande do Sul. A indústria siderúrgica exerceu e continua exercendo fascínio particular, que faz com que cada Estado queira possuir a sua siderurgia; agora, é a petroquímica que começa a exercer o mesmo fascínio. Ora, em ambos os casos, trata-se de setores em que a produção em grande escala se torna um imperativo para enfrentar a concorrência internacional e produzir a um custo suficientemente baixo.

O Estado da Bahia, que foi o primeiro produtor de petróleo bruto do País (ainda que não tenha reservas muito significativas, pelo que poderá perder seu lugar com a expansão da produção na plataforma submarina de outros Estados), reivindica a criação de um grande complexo petroquímico. Justifica tal pretensão com a necessidade que tem a PETROBRÁS de contribuir para a industrialização dessa região, e em virtude da existência da matéria-prima regional. Para permitir essa instalação, o Estado da Bahia pressiona as autoridades, visando impedir a expansão da capacidade de produção dos Estados do Centro-Sul. Não pensamos que a intervenção estatal deva favorecer o que nos parece ser apenas um "capricho" regionalista.

O Nordeste deve, antes de tudo, promover uma industrialização que atenda ao mercado regional e que contribua para expandir esse mercado. Não pensamos que a instalação de qualquer unidade petroquímica possa atingir tal objetivo, pois se trata de um investimento "capital intensive" que emprega muito pouca mão-de-obra e que exige uma mão-de-obra altamente especializada. Poderia pensar-se que essa nova indústria de base seria suscetível de criar indústrias anexas, desde que houvesse mercado, o que não é o caso.

Existe, porém, um outro argumento que poderia impressionar: o da existência de matéria-prima. Mas trata-se apenas de uma ilusão.

De fato, a petroquímica depende da matéria-prima, seja do gás natural, seja da nafta. Nossas reservas de gás natural são infelizmente muito reduzidas e, por enquanto, não permitem basear a instalação de unidades petroquímicas sobre reservas tão limitadas, as quais poderão ser descobertas, aliás, em outros Estados. Quanto à nafta, exige para sua produção um parque de refino bem estruturado, e bem assim a existência de um grande mercado para outros derivados do petróleo, o que não é o caso da Bahia.

Por isso, a PETROBRÁS, por meio de sua subsidiária, a PETROQUISA, teve por bem prever a instalação de uma grande petroquímica no Estado de São Paulo para produzir etileno em condições econômicas, isto é, com a capacidade de produção de 300.000 toneladas, enquanto a Bahia pretenderia instalar, com a ajuda do Governo e os incentivos fiscais pagos pelos contribuintes, uma unidade de 70.000 toneladas. Num estudo encomendado pelo próprio governo da Bahia, pudemos ler o seguinte, referente à capacidade de produção de etileno: "Nos Estados Unidos, unidades de 100.000 a 150.000 t/a de etileno eram comuns; hoje, as unidades em construção são da ordem de 300 t/a e anuncia-se a construção de unidades superiores a 500.000 t/a. No Japão, a capacidade mínima licenciável é de 300.000 t/a, havendo atualmente 6 novas unidades em construção. Os novos níveis de capa-

cidade tiveram grande influência na produção dos custos de produção de etileno”.

Ora, a Bahia, a fim de possuir uma petroquímica antieconômica, pretende impedir a instalação de unidades adequadamente dimensionadas no Centro-Sul, isto é, quer, por motivos regionalistas, impor um aumento dos preços de uma matéria-prima essencial. Sua unidade terá preço alto, importará do Sul sua matéria-prima (nafta) e deverá exportar para o Sul sua produção. Estamos de acordo quanto à necessidade de realizar alguns sacrifícios para reduzir a desigualdade regional, mas isso não se deve fazer à custa do desenvolvimento da Nação.”

O problema era colocado de maneira inteligente. Inicialmente buscava separar “o mito da industrialização” do problema do “desenvolvimento regional”. Não haveria, dizia, como confundir-los: fazê-lo seria mero “capricho” regional. Por isso o jornal defendia promover-se uma industrialização apenas destinada a expandir o mercado local — jamais uma industrialização voltada para o exterior, para a qual julgava não estarmos preparados. Seguiu-se a questão dos novos níveis de produção pretendidos pela Petroquímica União, que contribuíram para “a redução dos custos da produção de etileno”. Sem dúvida a dialética era forte e enganosa. E para não revelar oposição ao desenvolvimento regional, concluía admitindo: “Alguns sacrifícios para reduzir a desigualdade regional”, contanto que se o não fizesse “às custas do desenvolvimento da Nação”.

Não tínhamos dúvida quanto ao perigo nascido do ataque. Valemo-nos, porém, de antigas relações com *O Estado de S. Paulo*, iniciadas ao tempo de Júlio de Mesquita Filho, modelo de probidade jornalística, e nos dirigimos ao Sr. Júlio de Mesquita Neto, que, em 21 de abril, publicou a carta que lhe mandáramos:

“Do Governador do Estado da Bahia, Sr. Luiz Viãna Filho, o Dr. Júlio de Mesquita Neto, diretor desta folha, recebeu a seguinte carta: “Habitado à exaçaõ com que *O Estado de S. Paulo*, através do seu renomado corpo de redatores especializados, costuma abordar assuntos que envolvem aspectos técnicos, fiquei surpreso ao constatar a desinformação da qual resultou o artigo “Petroquímica e regionalismo”, publicado na edição de 8 de abril. Realmente, longe de se tratar de um “capricho” ou “ilusão” da qual resultaria o empenho na criação de uma “petroquímica antieconômica”, com o sacrificio da instalação “de unidades adequadamente dimensionadas no Centro-Sul”, a verdade é inteiramente o oposto.

Inicialmente, o que a Bahia possui não é um capricho e muito menos uma ilusão, e sim matéria-prima adequada, óleo do melhor tipo para a petroquímica e gás. Ambos esses produtos levam o País,

por motivos econômicos, de segurança nacional, e de desenvolvimento regional, a promover a implantação de um conjunto petroquímico no Nordeste. Ou deveremos abandonar essa matéria-prima nacional, e fincarmos o pé no uso de matéria-prima importada? A pergunta é importante, pois a petroquímica na Bahia nos dará maior flexibilidade no uso de matérias-primas; libertar-nos-á do uso exclusivo de matéria-prima importada: provocará necessariamente o desenvolvimento de tecnologia adaptada a nossas condições; e assegurará maior segurança industrial e militar em caso de dificuldade de suprimento de óleo do exterior. São fatos que saltam aos olhos. São circunstâncias que clamam pela criação de um novo pólo petroquímico, além dos dois já existentes em São Paulo.

Queremos também deixar bem claro que jamais desejaríamos impor qualquer sacrifício ao parque industrial de São Paulo, do qual todos nós nos orgulhamos, e para o qual tanto contribuimos. No caso, ocorre, entretanto, que a Petroquímica União, ao pleitear a sua ampliação de 187.000 t/ano para 300.000 t/ano não visa adquirir uma escala econômica, mas fazer uma reserva de mercado para daqui a sete, oito ou nove anos. De fato, ao ter o seu atual projeto aprovado, e que se somou às 128.000 t/ano da Union Carbide, ficou de logo admitido pelos órgãos técnicos do Governo que tais quantidades somente seriam consumidas no quarto ou quinto ano de operação, ou seja, daqui a seis ou sete anos. Tanto assim que para assegurar o êxito do empreendimento, precisou o Governo, entre outras coisas, proporcionar matéria-prima importada a custo baixo, e aquisição obrigatória pela PETROBRÁS dos subprodutos não-vendáveis a um preço até 20% superior ao da matéria-prima. Condições garantidoras do êxito do projeto na base das 187.000 t/ano, mas que poderão ser insuficientes, se as 300.000 t/ano tiverem como consequência apreciável excedente sobre o consumo. Nem sempre é exato que um projeto é tanto mais rentável quanto maior for.

Do mesmo modo é impossível comparar, como se pretendeu, dois projetos levando em consideração apenas a escala de cada qual deles. Daí o equívoco cometido pelo redator de *O Estado de S. Paulo*, ao tentar o confronto entre as 300.000 t/ano pretendidas pela Petroquímica União e as modestas 70.000 t/ano da Bahia, conforme o projeto da Etilar. Acontece que, enquanto aquelas 300.000 toneladas estão baseadas na nafta produzida com matéria-prima importada, e por isso mesmo dependentes de numerosos co-produtores para a sua economicidade (daí a devolução à PETROBRÁS dos co-produtos invendáveis), as 70.000 do projeto baiano representam a utilização de uma corrente residual de etano, não dependendo, pois, de co-produtos,

além de exigirem investimento relativamente mais leve. O que torna essa escala menor perfeitamente econômica.

Isso para não falar em muitos outros aspectos do problema — todos eles — localização, transporte, custo — a deporem em favor de um conjunto petroquímico na Bahia.

Seria, portanto, verdadeiro crime contra a economia e a segurança nacional, se o Brasil, sem razão maior e apenas para dar à Petroquímica União o monopólio do incerto mercado nacional nos próximos oito ou dez anos, permitisse uma ampliação inoportuna, desnecessária e possivelmente onerosa, e cuja única consequência imediata e inconteste seria colocar sob ameaça todos os projetos petroquímicos até agora aprovados para a Bahia e o Nordeste. Representaria a negação de tudo quanto tem sido dito e feito pela Revolução no sentido de atenuar os desequilíbrios regionais. Estou bem certo, portanto, que, postas as coisas nos seus devidos termos, dissipados os equívocos, somente os que estejam cegos pelo interesse ou pela paixão deixarão de reconhecer que retardar ou esmagar um conjunto petroquímico numa região, que oferece todas as condições naturais para a sua implantação e economicidade, não representará o melhor serviço que se poderá prestar à segurança, à economia, e ao desenvolvimento do Brasil.

Mais tarde, melhor conhecida a potencialidade do mercado nacional, e demarcados os projetos petroquímicos da Bahia, e também os de São Paulo, haverá muito tempo para se atender à ampliação na Petroquímica União. Não há por que essa impaciência em atropelar matéria ainda verde e reclamando ponderação. No particular, aliás, parece-me oportuno ver-se como foram diferentes os caminhos escolhidos pela Petroquímica União e pela Bahia. Enquanto aquela formulou apenas o seu projeto, sem qualquer consideração de outra ordem, a Bahia, atendendo a sugestão de missão Econômica do BID, formulou um projeto global, encarando os aspectos nacionais, inclusive de mercado, matérias-primas, localização e custo, com o objetivo de melhor informar os empresários interessados na matéria, e até o próprio Governo. Nenhum exclusivismo, nenhum “capricho”, nenhuma ilusão. Apenas fatos, para resguardar os permanentes interesses do Brasil, que devem pairar acima dos contingentes interesses privados. Eis tudo. Pois nada mais do que isso esperamos dos órgãos governamentais, bons conhecedores das múltiplas faces do problema, e sempre atentos aos interesses fundamentais do País.”

À carta seguia-se nota redacional, reiterando os pontos de vista do jornal. Aos leitores fora dado, entretanto, o acesso à maneira por que o assunto era encarado pela Bahia, e pelos que a ele se opunham. Esta a réplica do jornal:

“O ilustre Governador da Bahia, Prof. Luiz Viana Filho, na carta que publicamos com prazer se refere à desinformação do redator do artigo “Petroquímica e regionalismo”, publicado em nossa edição de 8 de abril. Ao ler a sua resposta, parece-nos, entretanto, que nosso missivista cometeu alguns erros de interpretação, impôs-se, pois, alguns esclarecimentos, demonstrativos de que nossos redatores especializados continuam informados. Nunca negamos a existência de matérias-primas no Estado da Bahia, no que diz respeito à petroquímica. Referimo-nos ao gás natural, cujas reservas, ainda muito limitadas, têm seu uso econômico indicado para produção de amônia, uréia e etileno. Não negamos a possibilidade de ser utilizado o óleo baiano na produção de nafta; apenas assinalamos que tal produção exige amplo mercado para os outros derivados.

Nunca foi intenção desta folha defender qualquer monopólio (nem mesmo o monopólio estatal). Quando o Governador se refere à idéia de monopólio da Petroquímica União, responsável pelo citado empreendimento paulista, mostra-se em contradição com a sua própria carta, que se refere também à Union Carbide, já em fase inicial de produção. Se há dois produtores que competem na mesma área, não há possibilidade de se estabelecer o “monopólio do incerto mercado nacional nos próximos oito ou dez anos”, como disse S. Ex^a

O Prof. Luiz Viana Filho se refere à importação de nafta pelo grupo paulista. Ora, pelo que tem sido amplamente divulgado, inclusive pela PETROBRÁS, que se associou a duas ou três empresas em São Paulo, integradas no programa de desenvolvimento regional da indústria petroquímica, a nafta será produzida pela PETROBRÁS e fornecida por ela à Petroquímica União, como detentora que é do monopólio estatal de refino. Não será importada.

Nosso comentário, objeto das críticas do senhor Governador da Bahia, não pretendeu, em qualquer ponto do seu texto, desestimular as iniciativas projetadas para o Recôncavo baiano. Apenas, contestamos a oportunidade e mesmo a legitimidade de se pretender, a esta altura, uma revisão de projetos aprovados pelo Governo Federal e já em marcha, com a associação voluntária da PETROBRÁS, para reduzi-los de dimensão, contrariando uma imposição irreprimível do mercado que S. Ex^a parece ignorar. Os financiamentos obtidos para acelerar a execução do projeto paulista obtiveram o aval do Tesouro Nacional, fato que nos parece ser mais um fator de comprovação da sua imedia-

ta viabilidade técnica e financeira, independentemente da suposta "reserva de mercado" que o ilustre Governador aponta como base do projeto paulista.

Cabe, por fim, um comentário relativamente à venda dos subprodutores à PETROBRÁS. À vista do que dispõe a legislação (legislação que por diversas vezes tivemos a oportunidade de condenar), todas as unidades petroquímicas terão de devolver à PETROBRÁS os subprodutos que se incluem, pelas suas especificações, na categoria dos derivados sujeitos ao monopólio estatal, para que o lucro decorrente de sua venda beneficie a firma estatal. O ilustre Governador interpreta essa devolução legal como um privilégio para o complexo paulista. Parece-nos que representa mais um ônus do que uma vantagem.

Lutamos sempre, nesta folha, para o desenvolvimento do Nordeste. Apenas continuaremos contrários a investimentos, antieconômicos nesta região, os quais se pretendem fazer com o impedimento de projetos econômicos em outras áreas. Para nós, de fato, o Brasil é um só."

Posteriormente, em novembro de 1971, quando cogitado novo pólo no Rio Grande do Sul, *O Estado de S. Paulo* conveio plausível o pólo nordestino, e reconheceu o acerto da decisão governamental, dizendo-o claramente: o Governo teve a prudência, após um período de hesitação, de definir claramente uma política. Procura impedir que sejam criadas no Brasil unidades petroquímicas antieconômicas que estabeleçam uma concorrência suicida. Assim, determinou que, por enquanto, teria dois pólos: um em São Paulo e outro na Bahia; um especializado na produção de olefinas e outro na de produtos aromáticos.

É preciso entender que essa política deve ser rigorosamente respeitada, sob pena de o Brasil perder a oportunidade de se tornar um produtor significativo no setor da petroquímica.

Ao que aduzia pouco adiante:

"Podia-se pôr em dúvida a validade da criação de um segundo pólo petroquímico na Bahia. Não há dúvida de que, na fase atual, não há mercado para a produção de um segundo centro petroquímico. No entanto, devemos pensar em termos de futuro e a implantação efetiva de uma central petroquímica significativa exige um longo prazo. Podemos, pois, pensar que quando a central baiana entrar em produção existirá um mercado."

Se atentarmos à maneira por que a imprensa, em certos momentos, responde aos que lhe contrariam as opiniões, não há como deixar de acentuar o alto nível em que o Estado de São Paulo colocara a resposta. Eram pontos de vista antagônicos, ambos apoiados em argumentos sérios e lisamente apresentados

ao grande público. Quanto a nós, estávamos firmemente convencidos de defendermos a melhor causa, que era a do Brasil e também a da Bahia.

Depois da resposta do *O Estado de S. Paulo*, podia-se ter o assunto como encerrado na imprensa. Com surpresa, porém, vimos a extensa carta mandada àquele jornal pelo Sr. C.E. Paes Barreto, Superintendente da Petroquímica União. Anteriormente ele respondera à entrevista do Secretário Ângelo Sá à revista *Química e Derivados*. Agora, ocupava-se da minha carta ao Dr. Júlio de Mesquita Neto. Batia nas velhas teclas: o menor custo decorrente da ampliação, a excelência do projeto da Petroquímica União e a despreocupação em relação ao pólo petroquímico do Nordeste. Evitava, porém, qualquer palavra quanto aos reflexos da ampliação sobre os projetos em implantação na Bahia e inevitavelmente atingidos pela perda dos mercados que ficariam, durante sete ou oito anos, praticamente reservados para o pólo paulista. A consequência seria nenhum empresário se aventurar a investir na Bahia ante essa perspectiva da inexistência de mercado consumidor. Na realidade, para a Bahia, era o *puncto dolens*. O próprio fato da omissão desse aspecto na longa carta do superintendente era o reconhecimento de que a razão estava conosco. No fundo o Governo Federal teria de fazer uma opção — ou permitir a ampliação e paralisar por longo tempo o pólo nordestino, ou negar a ampliação dando condições para a implantação do parque petroquímico da Bahia. Desse dilema não havia como fugir.

Bem pesadas as coisas, a decisão seria eminentemente política, e para ela devíamos nos preparar. Nela se jogaria o futuro da Bahia por algum tempo.

Aprovado pelo Plenário o parecer do grupo do GEIQUIM, o assunto passou ao Ministro, que o submeteu ao Conselho de Desenvolvimento Industrial. O parecer envolvia, porém, tais interesses e controvérsias que receávamos um passo em falso, e buscávamos conhecer o terreno antes de qualquer decisão. O Secretário Executivo do GEIQUIM, Geraldo Guennes Tavares de Lima, por exemplo, embora bem conhecesse o problema e concordasse com aquelas conclusões em 5 de fevereiro, julgou de melhor aviso, como uma advertência, mandar este ofício ao Secretário-Geral do CDI:

“Senhor Secretário-Geral: Referimo-nos ao anexo memorial que o Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia encaminhou ao Exmº Sr. Presidente da República apresentando reivindicações relacionadas com a implantação da indústria petroquímica naquele Estado.

O memorial em apreço foi submetido ao GEIQUIM para a devida apreciação e apresentação de sugestões sendo, para esse fim, designados os representantes do Ministério do Planejamento, BNDE e Forças Armadas neste Grupo Executivo.

Como resultado da apreciação procedida pelos aludidos membros do GEIQUIM, foi produzido o incluso parecer no qual se

acham contidas algumas sugestões que se afiguram pertinentes e que, uma vez adotadas, permitirão a compatibilização dos programas de implantação das indústrias petroquímicas de São Paulo e da Bahia.

O assunto deverá ser levado ao Plenário com vistas ao recolhimento da contribuição ou crítica dos demais membros do Grupo, após o que será submetido à consideração do Exm^o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio a quem caberá a palavra final sobre as sugestões apontadas.

Em virtude das implicações entre algumas das medidas propostas com o pedido da Petroquímica União, relativo à expansão da sua unidade de pirólise de nafta, solicitamos, através de V. S^a, instruções sobre a diretriz a ser adotada.

A nossa opinião é inteiramente acordante com a adoção das medidas propostas pelo subgrupo no que tange à implantação da indústria petroquímica da Bahia.

Quanto ao pedido específico da Petroquímica União, a nossa opinião que, aliás, também coincide com a do subgrupo, é a seguinte:

a) não aprovar, de imediato, a expansão pleiteada pela empresa, mesmo porque a eventual aprovação não adicionaria quaisquer estímulos, de efeito pronto, além daqueles que lhe foram formalmente concedidos;

b) também não seria aconselhável rejeitar pura e simplesmente o pedido da empresa em face das repercussões negativas que adviriam para o empreendimento, especialmente junto às organizações financeiras internacionais que lhe concederam créditos. Vale acrescentar que o projeto da Petroquímica União é indiscutivelmente de fundamental interesse para a economia do País, merecendo, por isso mesmo, todo o apoio governamental;

c) a decisão mais acertada é, simplesmente, a de considerar inoportuna a aprovação imediata da expansão, a fim de dar tempo a que os projetos e programas da Bahia se consolidem. Por outro lado, considera-se perfeitamente normal que a Petroquímica União vá, desde logo, e independente de aprovação, planejando a sua central petroquímica com vistas a futuras expansões;

d) essa diretriz deverá ser revista pelo GEIQUIM concomitantemente com a aprovação de novos projetos insumidores de eteno, na área de São Paulo."

De certo modo era a maneira do problema permanecer nas brumas das indecisões, inquietando os empresários, aos quais tínhamos crescentes dificulda-

des para assegurar-lhes o fornecimento da matéria-prima. O *suspense* não era bom aliado.

Para não dormir sobre os louros do parecer do Grupo de Trabalho do GEIQUIM, obtivemos que fosse transmitido ao Chefe de Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu, pelo Secretário-Geral do CDI, Alberto Tangari, que enviou esta comunicação em 13 de fevereiro de 1970:

“Senhor Chefe de Gabinete: Atendendo à solicitação desse Gabinete, procedeu o GEIQUIM ao exame do pleito do Sr. Governador do Estado da Bahia, em carta ao Exmº Sr. Presidente da República, no sentido de que se estabeleçam diretrizes no setor da indústria petroquímica, que permitam a implantação de parque fabril da espécie na área do Recôncavo. Tal pleito foi apreciado simultaneamente com a pretensão da Petroquímica União, relativa à ampliação da sua unidade de pirólise de nafta, em São Paulo.

Para isso foi constituído um subgrupo, integrado pelos representantes dos Ministérios do Planejamento e do Exército e do BNDE, que emitiu o parecer de fls. 6 a 14, concluindo por recomendar uma atitude prudente, relativamente à ampliação dos projetos petroquímicos já aprovados, evitando a constituição de reserva de mercado a longo prazo, de forma a permitir o amadurecimento dos projetos em curso, na Bahia; recomenda, ainda, o Subgrupo uma ação agressiva da PETROBRÁS e da PETROQUISA, a fim de assegurar o suprimento de matérias-primas e o apoio aos empreendimentos projetados sobretudo no referido Estado.

O Secretário Executivo do GEIQUIM endossa as conclusões do subgrupo, ressaltando que a matéria continuará sendo debatida no grupo, a fim de colher a opinião e os subsídios dos demais órgãos participantes. No caso específico do pedido da Petroquímica União propõe que a ampliação pretendida seja mantida em compasso de espera até que os empreendimentos da Bahia se consolidem e até que surjam novos projetos consumidores de eteno, na área de São Paulo.

Manifestando nossa inteira concordância com a proposição, sugerimos a seguinte linha de ação:

a) — submissão da proposta à aprovação do Sr. Ministro;

b) — caso aprovada, seria informado, por Aviso, o Sr. Chefe do Gabinete Civil, em resposta ao expediente de 4-12-69, aduzindo-se que a matéria continuaria a ser examinada, para oportuna fixação, pelo CDI, de uma política definitiva, regulando a expansão da petroquímica;

c) — após a conclusão dos estudos a respeito pelo GEIQUIM, o assunto seria incluído na pauta para apreciação pelo Plenário do CDI.”

Mais tarde, afirmou Rômulo Almeida que a petroquímica somente caminhara satisfatoriamente quando, conquistado o Ministro Pratini, se buscou o campo militar, naturalmente atento ao assunto, que dizia de perto com a segurança do Brasil. Para Rômulo Almeida, que acompanhava a ação do Governo baiano, desenvolvia-se verdadeira conspiração. São dele, referindo-se a essa fase dos entendimentos na área federal, estas observações:

“Aí a conspiração entrou no caminho militar e isso, a meu ver, foi decisivo. Consegui um encontro com o Coronel Manso Neto, Chefe da Assessoria Especial de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, e, através do Manso, terminei conversando com o pessoal do SNI. Ponderei com os militares que o pólo em São Paulo estava em uma zona de alta densidade industrial e que, no caso de haver um problema maior, sabotagens, bombardeios, o País simplesmente parava, porque estava tudo ali, naquela serra, em torno de Cubatão e Capuava. A usina Light, a indústria química, a refinaria e agora o pólo petroquímico. Uma concentração muito vulnerável em termos de segurança para o País.”

Certamente, não chegava a ser uma conspiração. Era, porém, ação desenvolvida em vários setores, e sem interrupção. A meu ver, chegara o momento de obtermos o apoio ostensivo do Presidente Médici, que sabíamos resolvido a atender as reivindicações da Bahia. Convidamo-lo então a visitar a Bahia, oportunidade para externar o apoio desejado.

VII

A Decisão do Presidente Médici

O Presidente Médici visitou a Bahia em 22 de maio de 1970. Recebido com as homenagens a que tinha direito, conheceu também a efusão que desejávamos dispensar-lhe para significar o reconhecimento não apenas do Governo do Estado, mas dos baianos em geral. Não era segredo que o Presidente trazia uma palavra de apoio às reivindicações da Bahia, e o fato mobilizou a população de Salvador, muito consciente da importância da industrialização, particularmente a petroquímica, para mudar a fisionomia de pobreza que há tanto nos deprimia.

Não podia ser mais festiva e acolhedora a recepção que o povo dispensou ao Presidente Médici, calorosamente saudado em todo o percurso, do Palácio da Aclamação ao Palácio Rio Branco, onde lhe fiz a saudação oficial. Após lembrar o que devíamos à Revolução de 1964, acrescentei:

“Mas, se é grande o nosso reconhecimento aos dois primeiros Presidentes da Revolução, pode Vossa Excelência estar certo não ser menor o que hoje lhe tributamos. É que veio caber a Vossa Excelência a mais importante, a mais grave e a mais difícil das decisões em favor do futuro da Bahia e do Nordeste. Refiro-me à petroquímica. Por algum tempo, combatidos por grupos poderosos, tivemos nas mãos de Vossa Excelência a sorte do nosso futuro e do nosso desenvolvimento. E pode Vossa Excelência estar seguro de que, embora certos de se confundirem nossos interesses com os do Brasil e da sua segurança, a nossa ansiedade era tão grande quanto a fraqueza. Por isso mesmo não temos palavras suficientes para exprimir a Vossa Excelência os nossos agradecimentos. Estes são imensos e imorredouros. Mas, se pudesse buscar no passado algum ato para confrontar com a decisão de Vossa Excelência determinando a criação, aqui, do segundo pólo petroquímico do País, eu diria apenas que, no futuro, ela será recordada com a mesma dimensão com que hoje celebramos a abertura dos portos, em 1808. Com a petroquímica Vossa Excelência proclamou que a Bahia continuará a se desenvolver para tornar o Brasil mais rico, mais homogêneo, mais unido.”

Os aplausos vindos da velha praça, o mais antigo chão do Brasil, e onde Tomé de Souza plantara a nossa civilização, eram o testemunho de que bem interpretava os sentimentos da comunidade baiana, ávida por se libertar da decadência em que mergulhara desde a segunda metade do século anterior.

Era a primeira vez que o Presidente Médici vinha à Bahia, pois nunca tivera oportunidade de a conhecer. A circunstância parecia fazer maior a emoção do Presidente ao dirigir esta saudação à Bahia:

“Deixem que, do balcão da História, na praça do povo, eu lhes diga o que vim buscar. Eu vim buscar a Bahia.

Eu vim ter à praça. Eu vim ver História. Vim ver o espírito do povo e a carne da terra. Eu vim ver a Bahia de todos os séculos, de todas as raças, de todos os credos. Vim ver a Bahia de sempre se entreabrindo ao amanhã.

Quis, primeiro, falar ao coração do povo, do coração da Bahia velha.

Deste balcão onde ecoaram as vozes maiores da Bahia, deste balcão de Rui Barbosa e Mangabeira, deste palácio do primeiro Rio Branco, deste velho Palácio dos Governadores, vendo os olhos do Bonfim e a armadura dos Fortes que a defenderam sempre, quero falar à alma nova que sobe cada ladeira velha da Bahia.”

Seguiu-se a esperada palavra, assegurando-nos a implantação da petroquímica:

“Aqui, a síntese do Brasil de todas as raças e de todos os credos. Na Bahia, a síntese entre a colônia quinhentista e a altivez emancipada que juntos estamos construindo; aqui, a síntese entre o Brasil que tem pressa e o Brasil que venera o seu passado.

Mas, acima de tudo, Bahia é presença no Brasil de todos os tempos.

Sinto a presença e o reencontro da Bahia nos momentos econômicos deste País: no pau-brasil, no açúcar, na pecuária, na mineração, no cacau e, agora, na industrialização e na petroquímica.

A História mede a força do Brasil nos braços todos da Bahia: no índio, no negro, na lenha, na cachoeira, no petróleo.”

O Presidente não precisara dizer mais para externar a determinação de que nada deteria o pólo petroquímico do Nordeste. Em poucas palavras tudo ficava dito. Restava aos auxiliares do Governo, entre os quais não faltavam os declaradamente favoráveis à ampliação da Petroquímica União, retificarem rumos para atenderem à palavra do Presidente. Normalmente não há surdos em volta

do Governo: podíamos agora trabalhar com a tranquilidade até então desconhecida.

Dizem que se bate o ferro enquanto quente. De acordo com essa boa norma de ação, insistimos para o parecer do GEIQUIM ser logo submetido ao Conselho de Desenvolvimento Industrial — sob o ponto de vista legal era a palavra que nos faltava. Na prática, sabíamos, haveriam outros obstáculos a transpor. Mas, de qualquer modo dar-se-ia aos empresários a segurança de que necessitavam.

O Ministro Pratini de Moraes convocou o CDI. Não o fizera, porém, sem antes termos conhecimento de que apoiaria o parecer do GEIQUIM. De fato, em 21 de julho, dirigindo-se aos integrantes daquele Conselho, declarou o Ministro:

“Senhores Conselheiros: o desenvolvimento da indústria petroquímica situa-se entre os objetivos prioritários do Governo no campo industrial, devendo ser alcançado através da participação do empresário nacional, da atenuação dos desequilíbrios regionais e da melhor utilização dos recursos naturais do País.

Para a realização desse objetivo, entretanto, é necessário que o seu desenvolvimento se faça ordenadamente, de modo a assegurar as economias de escala e as economias externas indispensáveis à produção a custos baixos, competitivos.

A indústria petroquímica apresenta três características essenciais que devem ser consideradas na programação do seu desenvolvimento:

— significativas economias de escala e forte densidade de capital, notadamente nos seus ramos produtores de matérias-primas básicas e de produtos intermediários, que impõem unidades de grande porte;

— longo prazo de maturação dos projetos, requerendo grande antecedência na fixação de objetivos e início de providências;

— forte grau de interdependência, dando lugar à criação de longa cadeia de ramos e sub-ramos, desde matérias-primas básicas até os produtos finais, o que exige cuidadosa atenção da escolha e aprovação de projetos isolados a fim de avaliar a sua compatibilidade com outros projetos.

As perspectivas do crescimento da economia nacional recomendam a programação de dois pólos petroquímicos nucleados em torno de unidades produtoras de olefinas e aromáticos, um em São Paulo — em estágio adiantado de instalação — e outro na Bahia, onde as disponibilidades de matérias-primas e as facilidades de infra-estrutura existentes no Centro Industrial de Aratu, combinadas com o esquema de captação de recursos proporcionados pela legislação da SUDENE,

tornam viável a sua implantação, também com preponderante participação do empresário nacional.

A criação de um pólo petroquímico na Bahia ensejará, ainda, a consolidação de outros empreendimentos químicos na Região Nordeste, com grande efeito multiplicador na indústria e economia nordestinas.

É chegada, portanto, a oportunidade de definir as diretrizes e de adotar as providências que assegurem a implantação e a consolidação dos dois pólos petroquímicos nacionais, em conformidade com os objetivos expostos, a fim de evitar a dispersão de esforços em iniciativas isoladas e de garantir o mínimo de compatibilidade entre esses dois pólos. É o que se objetiva com a Resolução anexa.”

Nasceu, assim, a conhecida “Resolução nº 2/70”, que definia as diretrizes do Governo Federal em relação à petroquímica, assegurando a implantação do pólo do Nordeste. No âmbito da decisão, e como não podia deixar de ser, desabrochava a pequena semente, pequena mas vigorosa, que o Presidente lançara da sacada do Palácio Rio Branco.

Esse o teor da Resolução:

“O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), usando das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Decreto nº 65.016, de 18 de agosto de 1969, resolve:

I — A Secretaria Geral tomará as medidas que se fizerem necessárias à implantação do pólo petroquímico do Nordeste a ser localizado no Estado da Bahia.

II — Recomendar à SUDENE o reconhecimento de prioridade “A” aos projetos aprovados pelo GEIQUIM e que integrarão o pólo petroquímico do Nordeste.

III — Recomendar à PETROBRÁS que exerça, através da Petroquisa, a liderança na implantação dos projetos petroquímicos no Nordeste.

IV — Determinar a criação de um Grupo de Trabalho, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial, integrado por representantes dos Ministérios da Indústria e do Comércio, do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda, do Interior e das Minas e Energia, sob a coordenação do primeiro para:

a) definir as medidas indispensáveis à implantação do pólo petroquímico do Nordeste, levando-se em conta as aprovações já homologadas pelo Presidente do CDI, atribuindo-se prioridade ao exame do suprimento de matérias-primas;

b) incluir, entre as medidas indispensáveis sugeridas, a definição de escala de produção, de uma política de preços e das estruturas tecnológica, financeira e empresarial das unidades básicas do complexo programado."

Publicada no *Diário Oficial* de 16 de agosto, assinavam-na os Srs. *Marcus Vinicius Pratini de Moraes*, Ministro da Indústria e do Comércio, Presidente — *João Paulo dos Reis Velloso*, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral — *Antônio Delfim Netto*, Ministro da Fazenda — *José Costa Cavalcanti*, Ministro do Interior — *Antonio Dias Leite Júnior*, Ministro das Minas e Energia — *Murilo Vasco do Valle e Silva*, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — *Ernane Galvéas*, Presidente do Banco Central do Brasil — *Nestor Jost*, Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — *Jaime Magrassi de Sá*, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — *Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto*, Presidente da Confederação Nacional da Indústria — *Jessé Pinto Freire*, Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Se não era tudo, representava mais de meio caminho andado. O resto ficaria por conta do Governo do Estado, da PETROBRÁS, da Petroquisa, da SUDENE, e do BNDE, todos agora compelidos ou inclinados a apoiar o novo pólo de desenvolvimento regional. E, mais que todos, o General Ernesto Geisel, Presidente da PETROBRÁS, cuja ação seria fundamental.

Há sempre algum modo de protelar uma decisão, mesmo que seja para a aprimorar. Aprovada a Resolução nº 2-70, o Ministério da Indústria e do Comércio, atendendo que deviam ser tomadas "as medidas necessárias para a implantação do pólo petroquímico do Nordeste a ser localizado no Estado da Bahia", contratou o *Bureau d'Etudes Industrielles et de Cooperation de L'Institut Français du Petrole* para apresentar programa sobre como alcançar-se aquele objetivo. Especificamente deveria projetar-se a demanda e a capacidade de produção dos seguintes produtos petroquímicos: "polietileno, acetato e cloreto de polivinila, poliestireno, polipropeno, metanol, amônia, fibras poliamídicas, fibras poliéster, fibras acrílicas, tensoativos tipo dodecilbenzeno sulfonado ou biodegradáveis, borrachas sintéticas SBR e estéreo-específicas, fenoformaldeído, uréia-formaldeído e melamina formaldeído, poliésteres insaturados e resinas alkídicas".

O estudo representou meses de atraso.

VIII

O Pólo de Camaçari

O êxito do Centro Industrial de Aratu não demorou a provocar ressentimentos. Decorrência das vantagens oferecidas pela Bahia, passáramos ao primeiro lugar em relação aos projetos aprovados pela SUDENE. Sugerir, numa das reuniões do Conselho Diretor da autarquia, serem as verbas existentes para obras preferentemente aplicadas nos Estados empenhados na construção de infra-estrutura para indústrias, principalmente estradas e energia. Na ocasião, creio, somente existiram, além do CIA, os dois centros industriais próximos ao Recife, e, portanto, alguma coisa deveria ser feita para melhor distribuição de indústrias no Nordeste.

Foi, pois, com surpresa que recebi a proposta do General Euler Bentes, Superintendente da SUDENE, no sentido de serem as indústrias aprovadas para o Recife e para o CIA excluídas da faixa "A" de incentivos, reduzindo de 75% para 60% a participação delas nos recursos provenientes dos artigos 34 e 18, tão necessários e tão ambicionados pelos investidores. Não houve, porém, como derrotar a proposta, que logo ganhara amplo apoio do Conselho Diretor.

Sobretudo para a petroquímica, ainda em fase de projetos, tememos representasse desestímulo invencível. Até então cogitáramos de estender a área do CIA até Camaçari — a idéia foi imediatamente posta de lado.

Tendo o Secretário Ângelo Sá ocupado a Secretaria da Fazenda, substituíra-o o Prof. Manoel Joaquim Barros Sobrinho, e a este transmiti as primeiras instruções sobre a criação do Pólo de Camaçari — solução para contornar aquela decisão da SUDENE. Em novembro de 1970 recebi estas informações sobre os estudos iniciais relativos a Camaçari:

"Senhor Governador: Segundo orientação de Vossa Excelência, iniciei estudos para a criação de um distrito industrial que venha a servir às indústrias que desejem se instalar no Município de Camaçari. Pude então verificar que, neste caso, as conseqüências dos programas de industrialização do Governo do Estado nos colocam outra vez diante da necessidade de uma decisão de longo alcance para o estímulo e a orientação devida do desenvolvimento industrial na Bahia. Passo então a considerar as origens do problema e o caminho que, tecnicamente, parece mais aconselhável.

Sabemos hoje o quanto representou para a Bahia a decisão de Vossa Excelência de dar toda a prioridade no setor indústria à implantação do Centro Industrial de Aratu. A grandiosidade do Plano Diretor do CIA — que ainda hoje a todos impressiona — enfrentava no início da atual administração oposições e descrenças dos que não acreditavam que o Governo do Estado tivesse a determinação e/ou recursos, próprios ou de outras fontes, para implantá-lo.

A firmeza porém com que foi atacado este programa, aliada à solidez do Plano Diretor, convenceu a empresários e órgãos financiadores. No CIA foram investidos, só pela autarquia que dirige o Centro, Cr\$ 75 milhões, segundo seu balanço encerrado a 30 de setembro. Destes recursos parte substancial corresponde a financiamentos, concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (Cr\$ 10 milhões) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Cr\$ 26 milhões). Como consequência, em três anos e meio de iniciada sua implantação atraímos para o CIA mais de 120 projetos industriais, dos quais 22 já estão em operação e 37 em implantação.

Hoje o CIA é uma realidade vitoriosa, reconhecida nacional e internacionalmente, como comprova a recente concessão pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento de US\$ 8 milhões de financiamento a serem completados por US\$ 2 milhões de fontes holandesas para construção da primeira etapa do porto de Aratu. O CIA é também um sucesso como investimento público, pois deverá no próximo ano compensar, pela arrecadação do ICM das indústrias que nele operam, os investimentos que nele fizer o Governo do Estado.

Este programa de tipo espacial recebeu recentemente poderoso impulso do programa de tipo setorial da petroquímica. O estudo sobre “Desenvolvimento da Indústria Petroquímica na Bahia”, patrocinado pelo Governo do Estado, representou no contexto do setor petroquímico o que o Plano Diretor do CIA representou na dimensão espacial. Partindo novamente contra oposições e descrenças sobre a viabilidade econômica e política de um pólo petroquímico na Bahia, o Governo do Estado, apoiado no estudo referido, convenceu o Governo Federal e os empresários sobre a justeza desta pretensão. Posteriormente, graças ao esclarecimento do Senhor Presidente da República, tivemos definido o apoio federal ao pólo petroquímico do Nordeste através de recente resolução do Conselho de Desenvolvimento Industrial. Em consequência disto concretizam-se diversos empreendimentos de grande porte que virão se localizar na Bahia, unindo-se aos que aqui já se instalaram”.

O documento, longo, minucioso, refletia a experiência adquirida na implantação do CIA, dizendo-o claramente:

“Rememorei estes fatos — dizia a informação do Secretário — para marcar a nova etapa em que nos encontramos, com o CIA consolidado, com o setor industrial em acelerada expansão e com vários grandes projetos industriais petroquímicos ou metalúrgicos localizados ou a se localizar na Bahia. É de se destacar também que na sua maior parte este crescimento industrial, tendo se baseado em um planejamento clarividente e exaustivo, tem nos permitido dar-lhe uma nota humana que falta em outros processos industrializadores. A região do CIA, nosso principal pólo industrial, se industrializa sem sacrificar o privilegiado ambiente de águas e espaços verdes característico da região litorânea tropical em que nos situamos.

Este desenvolvimento harmônico, porém, está ameaçado pela força do nosso processo de industrialização que, espacialmente, extravasou os limites traçados no Plano Diretor do CIA. Isto se deveu sobretudo ao desenvolvimento da indústria petroquímica. Como sabe Vossa Excelência, já anteriormente à criação do CIA localizou-se em Camaçari o Conjunto Petroquímico da Bahia — COPEB, da PETROBRÁS, que produzirá amônia e uréia, matérias-primas básicas para vários dos projetos petroquímicos a se localizarem na Bahia. Além disso a zona de Camaçari dispõe de duas condições infra-estruturais básicas para as indústrias de médio e grande portes que caracterizam a petroquímica, que são terrenos planos e de boas qualidades geotécnicas, e um lençol de água subterrâneo de excelente qualidade, fácil acesso e potencial de suprimento praticamente ilimitado. Tais fatores para determinados projetos compensaram, no ver dos empresários, as desvantagens da grande distância relativa de Salvador, do afastamento do Porto de Aratu, da ausência de um sistema viário de tráfego rápido e da carência de vários serviços infra-estruturais, como telecomunicações e energia adequadamente distribuída.

Iniciou-se então um processo de aglomeração industrial não ordenado que apresenta tendência a se expandir e, então, criar problemas de difícil ou impossível solução se a ação ordenadora do Governo Estadual não se exercer agora. Estes problemas se referem sobretudo a: (1) possibilidade de contaminação do lençol aquífero existente na área e que também atende à Zona de Indústrias Pesadas — ZIP, do CIA; (2) poluição atmosférica que atingirá, devido à direção predominante dos ventos, parte da zona verde e da zona habitacional, na parte norte do CIA, que servem à ZIP; (3) ônus excessivo sobre a infraestrutura que serve à região, que se expandirá desordenada e/ou insuficientemente se não for orientada por um plano diretor; (4) inversões

infra-estruturais terão que ser feitas pelos empresários, principalmente no tratamento e eliminação de afluentes industriais que onerarão seus custos de operação e dificultar-lhe-ão a competitividade, além de resultarem na dispersão de recursos e em um controle problemático da poluição devido a especificações técnicas não controladas.

A área presentemente ocupada por indústrias de porte em Camaçari corresponde aos seguintes pontos: (a) a região situada entre Camaçari e Dias d'Ávila, a leste da rodovia que demanda Alagoinhas; (b) a região imediatamente a leste de Camaçari; e (c) a região de Arambepe. Na primeira região funcionam as fábricas de cerveja da CIBEB e da CIQUINE e a CIQUINE Química (anidrido ftálico); lá estão se instalando ainda o COPEB, a CIQUINE Química (octanol) e a FISIBA, e têm opções de instalação a Indústria de Melamina da Bahia e a POLIBRASIL; menciona-se por fim a possibilidade da COPETRAM lá se instalar. Na segunda e na terceira regiões há apenas uma indústria em cada, respectivamente a CÉRAMUS e a TIBRÁS.

Nestas circunstâncias venho propor a Vossa Excelência que o Governo do Estado parta para contratar um estudo de viabilidade (inclusive de vocação industrial) para implantação de um distrito industrial no município de Camaçari, juntamente com a elaboração de um plano diretor para implantação deste mesmo distrito, da forma caracterizada a seguir."

Embora somente mais tarde a PETROBRÁS definisse Camaçari como o local adequado para a construção do pólo, entendemos caber ao Estado reconhecer sem demora os limites da área indicada, declarando-a de utilidade pública, para evitar especulação imobiliária incontrolável. Foi o que fizemos pelo Decreto nº 22.146, de 20 de novembro de 1970:

"Artigo 1º É declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, de acordo com alínea i, artigo 5º, do Decreto-lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, uma área de terra com as edificações e demais benfeitorias nela situadas, reservas de mananciais e serviços básicos que lhe são inerentes, medindo, aproximadamente, 233 (duzentos e trinta e três) km², situada no Município de Camaçari, e que se acha compreendida dentro da linha demarcatória de limites a seguir descrita: partindo da ponte ferroviária da VFFLB sobre o rio Joanes, próxima à estação de Parafuso, segue o limite pelo curso do rio Joanes até a ponte situada na Rodovia BA-093, seguindo em linha reta até o cruzamento das estradas antigas Mata de São João—Candeias e São Sebastião—Camaçari, numa extensão aproximada de 9.800 metros e rumo 18º 15" NW; prossegue deste ponto pelo traçado da rodovia Mata de São João—Candeias até a transposição do rio Cornélio, numa extensão aproximada de 6.900 metros e rumo 63º 00" NE; par-

tindo da transposição referida, segue a linha pelo curso do rio Cornélio, limite entre os Municípios de Camaçari e Mata de São João, até sua confluência com o rio Imbassai; da confluência entre os rios Cornélio e Imbassai, segue o limite em linha reta até o povoado de Porteira, numa extensão aproximada de 8.600 metros e rumo 26° 15" SE; do povoado de Porteira segue o limite em linha reta a ponte ferroviária da VFFLB sobre o rio Joanes, numa extensão aproximada de 15.460 metros e rumo 42° 00" SW, início da descrição de limites da área sugerida.

Parágrafo único. Não se incluem na área descrita neste artigo as terras do domínio da União e de outros órgãos e entidades públicas.

Artigo 2º A área referida no artigo anterior destinar-se-á à implantação do distrito industrial de Camaçari, com os serviços de infraestrutura necessários.

Artigo 3º A Secretaria da Indústria e Comércio poderá preparar, dentro de 30 dias, um convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município de Camaçari, estabelecendo as bases para a contratação de serviços para elaboração do Estudo de Viabilidade e Plano Diretor que orientarão a implantação do distrito referido no artigo anterior.

Artigo 4º Fica a Secretaria da Indústria e Comércio autorizada a promover todas as medidas necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente decreto, seja mediante acordo, seja judicialmente.

Parágrafo único. Esta delegação só deverá ser utilizada se estritamente necessária para atender às necessidades do desenvolvimento industrial, enquanto se preparam o Estudo de Viabilidade e o Plano Diretor referidos no art. 3º e até a criação de entidade que implantará e administrará o distrito industrial de Camaçari, quando a prerrogativa do *caput* deste artigo será a ela transferida.

Artigo 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário."

Nasceu assim o Pólo Petroquímico de Camaçari, e novas indústrias para aí acorreram, confiantes na decisão do Governo da Bahia, que, simultaneamente, promoveu amplo estudo sobre a viabilidade da localização escolhida.

De importante para a implantação e desenvolvimento do pólo petroquímico, restava a construção das Centrais de Matérias-Primas, Utilidades e Manutenção e Serviços, alicerces do Complexo Petroquímico. Dos apontamentos sobre gestões realizadas, especialmente com a PETROBRÁS e a Petroquisa,

para a Central de Matérias-Primas, a primeira a funcionar, conservei estas notas a mim confiadas pelo Sr. Rômulo Almeida.

Esquema Simplificado do Complexo Baiano

“O esquema apresentado, a seguir, é muito simplificado sob o ponto de vista técnico. A sua finalidade é esclarecer, em primeira aproximação, a estrutura do complexo que se pretende instalar na Bahia.

Foi dado destaque aos projetos em andamento ou em promoção, por grupo(s) definido(s) e, nestes casos, as suas siglas são citadas junto ao produto que fabricará.

A fim de completar o esquema, foram acrescentados certos projetos que apresentam viabilidade específica para a Bahia.

Mesmo assim, como já se frisou, existem várias outras oportunidades de investimentos, antes ou depois dos projetos referidos no esquema, que não foram citadas na intenção de simplificá-lo.

As linhas de fluxo (que ligam as matérias-primas aos produtos) só foram colocadas quando ajudavam a esclarecer as vinculações mais importantes entre um básico petroquímico e um produto intermediário ou final, apesar de existirem certos casos, como o da amônia, a qual ou é a matéria-prima de fato ou componente importante em vários dos projetos citados: caprolactama, acrilonitrila, etc.

O que se pretende deixar patente é o papel fundamental que exercerá a Central na viabilização de todo o complexo. Ela é a fonte dos produtos que dão origem a, praticamente, todos os outros.

De forma geral, apenas os projetos que têm o propeno e o gás natural como matéria-prima têm a sua existência sadia assegurada, pois a PETROBRÁS pretende produzir o primeiro, ainda que em escala modesta, a partir das correntes afluentes da Refinaria de Mataripe, e o gás natural está sendo queimado. Mas, mesmo para os consumidores de propeno, a situação atual não é boa, visto que a quantidade a ser produzida pela PETROBRÁS será insuficiente nas escalas que já possuem atualmente.

O que aconteceu foi que vários deles foram ampliados, por várias razões, mesmo antes de começar a implantação (FISIBA — de 15.000 t/ano de acrilonitrila passou para 24.000 t/ano; POLIBRASIL — de 15.000 t/ano passará para 35.000 t/ano de polipropileno, etc.). A am-

pliação da unidade de propeno da PETROBRÁS depende de modificações na refinaria.

No esquema, não estão citados certos projetos importantes, que dependem fundamentalmente do complexo petroquímico, mas não são, por definição, petroquímicos: SAFRON (poliéster), BANYLSA (náilon 6), etc.”

Não havia como fazer parar a roda da boa fortuna, que tanto custara mover-se, desvendando o doloroso enigma baiano. Sem dúvida começáramos a trilhar o caminho do desenvolvimento graças à industrialização implantada ou em implantação entre 1967 e 1971.

Recebido o estudo do BEICIP sobre o desenvolvimento do complexo petroquímico da Bahia, a Exposição de Motivos nº 213, de 16 de setembro de 1971, colocou um ponto final no debate sobre as reivindicações baianas. Assinada pelos Ministros da Indústria e do Comércio, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento e Interior, submetia à apreciação do Presidente Médici um plano global, definindo as áreas preferenciais dos dois pólos em implantação, o de São Paulo e o da Bahia. Visava, essencialmente, “implementar um pólo petroquímico no Nordeste e consolidar o do Centro-Sul”.

“A característica essencial e exclusiva da petroquímica, dizia a Exposição de Motivos, de seguir rotas tecnológicas alternativas que permitam obter o mesmo produto, final ou intermediário, a partir dos diversos produtos básicos, ao mesmo tempo em que um produto pode combinar duas ou mais matérias-primas, aconselha que os projetos não sejam analisados isoladamente, mas em grupos correlacionados.

A recuperação do atraso na implantação da petroquímica básica brasileira, cuja concretização dar-se-á com o início de operação da central de Capuava, aliada aos elevados níveis de crescimento da economia, permitem antever um acelerado crescimento desse setor na década de 70, possibilitando a instalação de unidades com escala internacional.

Essas duas características não só reforçam a decisão de consolidar o pólo petroquímico do Centro-Sul e de instalar o pólo petroquímico do Nordeste, aliando as vantagens locais a interesses de ordem social e econômica, como facilitam a racional compatibilização entre essas duas implantações.

Efetivamente, enquanto a decisão de instalar o pólo petroquímico do Centro-Sul em escala internacional justifica-se plenamente por encontrar-se ali a maioria das unidades da quarta geração e dos consumidores finais, a decisão de incentivar e garantir o segundo pólo no Nordeste encontra sua justificativa no melhor aproveitamento dos re-

curso naturais brasileiros, progressivo nivelamento das disparidades regionais e em razão de segurança nacional, fatores que, em conjunto, transcendem a uma análise em nível microeconômico.

Para que essa decisão seja implementada, eficaz e eficientemente, cumpre não apenas uma correta consideração e ponderação dos elementos que constituem um projeto — grupo empresarial, composição acionária, escala, tecnologia, esquema financeiro, localização e cronograma —, como um exame adequado das relações que integrarão esses projetos entre si e com o meio geoeconômico em que se situarão.

Em face do exposto e tendo em vista que:

a) a maior colocação possível dos produtos olefinicos da central do Centro-Sul é fundamental para sua viabilidade econômico-financeira, e que esses produtos são de difícil transporte econômico;

b) o Nordeste conta com matérias-primas e produtos básicos (gás natural, correntes ricas em etano, amônia e sal-gema para a produção de cloro) de inconveniente transporte, que torna vantajosa sua utilização local, notadamente para a produção de derivados de aromáticos.”

Em verdade, a Bahia, depois disso, poderia considerar vencida a batalha da petroquímica.

Ficara evidente, após a resolução do Conselho de Desenvolvimento Industrial e o apoio assegurado pela PETROBRÁS, inclusive através da Petroquisa, que o Complexo Petroquímico de Camaçari se tornara irreversível. E para tanto foi essencial a determinação com que a PETROBRÁS, sob a orientação do Presidente Geisel, se empenhou na construção e no desenvolvimento do novo pólo. Era, aliás, antigo pensamento do Presidente Geisel, que em numerosas ocasiões, quando lhe solicitei a colaboração da empresa para algumas obras rodoviárias no Recôncavo sempre retorquia que o grande interesse do Estado não se podia ater a tão modesta colaboração, mas na implantação de uma indústria petroquímica que daria nova dimensão à economia. Realmente, foi através de quanto fez para a implantação da petroquímica que a PETROBRÁS remiu a velha dívida com a Bahia pela extração, durante décadas, sem pagar impostos, do petróleo pelo qual contribuía com modestos *royalties*. Na verdade, era uma espécie de *happy end*.

A luta não estava, porém, terminada. Insistentemente, a Petroquímica União tentava aliciar defensores para o seu projeto de ampliação, e, semanalmente, costumava levar, de Brasília para Capuava, deputados, senadores, ministros, militares, jornalistas e altos funcionários, que retornavam naturalmente empolgados, pois as obras, imponentes, entusiasmavam os visitantes. Sinal de que era cedo para ensarilharmos as armas.

Por esse tempo, a aproximação do término do período governamental inquietava sobretudo Rômulo Almeida, pois o governador eleito, Antônio Carlos Magalhães, em entrevista sobre os seus planos de governo, não mencionara a petroquímica. O fato levou-o a procurar o futuro governador, mostrando-lhe a relação de projetos que integravam o Complexo de Camaçari. Era o que chamou de informações básicas sobre as perspectivas da petroquímica, e que compreendia os seguintes projetos:

1. COPETRAM — Petroquímica de Amônia Ltda.
2. MELAMINA S.A. — Indústria Química de Melamina S.A.
3. METANOR S.A. — Metanol do Nordeste S.A.
4. PASKIN S.A. — Indústrias Petroquímicas
5. ETILAR — Etileno de Aratu S.A.
6. COPENOR — Companhia Petroquímica do Nordeste
7. POLIAR — Polímeros de Aratu S.A.
8. Petroquímica da Bahia S.A.
9. BAKOLAR — Indústrias Químicas Bakolar S.A.
10. Tolueno Diisocianato (TDI)
11. FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S.A. (2ª Etapa—acrilonitrila)
12. FAVAB — Fábrica de Vaselinas da Bahia S.A.
13. CIQUINE — Companhia de Indústrias Químicas do Nordeste S.A.
14. CAPROLACTAMA
15. POLIBRASIL S.A. — Indústria e Comércio
16. CIQUINE Petroquímica S.A.
17. Polietileno BD

Eram dezessete projetos, que atestavam a pujança de novo pólo e o que ele representaria para mudar a face da economia baiana. Entrávamos definitivamente na era da industrialização.

Creio infundado o temor de Rômulo Almeida. Até por que de tal modo tavam aos olhos as vantagens da petroquímica para a Bahia que nenhum governante poderia ser-lhe indiferente. De fato, o pólo não mais deixaria de crescer, principalmente devido ao trabalho da CORENE, subsidiária criada pela PETROBRÁS, e da atuação dos Governadores Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos. Quando da inauguração do pólo nele estavam investidos 1,5 bilhão de dólares, ensejando, para o Brasil, economia de 800 milhões de dólares por ano. Do discurso então proferido pelo Dr. Otto Vicente Perroni, que liderava os trabalhos com entusiasmo e competência, retiro estas informações, que dão a medida da obra realizada:

“A Central de Matérias-Primas, partindo de nafta e de gasóleo da Refinaria de Mataripe e de gás natural dos campos da PETROBRÁS, deverá produzir, a plena carga, cerca de um milhão e duzentas mil toneladas anuais de petroquímicos básicos, inclusive cerca de 380.000 toneladas de etileno.

A Central de Utilidades, por sua vez, compreende facilidades para a captação, a adução e o tratamento de água industrial, instalações para produzir nitrogênio e oxigênio para todo o complexo e uma casa de força com uma potência instalada de 300 megawatts de energia elétrica e capaz de gerar até 1.000 toneladas por hora de vapor d'água de 120 atmosferas de pressão. Ao lado das centrais, as fábricas que hoje se inauguram representam um acréscimo anual da oferta interna de 128.000 toneladas de óxido de etileno e de etileno glicol, 100.000 toneladas de polietileno de baixa densidade, 60.000 toneladas de polietileno de alta densidade, 23.000 toneladas de TFI, 60.000 toneladas de DMT, 35.000 toneladas de caprolactama."

Foi emocionante a inauguração do Pólo Petroquímico pelo Presidente Geisel. De espaço a espaço viam-se as altas torres erguidas na paisagem, antes deserta e pobre. Lembravam obstáculos e lutas que haviam revertido a roda da fortuna, tão dura e longamente adversa à Bahia. Venturosamente, decifrado o enigma baiano, e graças à ajuda de muitos, alcançara-se o caminho do desenvolvimento, surgido da petroquímica e da industrialização. A sementeira fora penosa. Agora, colhiam-se os frutos dos ensinamentos da missão do BID, em 1967. E para tanto não se poupou esforços.

A petroquímica e a industrialização haviam mudado a Bahia, que, em 1983, apresentou o maior índice de crescimento em termos de arrecadação, no total do Brasil. E em termos regionais detínhamos o primeiro lugar no Nordeste, com 40% do ICM arrecadado na região. Sem dúvida superara-se a fase de uma decadente economia agropastoril, agora substituída por uma era de renovação. A indústria, havendo crescido, em relação ao ano anterior, 193%, representara, naquele ano, 52,6% da receita tributária do Estado. Crescêramos mais que São Paulo, mais que o Paraná e mais que o Rio de Janeiro. Era o milagre da industrialização. O Pólo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu contribuíram então com 30,6% do total do ICM arrecadado. Números que deverão ser crescentes, na medida em que se vencem os prazos das isenções concedidas às indústrias implantadas a partir de 1967.

Do Sr. Ivan Barbosa, presidente da COPEC, em palestra para a Escola Superior de Guerra, em agosto de 1984, são estas observações quanto aos efeitos da industrialização sobre a economia baiana: "além dos reflexos da implantação do Centro Industrial de Aratu, que se fizeram sentir na primeira metade da década (quando o PIB baiano cresceu a uma taxa próxima dos 13% a.a.) contribuiu de forma expressiva para a *performance* obtida no período em apreço a instalação de petroquímica, que manteve em níveis elevados a taxa média de crescimento do PIB (10,3% a.a.) nos anos de 1975/1980." Ao que acrescentou haver o conjunto das 43 empresas de Camaçari respondido por uma

produção superior a 3,7 milhões de toneladas de químicos e petroquímicos, com faturamento estimado em 3 bilhões de dólares equivalente a 1% do PIB nacional. Fato que representa economia de divisas superior a um bilhão de dólares por ano.

La distante o tempo em que o cacau significara mais da metade dos recursos do erário público baiano. Tudo mudara. Inclusive a mentalidade dos empresários, antes tímidos e modestos. Assoalhou-se até que a Bahia construía a petroquímica para os empresários do Sul do País, mais arrojadados e experientes. A realidade mostrou-se, porém, diversa. Atualmente (1984) os maiores investidores do Pólo de Camaçari são três grupos baianos: o grupo Mariani, por sinal o primeiro a antever a importância econômica da nova indústria; o grupo do Banco Econômico; e o de Norberto Odebrecht. A petroquímica lhes incutira confiança na Bahia. Milhares de empregos de bom nível haviam sido criados, e jovens baianos não precisavam emigrar em busca de empregos ou da prosperidade. Esta, trazida pela mão dos que se empenharam na frutuosa sementeira, voltara, como em outros tempos, a instalar-se também na Bahia: afinal conseguira-se reverter a Roda da Fortuna.

Salvador, julho de 1984

ANEXO I

Exposição dirigida ao Presidente Emílio Médici sobre os principais programas governamentais em execução na Bahia. Novembro de 1969.

1. Introdução

Salvador, novembro de 1969

Senhor Presidente:

Na oportunidade em que inicia Vossa Excelência a sua gestão à frente dos destinos do Brasil, tenho a honra de, em meu nome e no do Governo da Bahia, reiterar-lhe a nossa confiança na continuidade da obra revolucionária, sob a honrada e patriótica liderança de Vossa Excelência, e dizer-lhe do esforço que, inspirados nos mesmos ideais, vimos desenvolvendo nesta unidade da Federação.

A Bahia, que tanto deve aos governos Castello Branco e Costa e Silva, continuará a merecer de Vossa Excelência o auxílio necessário a que completemos as medidas de maior amplitude a serem assumidas pelo Governo federal, capazes todas elas de apressar o empreendimento com que nos comprometemos de acelerar o progresso brasileiro e alevantar os pilares em que se assentará o nosso futuro.

Tradicionalmente voltada para a produção de matérias-primas, há muitas décadas a Bahia ingressara num acelerado processo de empobrecimento, evidentemente agravado com o processo inflacionário, que privou as administrações dos recursos capazes de atender aos reclamos crescentes, particularmente em relação à educação, ao desenvolvimento científico e tecnológico, aos transportes, à distribuição de energia elétrica, à saúde pública, ao desenvolvimento industrial, ao saneamento básico e à habitação.

Pedimos vênha, assim, para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, ainda que de modo resumido, os principais aspectos do trabalho desenvolvido na Bahia, nos últimos três anos.

Para o desempenho das mais variadas tarefas, preocupamo-nos desde o primeiro dia em aparelhar a administração pública das condições de eficiência sem as quais impossível seria a concretização de medidas que, diretamente, be-

neficiassem o povo. Temos, assim, considerado de maior importância a própria renovação das estruturas administrativas, de modo a torná-las mais eficazes às atividades-fim do Governo.

Dentro dessa ordem de raciocínio e atentos à própria preocupação revolucionária expressa no Decreto-lei nº 200/67, empreendemos a renovação de diversos organismos públicos, estruturamos novas entidades, modificamos aspectos da administração financeira, adotamos as técnicas do Orçamento-Programa, erigimos, em suma, o planejamento da técnica elementar de administração. Diante de tais providências, pudemos melhor acionar a máquina governamental a fim de que, com mais eficiência, oferecesse frutos de que nos desvanecemos e de que, sumariamente, damos conta a Vossa Excelência. Menos que a natural vaidade pelo conquistado, estimula-nos a certeza de haveremos cumprido, com lealdade e patriotismo, os ditames da Revolução, em que, permanentemente, nos inspiramos.

2. Educação

Em 1967, a ação governamental no setor da educação, na Bahia, era bastante precária. No ensino primário, por exemplo, a matrícula escolar diminuiu de 240.000 para 222.322 entre 1962 e 1966. Considerada a faixa dos 7 aos 11 anos constatava-se um déficit real de escolaridade da ordem de 58%, equivalente a 458.464 crianças sem escolas.

Definhava, além disso, o papel do Governo nessa área importantíssima: a rede escolar representava apenas 22% do total das unidades existentes em todo o Estado. Também no ensino médio o panorama não era melhor, bastando acentuar que a matrícula respectiva alcançava apenas 28% da população estimada entre 12 e 19 anos.

A prioridade emprestada, então, ao setor educacional atesta o interesse pela matéria. Basta dizer-se que, a partir da Lei de Meios elaborada para 1968, a educação participa com percentual sempre superior a 20% da receita total do Tesouro. Ao tentar minorar o quadro negativo acima exposto, fizemô-lo de modo racional, a fim de que os escassos recursos de que dispúnhamos encontrassem a melhor utilização possível. Assim, do *Plano de Emergência*, em 1967, passamos ao *Plano Integral de Educação e Cultura*, em 1968. "Educar para enriquecer", tornou-se o lema do Governo.

Os resultados obtidos poderão ser sucintamente apresentados. Com efeito, no ensino primário, somente durante os dois primeiros anos ganharam os baianos mais 1.346 salas de aula, em 173 diferentes Municípios. Considerado o quadriênio anterior (1963-1966), ampliou-se em 200% a média anual de salas construídas, atingindo um índice de quase 2 salas de aula por dia de Governo. No âmbito de ensino médio, durante idêntico período, propiciaram-se mais 31.023

vagas gratuitas, correspondendo esse número a um incremento de 139% em relação ao quadriênio anterior.

Ainda que deixemos de lado aspectos outros, tais como os de treinamento e seleção de professores, educação supletiva, reequipamento de laboratórios, realização, com êxito invulgar, de "Semanas da Cultura" nas principais cidades do interior, não podemos deixar de mencionar a preocupação do Governo estadual com o ensino superior, notadamente em sua expansão para áreas, no interior, de maior concentração demográfica e de alto índice de escolaridade na faixa do ensino médio. Assim, neste e no ano próximo, vimos — e seguiremos — desenvolvendo grande esforço nessa direção, como se poderá constatar da criação da Universidade do Sul do Estado e de quatro Faculdades de Educação para formação de professores de primeiro ciclo de ensino médio (uma delas já em funcionamento), de uma Escola Superior de Educação Física (esta em Salvador), além de equipamento e ampliação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco.

Desenvolve ainda o Estado seu sistema de bibliotecas, renovando as existentes, introduzindo nas unidades educacionais núcleos para a utilização dos estudantes, criando um conjunto de bibliotecas ambulantes e fazendo construir a Biblioteca Central em amplas dimensões, para conter mais de um milhão de volumes e com todos os equipamentos de uma biblioteca moderna.

Convencidos, entretanto, da necessidade de apontar soluções qualitativamente diversas das tradicionalmente conhecidas, a fim de que o setor educacional ganhasse mais eficácia e funcionalidade, vimos desenvolvendo, com apoio do Governo federal, duas "frentes" especiais de cuja oportunidade estamos plenamente convencidos: os Ginásios Orientados para o Trabalho e os Centros Integrados de Educação.

O Ginásio Orientado para o Trabalho é uma síntese da melhor experiência brasileira na formação geral e na formação vocacional, oferecendo iniciação humanística, científica e prática com a finalidade de constituir a base para estudos ulteriores de preparação para a universidade ou para o ingresso imediato em ocupações variadas. Encontram-se já em funcionamento 12 (doze) unidades, sendo 10 (dez) no interior e duas na Capital do Estado. Em 1970 esperamos implantar mais 14 (quatorze), sendo 10 (dez) no interior.

Não fosse, aliás, o atraso em relação ao acordo MEC-USAID-Bahia, para o ensino médio, e mais 50 (cinquenta) Ginásios Orientados para o Trabalho deveriam estar em construção, como esperamos que ocorra, uma vez liberadas as cotas que se deverão reunir à atribuída ao Estado.

O Centro Integrado de Educação, em cuja formulação a Bahia se antecipou à própria legislação federal, é uma tentativa de preparar o homem para que ele se realize em toda a sua plenitude, como pessoa integrada numa comunidade.

de. Com duas experiências-piloto na cidade de Salvador, cuidará o Governo, no ano próximo, de implantar mais 6 (seis) Centros no interior do Estado, em locais tecnicamente identificados como "pólos de desenvolvimento", esperando-se êxito numa instituição que, explicitamente, busca objetivar o seguinte:

a) criação de uma escola onde o aluno seja acompanhado dos sete aos 18 anos por uma equipe de professores que trabalham coordenadamente, atentos para o desenvolvimento harmônico do jovem, respeitada a sua evolução psicológica e a sua necessidade de integração social;

b) concretização de uma escola polivalente, pública e gratuita, que se propõe a ministrar educação comum e não seletiva, acolhendo as crianças numa comunidade, por mais diversa que seja a natureza de suas aptidões;

c) institucionalização de uma escola que seja o núcleo do desenvolvimento da comunidade, incentivando-se os alunos a que descubram as necessidades da comunidade, utilizem seus recursos e, em benefício da mesma, sintam-se estimulados ao estudo, à realização das habilidades vocacionais, ao enriquecimento cultural.

3. Ciência e Tecnologia

Para enfrentar as solicitações surgidas com o aproveitamento dos recursos locais e no propósito de também se antecipar em introduzir técnicas mais avançadas, embora adaptadas às peculiaridades e habilidades da nossa gente, criou o Governo do Estado a Secretaria para Assuntos de Ciência e Tecnologia.

Reunindo todos os órgãos existentes na administração estadual voltados para a pesquisa aplicada, esta Secretaria se propõe essencialmente a promover o estudo, a investigação e a aplicação de métodos e sistemas que acelerem a utilização de nossas riquezas naturais. Em suas metas mais próximas pretende-se então desenvolver a capacidade de especialistas para que venham atender à premissa estabelecida pelo incremento industrial. É inevitável que a Bahia lidere o campo metalúrgico dos metais não-ferrosos e é preciso que o Estado esteja preparado com um grupo de técnicos que se vá multiplicando à medida de suas necessidades. Também a indústria petroquímica básica e as ramificações decorrentes poderão dispor da participação dos especialistas que se aperfeiçoarão graças a esse programa.

Outro objetivo acertado nesse setor será o desenvolvimento de uma tecnologia própria, que forçosamente surgirá, quando os métodos importados tiverem que se adequar às características locais de matéria-prima e operação, através do concurso dos talentos locais.

Para realização deste intento, a Secretaria de Ciência e Tecnologia tem mantido contato com entidades nacionais e internacionais, por exemplo a

UNESCO, visando assegurar aos recursos estaduais a complementação indispensável de recursos humanos e financeiros.

4. Industrialização

A necessidade de modificar a fisionomia do Nordeste levou à criação de variados estímulos, notadamente na esfera financeira, liderados pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A. Compreendeu, então, o Governo Estadual dever voltar-se, nesse sistema de incentivos, primordialmente para a execução de obras de infra-estrutura que, geograficamente concentradas, facilitem a atração de industriais interessados no aproveitamento não só das abundantes riquezas propiciadas pelo solo e subsolo do nosso Estado, mas também de outros "fatores locacionais", como a proximidade mesma dos mercados do Centro-Sul do País. Daí o planejamento do Centro Industrial de Aratu.

Centro Industrial de Aratu

O Centro Industrial de Aratu (CIA), estruturado através de Plano Diretor, tecnicamente elaborado, foi o elemento concretizador daquele objetivo do Estado. Localizado a 17km de Salvador, no eixo da BR-116, e compreendendo uma área de 43.600 ha, o CIA tem merecido de técnicos de várias procedências elogios pela harmoniosa conjugação dos diversos fatores de atração industrial (transporte, energia, comunicações, água, porto, baixos preços da terra, habitação para operários, proximidade de um centro urbano de porte, etc.). Com menos de três anos de instalada, a autarquia responsável pela administração do projeto nele terá despendido até dezembro NCr\$ 67 milhões. Construíram-se 60 km de rodovias internas (50km dos quais já pavimentados), sistema hídrico (captação de água, estação de tratamento, reservatórios, rede de adução, rede distribuidora), subestações de energia, central de microondas com 24 canais e capacidade para 100 linhas telefônicas, moradia operária (800 casas, com o apoio do BNH, como primeira etapa de um total de 1.600 unidades), além de conclusão do projeto do porto, submetido, para efeito de financiamento, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde temos a garantia de obtenção de grande parte do investimento total previsto.

A resposta do empresariado tem sido pronta. A esta altura, são 13 as empresas em pleno funcionamento na área do CIA, representando as mesmas um total de investimentos da ordem de NCr\$ 186 milhões e criando, diretamente, quase 3.000 empregos. Outras 30 empresas acham-se em fase de implantação, com possibilidades de utilização de 5.400 pessoas em empregos diretos. Se a essas empresas adicionarmos aquelas que já firmaram cartas de opção para localização no Centro Industrial de Aratu, teremos um total de 113 indústrias, com

investimentos da ordem de NCr\$ 1,4 bilhão e capacidade de absorção, de modo direto, de 18.627 empregados.

O Centro Industrial de Aratu deixou de ser simples projeto de Governo para constituir projeto de todo o povo da Bahia, que acompanha, passo a passo, o seu crescimento. Considerado já o maior pólo de desenvolvimento industrial do Nordeste, o indiscutível êxito do CIA tem sido responsável, a partir de 1967, pela absorção por parte do Estado da Bahia de mais de 40% dos recursos decorrentes da 34/18. Trata-se, porém, fundamentalmente, de elemento de progresso regional e de integração nacional. Desse prisma de análise sabemos que se considerarmos, aliás, a totalidade dos projetos sujeitos à análise da SUDENE (aprovados e sob exame) teremos, para a Bahia, investimentos que se aproximam dos NCr\$ 3 bilhões, com capacidade geradora de aproximadamente 35 mil empregos diretos.

Industrialização do interior

A necessidade de difundir o processo de industrialização pelo Estado, com a finalidade de evitar uma distância crescente entre o ritmo de desenvolvimento das diversas regiões, para aliviar Salvador e sua área de imediata influência da sobrecarga de contingentes populacionais originários de diferentes pontos do Estado e do próprio Nordeste, levou o Governo a adotar um Programa de Industrialização do Interior, conhecido sob a sigla PROINTER. Este opera através da prestação de assistência a empresários existentes ou potenciais, em suas várias necessidades, tais como: identificação de oportunidades de investimento, preparação de projetos de novas indústrias ou reequipamento de existentes, orientação e preparação de pedidos de financiamento junto à entidade própria (geralmente o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. — BANDEB), diagnóstico e solução de problemas administrativos e financeiros das empresas.

Até a presente data, com dois anos de atividades, apoiado em recursos do BANDEB ou outros repassados por esse banco estatal (não pode ser esquecido, no particular, o auxílio do Ministério do Interior através do BNB e da SUDENE, na entrega de recursos, para repasse, de acordo com a Portaria nº 170), o PROINTER providenciou 51 empréstimos com valor total superior a NCr\$ 4 milhões, existindo mais 22 processos em análise e que totalizam mais de NCr\$ 2 milhões, tudo isso sem contar com serviços outros, os mais diversificados, que são prestados pelas equipes técnicas do “Programa” ao empresariado do interior do Estado.

O alcance econômico e social do PROINTER levou o Governo a decidir-se pela sua transformação, a partir do ano próximo, em Centro de Desenvolvimento Industrial — CEDIN, que funcionará em Feira de Santana e receberá as-

sistência das Nações Unidas. O investimento conjunto do Governo Estadual e da ONU (esta, através da UNIDO) alcançará, em sua primeira etapa, cerca de um milhão e meio de dólares.

Além das condições necessárias à atração de indústrias em pontos previamente fixados do território estadual, vê-se o Governo baiano na obrigação de, mais atentamente, acompanhar os passos de implantação de determinadas empresas que, pelo porte econômico e pela abundante utilização que fará de recursos do próprio Estado, deverão causar vigoroso impacto sobre a economia regional, no que tange à acentuada melhoria do nível de emprego e de renda. Nestas áreas, Senhor Presidente, espera a Bahia merecer também especial atenção do Governo de Vossa Excelência. Podemos dizer que, basicamente, trata-se de quatro grandes "projetos", a saber:

- a) projeto petroquímico;
- b) projeto siderúrgico;
- c) projeto do alumínio;
- d) projeto do cobre.

Petroquímica

A concretização de um "complexo petroquímico" no Recôncavo deve ser entendida, primordialmente, como consequência lógica da condição de ser aquela área a única em que se dispõe, simultaneamente, de petróleo e gás no Brasil. Assim sendo, razões de ordem econômica e de segurança industrial e militar justificam o mencionado "complexo", devendô-se acrescer o alto poder germinativo do empreendimento, inclusive repercussões sobre a agricultura nordestina, tendo em vista a produção de fertilizantes.

Foi partindo dessa evidência que o Governo Estadual resolveu promover um estudo da matéria em toda a sua profundidade, no que contou com o auxílio financeiro da PETROBRÁS-PETROQUISA. Do excelente estudo elaborado por especialistas, com a consultoria, inclusive, de técnicos estrangeiros, verificou-se a viabilidade da Petroquímica na Bahia, existindo também completa compatibilidade entre a mesma e a implantada no Centro-Sul do País. O problema, assim, deixa de apresentar mera dimensão regional para ganhar significação nacional. Sumariamente, lembraremos que três fatores principais indicam a referida e ampla possibilidade petroquímica, para o Recôncavo independentemente das vantagens derivadas de uma localização na área de atuação da SUDENE:

- a) existência de matérias-primas (petróleo, gás e efluentes da Refinaria de Mataripe);
- b) proximidade de jazidas de sal-gema e potássio;
- c) suprimento abundante de energia elétrica.

A implantação do Complexo Petroquímico — COPEB, com vistas no qual já têm sido, aliás, aprovados pelo GEIQUIN e pela SUDENE diversos projetos para a Bahia, está condicionada ao apoio do Governo Federal, sobretudo através da PETROBRÁS-PETROQUISA, na tomada das seguintes decisões:

a) definir uma política nacional no sentido de não permitir que o exagerado dimensionamento de unidades no Centro-Sul do País, abastecidos pela importação de nafta, retardem a implantação, no Nordeste, de unidades consumidoras de matéria-prima local;

b) acelerar a construção da unidade de propeno da Refinaria de Mataripe, assegurando o seu funcionamento para 1972 conforme previsão preliminar da própria PETROBRÁS;

c) definir uma política de utilização do gás natural;

d) assegurar suprimentos de nafta aos interessados;

e) ampliar a unidade de amônia e uréia do COPEB, em construção;

f) rever a fixação de preços de gás, no sentido de adotar, para certas indústrias, bases que considerem os baixos custos marginais de sua produção;

g) participar das unidades básicas “complexo”, em consórcio com particulares;

h) estabelecer prioridade para os projetos do “complexo”, ao nível da SUDENE, GEIQUIN, CNP e BNDE.

Conforme já esclarecido à PETROBRÁS, a Bahia, no particular, não deseja apenas pedir mas também oferecer a sua colaboração limitada embora pela modéstia dos recursos dispondo-se a:

a) apoiar a PETROQUISA na sua atividade empresarial, no que tange à concretização do “complexo”, mediante efetiva participação financeira;

b) destinar o equivalente aos recursos de “royalties” a que tem direito sobre as matérias-primas destinadas à PETROQUÍMICA na Bahia, para concretização desta;

c) participar de um programa de pesquisas complementares referente ao sal-gema no Recôncavo;

d) examinar, de logo, em conjunto com a SUDENE, a constituição de uma grande empresa regional de mistura e distribuição de fertilizantes, em alta escala, associada a uma programação agrícola regional de grande envergadura.

Usiba

O “projeto siderúrgico” é representado principalmente pela Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA, que tem na União (através da SUDENE) o seu maior

acionista e que deverá desempenhar saliente papel na consolidação do próprio mercado nacional de aço, no tocante a produtos planos dos quais produzirá em torno de 150.000 toneladas anuais, num investimento fixo total de NCr\$ 320 milhões. Tendo em vista a utilização de variada gama de matérias-primas locais, a começar pelo gás natural como elemento redutor, em processo pioneiro no Brasil, sabe-se que os seus custos de fabricação e amplitude do mercado a servir garantem-lhe êxito comercial. Tal circunstância e o enorme poder germinativo da USIBA, que propiciará cerca de 1.500 empregos diretos, dizem bem da necessidade da especial atenção do Governo Federal que, através da SUDENE, esperamos, não retardará a liberação de recursos, dentro do cronograma já estabelecido.

Alumínio

O “projeto de alumínio” pode ser entendido como representado primordialmente pela unidade produtora de alumínio, placas e tarugos que a “Alumínio do Brasil Nordeste S. A.” está implantando no Centro Industrial de Aratu. Serão, numa primeira etapa, 10 mil toneladas anuais, fabricadas para suprimento do mercado nordestino (70% da produção) e do restante do País, totalizando um investimento fixo da ordem de NCr\$ 31,7 milhões. Tendo em conta as repercussões favoráveis sobre a renda nordestina e a própria escassez de não-ferrosos, no País, constata-se a importância do empreendimento, cujos passos serão acompanhados pelo Governo Estadual, com vivo interesse, sobretudo, se se levar em conta que numa segunda etapa a empresa espera elevar a produção até 150 mil toneladas de lingotes, anualmente, num investimento total da ordem de US\$ 150 milhões.

Cobre

O “projeto do cobre” é representado, basicamente, pelo empreendimento da “Caraíba Metais S. A. — Indústria e Comércio”, que contará com atividades de mineração no Município de Jaguarari e com usina de metalurgia e refino no Centro Industrial de Aratu, devendo produzir nada menos que 79 mil toneladas anuais de cobre, com um faturamento previsto de NCr\$ 363,8 milhões. O investimento total foi estimado em NCr\$ 461,8 milhões (trata-se do maior projeto submetido à apreciação da SUDENE), devendo gerar nada menos que 1.800 empregos diretos. Se considerarmos a autêntica “fome de cobre” do Brasil de hoje, que se vê obrigado a importar, anualmente, cerca de 52 mil toneladas do produto (dispêndio aproximadamente de 80 milhões de dólares), poderemos compreender o “projeto do cobre” como um empreendimento não só baiano ou nordestino mas fundamentalmente nacional, capaz de fornecer, significativamente, o balanço de pagamentos do País, através de ponderável poupança de divisas.

5. Energia elétrica

Em que pese a necessidade de, previamente, havermos tido de estabelecer enérgicas medidas de caráter administrativo e financeiro, a fim de que a entidade estadual competente pudesse operar eficazmente, após seriíssima crise que conhecera, o Governo do Estado pode orgulhar-se dos empreendimentos realizados neste importantíssimo setor, tais como: interligação das usinas de Paulo Afonso-Bananeiras-Funil; início das obras civis e montagem da terceira unidade geradora em Funil (10.000kW): retomada — ora em fase de conclusão, graças à substancial e decisiva ajuda federal — das obras da Barragem da Pedra, no rio das Contas.

Dentro da organização administrativa do Estado estava o problema da energia elétrica confiado a duas empresas estatais — a CERC (Centrais Elétricas do Rio de Contas) e a COELBA (Companhia de Eletricidade da Bahia), havendo a atual administração do Estado constatado do que esta última apresentava um “déficit” anual de cerca de três e meio milhões de cruzeiros novos. Houve assim que proceder reforma total nesse setor, inclusive a incorporação da primeira pela última. Do resultado obtido, graças a um drástico sistema de contenção de despesa de custeio, obteve-se, em 1967, lucro líquido de meio milhão de cruzeiros novos, que, no ano corrente, deverá elevar-se a cinco milhões de cruzeiros novos.

Quanto às linhas de transmissão e rede de distribuição de energia, pode-se sentir o esforço desenvolvido na Bahia, nos últimos anos. Com efeito, enquanto entre 1960 e 1966 construíram-se 618,7 km de linhas, só nos exercícios 1967 e 1968 atingiu-se um total de 713,6 km. Quanto à distribuição de energia, não menos significativo foi o trabalho da administração estadual. Assim, para um total de 7.975 postes implantados no período 1960/66, a atual gestão no primeiro biênio de atividade alcançou a soma de 6.614 postes. No presente exercício, temos em andamento a construção de mais 584,5 km de linhas de transmissão e da implantação de mais 1.444 postes para redes de distribuição energética (para 1970 estão projetados 1.994,3 km de linhas e mais 7.812 postes).

6. Transportes

Tem sido o setor a que o Governo baiano empresta grandes atenções e no qual, naturalmente, depende grandemente da ajuda da União. Destacaremos apenas aquelas obras de maior prioridade para o Estado e para o País, embora algumas delas dependam apenas de iniciativa federal. Eis os empreendimentos principais:

- a) duplicação da BR-324, no trecho Salvador—Feira;

- b) construção da BR-242 (Salvador—Brasília);
- c) construção e pavimentação da BR-101 (Rio—Bahia, litorânea);
- d) implantação do sistema de conjugação rodo-aquaviário na Bahia de Todos os Santos (sistema *ferry-boat*).

Duplicação da BR-324

No que se refere à BR-324, a duplicação foi definida, conforme estudo de viabilidade realizado pelo GEIPOT, com o imprescindível no trecho Salvador-Feira, onde a média diária de tráfego chega a 9 mil veículos, sendo também, atualmente, o único acesso rodoviário à Capital do Estado e de grande importância para a zona petrolífera. Contratado já o projeto de engenharia, convém acentuar ainda que, recentemente, o Ministro Mário Andreazza assinou com o Banco Mundial, em nome do Governo da União, contrato de financiamento que permitirá ao DNER dar início às obras em 1970.

BR-242 (Salvador-Brasília)

A BR-242 foi definida pelo Estado-Maior das Forças Armadas como rodovia prioritária para o País, dado o seu caráter estratégico. É, com efeito, a mais curta ligação de Brasília com o Nordeste, além de possibilitar a integração efetiva do litoral com o Brasil-Central. Em seus 800 km em território baiano, beneficia diretamente 45 municípios, abrangendo uma área superior a 170.000 km², onde vivem cerca de 700.000 brasileiros. Por delegação do Governo Federal, o Estado concluiu a terraplenagem de 60.326km, além de promover a abertura de outros trechos que se estendem até a divisa com o Estado de Goiás.

Dado o extraordinário interesse dessa rodovia para a economia baiana, preferiu o Estado arcar com os ônus de sua construção a esperar que viesse a ser remotamente realizada pelo Governo Federal, decisão somente possível pelo apoio do Ministério da Fazenda aos empréstimos externos que suplementaram os recursos estaduais.

Ainda aqui convém acentuar que, autorizado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, bem como pelo Banco Central, está o Governo estadual contratando financiamento de 10 milhões de dólares, no mercado internacional, para conseguir a pavimentação da estrada, em 1970, até o rio São Francisco.

BR-101

A propósito da BR-101, trecho sul baiano, devemos esclarecer que o Governo da União utilizou, para a sua construção entre Feira de Santana e a divisa da Bahia com o Espírito Santo, o mesmo esquema de financiamento (Banco Mundial) utilizado para a duplicação da BR-324. Atualmente está em fase final

a terraplenagem de todo o estirão rodoviário, devendo a pavimentação ser iniciada em março de 1970. Esta obra é da maior importância na integração de diversas regiões do Nordeste entre si, e do próprio Nordeste com o Centro-Sul brasileiro.

Complemento natural e importante da BR-101 é o novo porto de Ilhéus, já em adiantada fase de construção.

Ferry-boat

O sistema de conjugação rodo-aquaviário por *ferry-boat*, que entrará em operação em 1970, representa a solução adequada para atendimento ao fluxo de transporte numa área de grande densidade demográfica e de importância econômica do Estado, devendo reduzir em 140 km a distância entre Salvador e o sudoeste do Recôncavo. É importante salientar-se que o sistema de *ferry-boat* libertará os Municípios daquela região do estrangulamento em que hoje em dia se encontra o escoamento de seus produtos, principalmente os agrícolas. Região que contribui significativamente para o abastecimento de Salvador e do Recôncavo, terá, com essas novas vias, multiplicada sua capacidade de produção, atualmente na dependência de transportes deficientes.

O empreendimento desenvolve-se através de diversas etapas (terminais marítimos, encomendadas de navios, construção e pavimentação de rodovias, implantação de estradas vicinais, construção de pontes), e, ao ser concluído (custo aproximado de NCr\$ 30.000.000,00), também tornará autofinanciável a Companhia de Navegação Baiana, hoje vivendo de subvenções do Governo Federal.

7. Telecomunicações

O plano de telecomunicação do Estado da Bahia — hoje considerada a maior área muda do País — aprovada pelos diversos organismos federais aos quais foi submetido, e incluído em faixa prioritária do Ministério das Comunicações, dotará, em 20 anos, todos os municípios baianos de serviços telefônicos urbanos e interurbanos.

O financiamento de sua primeira etapa foi aprovada pelo BID, devendo o respectivo instrumento (valor de 26 milhões de dólares) a ser assinado em Washington em dezembro próximo. Este financiamento foi complementado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no valor de NCr\$ 80 milhões, que representa significativa colaboração daquela agência federal.

Na primeira fase, serão implantados sistemas telefônicos automáticos em 60 Municípios e instalada a nova rede de microondas para as ligações interur-

banas e interestaduais. Ainda na primeira etapa, será reformulada a atual rede urbana de Salvador, com a instalação de mais 19 mil aparelhos.

8. Agricultura

A complexidade dos problemas agrícolas brasileiros, como sabemos, tem tradicionalmente desafiado os mais lúcidos administradores. Se a ela acrescentarmos a extensão territorial da Bahia, a deficiente integração entre as diferentes regiões e a escassez dos recursos públicos, compreender-se-á melhor o drama do Governo Estadual, na tentativa de modificar a fisionomia dos campos, de estimular a produção dos produtos agropecuários e de racionalizar a comercialização dos mesmos. Eis por que admitimos, desde o início da nossa gestão, que os recursos do Tesouro a serem despendidos junto ao setor agropecuário deveriam sê-lo de maneira concentrada, em programas considerados de maior prioridade. A esta altura, temos razões para considerar acertada a decisão.

A defesa zoonossológica, por exemplo, constitui um desses programas eleitos, com ênfase maior no combate à brucelose e à febre aftosa, enfermidades que apresentam forte incidência na região sudoeste do Estado, onde maior é a concentração da população bovina. A luta contra a brucelose, organizada há poucos meses, vem contando com a assistência técnica da União Panamericana de Combate às Zoonoses, enquanto o esforço pela erradicação da febre aftosa, desenvolvido a partir de 1968, conta com organismo próprio, administrativa e financeiramente autônomo, o GERFAB — Grupo de Erradicação da Febre Aftosa na Bahia. Acrescenta-se que, até o primeiro semestre do ano em curso, gastou-se, no particular, um total superior a um milhão de cruzeiros novos, havendo sido vacinadas 2.783.188 reses.

Outro aspecto da atuação governamental no fomento às atividades agropecuárias, que nos pareceu merecer a concentração de esforços, tem sido o do crédito orientado ao rural, que representa tentativa de integração entre o sistema bancário e os órgãos técnicos do Estado, que opinam e acompanham a utilização dos recursos concedidos. Para a administração do mesmo constituiu-se organismo especial, com a necessária flexibilidade de trabalho, o IBCR (Instituto Baiano de Crédito Rural), criado exatamente há um ano. Milhares de contratos já foram, até o momento, realizados, totalizando um dispêndio acima de NCr\$ 5 milhões. Acrescenta-se que as operações piloto de crédito orientado para as culturas de subsistência já atingiram 21 municípios, havendo sido financiados e assistidos 750 agricultores, cobrindo uma área cultivada de 6.600 hectares. Essas atividades no campo da orientação técnica poderão ser significativamente aumentadas, no tocante à pecuária, quando em execução o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte do Brasil-Leste apresentado ao BID pelos governos de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Tal iniciativa permitirá, em apenas três anos, a aplicação de recursos num montante aproximado de NCr\$ 75 milhões, cobrindo 1.200 propriedades em nosso Estado.

Igual ênfase merece a construção de uma Central de Abastecimento para a cidade do Salvador, sobretudo se considerarmos os altos custos dos gêneros alimentícios na Capital baiana, devidos, principalmente, à desorganização dos mecanismos de comercialização daqueles bens. O projeto da Central de Abastecimento elaborado por empresa especializada, foi encaminhado à SUDENE e ao BNDE, que aprovaram o financiamento solicitado, do qual se recebeu parte dos NCr\$ 16 milhões, assegurados, a título de empréstimo, para execução de sua primeira etapa. Prevê-se um investimento da ordem de NCr\$ 35 milhões, com o que se permitirá a comercialização de mais de 200 mil toneladas anuais de frutas, verduras, aves e ovos, enquanto os armazéns de cereais comportarão quantidades superiores a 220 mil toneladas.

Em relação à lavoura do cacau, é cada vez mais urgente uma reformulação da política adotada pelo Governo Federal para atender período de crise, e inexplicavelmente mantida. Bastará dizer-se que pelo atual sistema de retenção adotado pela União em relação a uma cultura onde não há sequer perspectiva de superprodução, são retirados dos lavradores, além dos impostos normais, NCr\$ 82.000.000 conforme o orçamento da CEPLAC para 1970.

9. Saúde e Saneamento Básico

Com especial satisfação, temos tomado conhecimento, Senhor Presidente, da primeira que o Governo de Vossa Excelência pretende emprestar aos programas de saúde pública. Trata-se, com efeito, de uma área de atuação no Governo Estadual, em que os resultados não podem ser suficientemente vigorosos, tendo em vista o volume de recursos necessários ao atendimento dos diferentes aspectos do problema em Estado, como o nosso, de grande extensão e numerosa população. Apesar disso, vimos desenvolvendo significativo esforço para dotar, por exemplo, de melhores condições de funcionamento às 18 unidades hospitalares, de diferente porte, que o Estado mantém na Capital e no interior. Assim, observa-se que, a partir de 1967, de um total de leitos de 2.396, passamos nos exercícios subseqüentes, para 2.780 e 3.112, devendo-se alcançar 3.379 no exercício de 1970 — quando entrará em operação, entre outros, o Hospital Regional de Ilhéus, com capacidade para 103 leitos.

Em Salvador, por exemplo, o Hospital Getúlio Vargas (Pronto-Socorro), que em 1966 fez 2.708 internamentos e 6.807 intervenções, somente em outubro do ano em curso atendeu a 12 mil pessoas. Ao mesmo tempo preparam-se inaugurações de novas unidades hospitalares no interior.

Especial ênfase tem sido dada também à medicina preventiva, mediante ativas campanhas de vacinação, que cobrem todo território estadual.

No campo do saneamento básico, para melhor avaliação do esforço desenvolvido, talvez convenha assinalar-se que, no início de 1967, dos 336 municípios baianos, apenas 70 possuíam sistemas de abastecimento d'água, a maioria pre-

cários, com a circunstância agravante de que as sedes municipais mais populosas não se incluíam entre as beneficiadas. Mobilizados recursos maciços do próprio Estado e somados à significativa ajuda de organismos federais — BNH, FISANE, CEPLAC e FSESP — partimos para a execução de obras, através de rígida programação, norteada, basicamente, para o atendimento dos núcleos de maior densidade demográfica. Assim, todas as cidades de expressão econômica do Estado (40.000 habitantes em diante) já dispõem de sistema de abastecimento d'água ou o têm em fase de construção. São ao todo 35 cidades beneficiadas, no particular, pela administração estadual que, dessa forma, leva aqueles serviços indispensáveis à saúde e higiene públicas a um número maior de baianos do que o executado, no setor por todas as administrações que a precederam.

Cuidado especial dedicamos ao Município de Salvador onde se encontra o percentual de quase 20% da população do Estado. O programa desenvolvido para a Capital procurou atingir 2 objetivos fundamentais: aumentar o número de habitantes servidos por água potável e assegurar, através de obras de porte, o abastecimento regular, até o final do século, da Capital e da zona industrial.

Quanto ao primeiro aspecto, estendeu o Governo nada menos que 280 km de novas redes distribuidoras, que pela primeira vez chegaram aos bairros proletários da Capital, número cujo significado avulta se considerarmos que, nos 10 anos anteriores à atual administração, apenas 219 km haviam sido construídos. Ampliadas as redes, foi possível elevar consideravelmente o número de novas ligações domiciliares. Estas que, até o início de 1967 alcançavam a média mensal de 150, elevam-se hoje para mais de mil.

Em relação às obras de porte, a primeira concluída (investimento de mais de NCr\$ 6 milhões) foi o reservatório do Cabula, o maior do Norte e Nordeste do País. Outras estão em curso, como a nova Estação de Tratamento da Bolandeira e a segunda barragem do rio Joanes, que quintuplicará a vazão do principal manancial da Cidade (empreendimento a ser concluído no início de 1971, totalizando investimento de NCr\$ 11 milhões).

Com tais obras, ao passo que em 1966 apenas 40% da população de Salvador era abastecida de água potável, esperamos que em 1971 já 60% desfrutem desse benefício.

10. Habitação

Não há exagero em dizer-se que um dos Estados onde se retardou a ação do BNH foi a Bahia. Tivemos, assim, a partir de 1967 que recuperar o tempo perdido e, para tanto, contamos com a cooperação e ajuda daquele estabelecimento.

Na realidade, até 1967 nenhum conjunto habitacional fora concluído. Hoje, considerando as construções realizadas (3.621), as obras em execução (1.045) e aquelas a serem iniciadas proximamente (8.040), poderemos dizer que o atual

Governo Estadual deverá entregar ao povo baiano nada menos que 13.506 unidades habitacionais.

Além dos núcleos habitacionais acima referidos voltou-se o Estado para o problema de habitação para o funcionalismo estadual, inclusive no Interior, devendo estar até o ano inauguradas 912 unidades.

11. Renovação de Salvador

Como é notório, a Cidade de Salvador, sem prejuízo dos seus aspectos tradicionais, vem sendo objeto de um amplo plano de transformação, que se tornou indispensável ante o crescimento demográfico atual e ainda mais ante as perspectivas que prevêm para a antiga capital do Brasil, antes do ano 2000, cerca de três milhões de habitantes.

É trabalho de grandes realizações, orientado por uma filosofia que se pode resumir em quatro itens:

- 1) Melhoramento nas linhas principais de tráfego, geralmente implantadas nas cumeadas e nos bairros;
- 2) Implantação de um sistema viário básico;
- 3) Construção de novos jardins e recuperação dos existentes;
- 4) Expansão da área urbana.

Os melhoramentos nas linhas cumeadas proporcionaram melhor condição de rolamento do pesado tráfego que se deslocava, penosamente, em antigas vias, agora pavimentadas a asfalto. Dentro dessa mesma idéia, realizaram-se obras em velhos pontos da Cidade, quebrando verdadeiros tabus, alargando-se pontos de congestionamento do tráfego ou abrindo novas vias de comunicação.

Visando a implantação de um sistema viário básico, capaz de evitar o colapso dos transportes, procurou-se inspiração nas idéias do prof. Mário Leal Ferreira, que há algumas décadas traçara um planejamento aproveitando os vales. Sobre os esboços existentes projetou-se um vasto programa de obras que cobriu todas as áreas urbanas.

Assim, foram construídas amplas avenidas, em pouco tempo entregues ao uso e gozo da população, tais como as do Vale do Camarogipe e Presidente Castello Branco (Vale do Nazarê), estando em construção, para inauguração em janeiro de 1970, a avenida Vale do Bonocô.

Ao lado dessas avenidas principais, outras foram construídas ou alargadas, como a Cardeal da Silva, a Juracy Magalhães, a Vasco da Gama, ou pavimentadas como a Pedro Álvares Cabral, a Domingos Rabelo, a Manoel Dias da Silva, a Marquês de Maricá, etc, havendo sido asfaltados, também, bairros inteiros e centenas de ruas.

Servindo às principais avenidas há um conjunto de 16 viadutos, estando 7 já concluídos e 9 deverão ser inaugurados até janeiro do próximo ano.

Este mês iniciou-se a construção de uma avenida pioneira, ligando a avenida Vale do Camarogipe ao Aeroporto 2 de Julho, numa extensão de 14 km. Considerando-se a avenida Otávio Mangabeira à direita e a antiga estrada do aeroporto à esquerda da nova avenida, teremos uma distância média entre as duas da ordem de 7 km o que equivale a uma área de influência para a avenida em construção de 98 km², área onde podem ser instalados 2.000.000 habitantes.

A nova avenida terá uma faixa de domínio de 100 metros de largura e duas pistas com três faixas de tráfego cada. Atravessará uma belíssima região do município, incorporando-a à cidade e expandindo a área urbana.

Ao lado da construção das avenidas e viadutos, da pavimentação e abertura de ruas, a administração municipal vem dotando a cidade de novos parques e jardins ou recuperando os existentes, no sentido de fazer Salvador mais alegre e mais humana, destacando-se a urbanização do Dique do Tororó, hoje considerado um dos recantos mais pitorescos da cidade.

Não será demais que se ressalte, aqui, o alcance da reforma urbana que a Prefeitura realiza no Município de Salvador, verdadeira revolução que possibilitará aos seus habitantes a aquisição, a baixo custo, de área de terreno para construção da casa própria. Decorrido o prazo, assegurado em Lei Municipal, de preferência para aquisição da propriedade aos atuais ocupantes de lotes ou glebas da Prefeitura, foreiros ou rendeiros, esta desapropriará o domínio útil dos terrenos enfiteúticos e benfeitorias de terrenos arrendados, destinando-os a Núcleos Coloniais para o desenvolvimento da lavoura de subsistência ou a Núcleos Habitacionais.

De 13 de fevereiro de 1967, data de posse e exercício do Prefeito Antônio Carlos Magalhães, até a presente data, nenhuma nomeação foi feita na Prefeitura de Salvador, salvo a de professoras, precedida de rigoroso concurso. A despesa com pessoal, que era da ordem de 64% da estimativa orçamentária, caiu para 35% no corrente exercício, devendo ficar em menos de 30% no próximo ano.

Assim se explica a obtenção de recursos para o extraordinário volume de obras executadas apenas com os recursos ordinários do Município.

Conclusão

Nas breves observações acima, nas quais fixamos apenas alguns aspectos de iniciativas públicas ou privadas de maior relevo para o aceleramento do desenvolvimento regional, terá Vossa Excelência uma súmula do que nos tem sido possível realizar dentro dos modestos recursos do Estado.

Aliás, não poderíamos deixar de assinalar nesta oportunidade que, mesmo dentro de um programa de contenção de despesas supérfluas, não nos teria sido possível fazer tanto com tão pouco, sem a compreensão e em muitos casos o apoio de órgãos da administração federal, que nos facilitaram, inclusive, a obtenção de empréstimos externos, ainda indispensáveis para suprirem nossas deficiências financeiras. Esperamos, aliás, alcançar novos financiamentos, especialmente para o plano de telecomunicações e para o Porto de Aratu.

Lamentando não nos haver sido possível reduzir esta exposição, queremos nos valer do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os nossos antecipados agradecimentos pelo continuado apoio ao desenvolvimento da Bahia e testemunhar-lhe o nosso mais alto apreço e respeitosa consideração. — *Luiz Viana Filho*, Governador.

ANEXO II

Parecer do Grupo de Trabalho do GEIQUIM sobre a ampliação da Petroquímica União. Memorial ao Governador do Estado da Bahia.

1. Introdução

O estabelecimento de diretrizes definidas para balizar a implantação e o desenvolvimento das indústrias petroquímicas no Brasil, tanto no sentido nacional como no regional, constitui uma lacuna no planejamento do GEIQUIM. Este estado de coisas reflete, principalmente, o grande interesse e a disputa que se armou para os projetos nesse setor, tanto por parte das empresas estrangeiras como por organizações nacionais, situação que acarretou o lançamento de grandes projetos objetivando o suprimento de demandas muito distantes no tempo, mesmo admitindo-se taxas razoáveis para o crescimento da procura de produtos petroquímicos. É verdade que com tais projetos as empresas lograram alcançar escalas próximas dos padrões internacionais, orientação que vem tendo amplo apoio do GEIQUIM.

Assim é que, aprovando os projetos da Union Carbide e da Petroquímica União para a produção de olefinas e aromáticos em larga escala, este Grupo-Executivo adotou uma atitude fomentadora da petroquímica, sem se prender aos padrões usuais de análise dos projetos, já que a capacidade de produção de eteno conjunta das duas empresas, mais a produção da PETROBRÁS, alcança uma cifra da ordem de mais de 300.000 t/ano, número quase dez vezes superior ao que se consumia de eteno à época da aprovação dos projetos.

Na verdade, o risco que os promotores da Petroquímica União assumiram ao lançar seu projeto foi até certo ponto minimizado pelo forte apoio recebido do Governo, com relação a: 1) preço da matéria-prima a custo baixo; 2) aquisição obrigatória pela PETROBRÁS dos subprodutos não vendáveis, a um preço até 20% superior ao da matéria-prima; 3) garantia do Tesouro Nacional

para os empréstimos negociados no exterior, no valor aproximado de US\$ 40,0 milhões; 4) associação da PETROBRÁS QUÍMICA ao empreendimento como dando respaldo oficial à iniciativa e 5) concessão pelo GEIQUIM dos estímulos fiscais previstos em lei e aprovação de todos os projetos que se dispunham a consumir matéria-prima da central petroquímica da empresa.

Nessas circunstâncias pôde a empresa promover a colocação de parte de sua produção futura, restando, ainda, algumas quantidades de produtos sem colocação e que terão que ser devolvidos à PETROBRÁS, se não aparecerem novos projetos.

Da mesma forma que a Petroquímica União, sua concorrente, a Union Carbide terá, temporariamente, capacidade excedente e deverá consumir cativamente grande parte de sua produção.

Fora de São Paulo, apenas na Bahia apareceram iniciativas no setor petroquímico. Esse interesse dos empresários pela Bahia é consequência da existência ali de gás natural, da oferta de propeno, amônia e uréia pela PETROBRÁS, da infra-estrutura de apoio, construída pelo Estado, e de recursos financeiros a baixos custos. Esse quadro, associado à preferência pelos empreendimentos localizados no Nordeste e à reserva de mercado constantes da legislação do GEIQUIM, foi explorado por empresários brasileiros que puderam, assim, tentar uma entrada no setor químico com um risco reduzido.

2. Petroquímica em São Paulo

Há muitos anos a região de São Paulo possuía um embrião de indústria petroquímica, representado pelas grandes empresas internacionais que operam no setor, como a Union Carbide, Koppers, Rhone-Poulenc, Solvay, Borden, Columbia Carbon e outras menores e também pela PETROBRÁS, com umas pequenas unidades de eteno, propeno e amônia.

Como a Union Carbide, grande consumidora de eteno, estruturou um projeto que acabou sendo dirigido para seu consumo cativo, a Petroquímica União pôde estabelecer os necessários contatos com os outros dois grandes consumidores de produtos básicos, a Rhodia e a Solvay, bem como lançar três novos produtos que vieram dar viabilidade ao lançamento de uma nova central petroquímica de olefinas e aromáticos.

É inegável o mérito dos promotores da Petroquímica União que de um modo firme e perseverante conseguiram estruturar um projeto realmente difícil, como sói ser o de uma central petroquímica. Por outro lado, o sucesso até aqui alcançado pela Petroquímica União só foi possível graças ao apoio decidido que a empresa vem tendo do Governo.

A fim de dar uma visão objetiva da situação da petroquímica em São Paulo, apresentaremos a seguir alguns dados numéricos relativamente aos produtos básicos da indústria:

2.1 Eteno

<i>Capacidade de Produção</i>	<i>t/ano</i>
— Union Carbide (1970)	128.000
— Petroquímica União (1970/1972)-(Aprovada)	187.000
— PETROBRÁS (em operação)	33.000
SOMA	348.000
<i>a) Projetos ligados à Petroquímica União</i>	<i>(t/ano máximo)</i>
— Poliolefinas	60.000
— Copamo	50.000
— Eletroteno	32.000
— Oxiteno	35.000 (*)
SOMA	177.000
— Capacidade da Petroquímica União	187.000
	(t/a)
— Excedente	10.000
	(t/a)

É importante notar que as quantidades acima só serão consumidas no 4º ou 5º ano de operação da central, ou seja, dentro de 6 a 7 anos, a partir de hoje, admitindo-se 2/3 anos para a implantação do projeto.

<i>b) Projetos ligados à Union Carbide</i>	<i>(t/ano máximo)</i>
— Consumo próprio p/polietileno	88.000
— Capacidade	128.000
— Excedente	40.000

A Union Carbide deverá entrar em operação com suas novas unidades em 1970, pelo menos um ano e meio antes da Petroquímica União.

<i>c) Projetos ligados à PETROBRÁS</i>	<i>(t/ano máximo)</i>
— Cia. Brasileira de Estireno	20.000
— Capacidade	33.000
— Excedente	13.000

(*) Admite-se uma ampliação da Oxiteno.

2.2 Propeno

<i>Capacidade de produção</i>	<i>t/ano</i>
— PETROBRÁS (em operação)	17.000
— Petroquímica União	117.000
SOMA	134.000

A PETROBRÁS até o momento não conseguiu colocar sua produção de propeno. O consumidor potencial é a DOW, para a produção de óxido de propeno, mas essa empresa está, também, em negociação com a Petroquímica União com vistas a essa matéria-prima.

A Petroquímica União já tem alguns compromissos de suprimento de propeno, a saber:

	<i>(t/ano máximo)</i>
— Rhodia	35.000
— Refinaria União	35.000
TOTAL	70.000

Verifica-se, portanto, um excedente atual de 64.000 t/ano de propeno, respondendo a Petroquímica União por 47.000 t/ano desse total.

2.3 Aromáticos

<i>Capacidade de produção</i>	<i>t/ano (máximo)</i>
<i>a) Benzeno</i>	
— PETROBRÁS (em operação)	33.000
— Petroquímica União	120.000
— Union Carbide (1970)	18.000
— Siderúrgicos	15.000
SOMA	186.000

O benzeno é um produto de consumo generalizado na indústria química e dadas as facilidades de seu transporte e estocagem, seu suprimento não é tão sujeito a contratos de fornecimento a longo prazo.

Os dois maiores consumidores de benzeno na área de São Paulo serão a Rhodia e a C.B. de Estireno; a primeira deverá ser suprida pela Petroquímica União e sua capacidade de consumo prevista é de 50.000 t/ano; a PETROBRÁS deverá abastecer a C.B. Estireno, cuja capacidade de consumo será, também, da ordem de 50.000 t/ano.

Os demais usos do benzeno representarão um consumo da ordem de 30.000 t/ano, podendo-se, assim, prever um excedente de cerca de 50.000 t/ano do produto, depois de implantados os projetos mencionados.

b) Xilenos

A Petroquímica União está planejando instalar uma unidade de separação de xilenos para produzir orto e paraxilenos. O ortoxileno é usado basicamente

para a produção de anidrido fólico e seu consumo em São Paulo e na Bahia será da ordem de 15-20.000 t/ano em 1975; o paraxileno é matéria-prima para a fabricação de DMT, produto que tem projeto ainda em fase de competição no GEIQUIM, podendo-se estimar um consumo da ordem de 35.000 t/ano de paraxileno em 1975/76.

Existem iniciativas para a produção de xilenos e de DMT em São Paulo e na Bahia e o mercado em prazo previsível só comporta um conjunto de unidades nesse setor.

3. Ampliação da Petroquímica União

Dentro do sistema e das diretrizes que vêm norteando o desenvolvimento das indústrias químicas no âmbito do GEIQUIM, a implantação de novos projetos, ou a ampliação de unidades existentes, mesmo de projetos já aprovados, só têm logrado aprovação quando fica amplamente demonstrado que a iniciativa se dispõe a:

I — suprir um mercado existente ou potencial em prazo razoável; ou

II — reduzir os custos de produção, pelo aumento de escala, no atendimento do mencionado mercado.

Quando satisfeitas as condicionantes acima, o GEIQUIM tem adotado uma atitude bastante liberal no sentido de fomentar a implantação dos projetos, aprovando-os, algumas vezes, sem uma estruturação técnica e financeira definitivas de modo a possibilitar a seus promotores condições para desenvolver os esquemas e providências finais para a execução dos mesmos. Os casos da Salgema, Dufil, da própria Petroquímica União e outros, são exemplos típicos dessa atuação do GEIQUIM.

A aprovação inicial do projeto da Petroquímica União pelo Grupo teve também um sentido de apoio, eis que naquela oportunidade ainda não estavam devidamente equacionados os aspectos do empreendimento relativamente aos preços da matéria-prima (nafta) e de retorno dos subprodutos ao monopólio da União, bem como não haviam sido firmados os compromissos quanto à venda da produção da central. Os pontos acima foram convertidos em condições a serem cumpridas pela empresa, o que foi feito recentemente e aprovado pelo GEIQUIM.

A atual pretensão da Petroquímica União é de obter a aprovação desse Grupo Executivo para a ampliação da capacidade da unidade de pirólise de nafta de 187.000 t/ano para 300.000 t/ano de eteno. Em consequência desse aumento haverá um aumento na produção de propeno, penteno e da corrente C4.

A análise procedida pelo subgrupo nos elementos fornecidos pela empresa e tendo em vista, também, o conhecimento que se tem da situação da petroquí-

mica no Brasil, permitiram chegar-se às seguintes conclusões sobre os objetivos e conseqüências da ampliação:

a) a iniciativa não visa suprir mercado existente ou potencialmente disponível em prazo razoável.

De fato, relativamente ao consumo de eteno e propeno, a Petroquímica União argumenta com os seguintes novos projetos:

<i>Eteno</i>	<i>T/ano</i>
— Duplicação de Copamo	50.000
— Aumento da Poliolefinas	21.000
— Derivados acéticos (novo projeto)	30.000
— Projeto de acetato de vinila (novo)	40.000
SOMA:	141.000
<i>Propeno</i>	
— Refinaria União (aumento)	26.000
— Polipropileno (novo projeto)	30.000
— 2 — Etil-hexanol (novo projeto)	18.000
— Bi-sulfureto de carbono	5.000
SOMA:	79.000

No caso dos aromáticos, a empresa espera atrair para São Paulo a fabricação de DMT, ora em julgamento no GEIQUIM e, eventualmente, outros projetos que consomem aromáticos.

Verifica-se, assim, que a Petroquímica, com a ampliação de sua capacidade, atingirá os seguintes alvos:

I — assegurará para alguns de seus atuais clientes uma condição privilegiada, eis que terão matérias-primas garantidas para ampliações que poderão realizar daqui a 7/8 anos. Este é o sentido das quotas de produtos atribuídos à Copamo, Poliolefinas e Refinaria União;

II — coloca a Petroquímica União em condição favorável para disputar as oportunidades de investimento remanescentes no campo da petroquímica, que se apresentam nos ramos dos monômeros para fibras sintéticas, acetato de vinila, resina ABS etc.;

III — permita a Petroquímica União colocar em cheque alguns projetos já aprovados pelo GEIQUIM para implantação na Bahia e que estão com seu andamento prejudicado em face da indefinição da PETROBRÁS, quanto ao suprimento de propeno.

Como que sugerindo o início dos debates sobre o assunto, a empresa relacionou como prováveis consumidores de propeno, projetos de polipropileno e 2-etil-hexanol.

Ao subgrupo parece prematura a discussão sobre o cancelamento dos mencionados projetos aprovados para a Bahia, ou sobre a aprovação de novas unidades dos mesmos produtos para a Região de São Paulo.

Dentro de uma aproximação estritamente empresarial, a situação buscada pela Petroquímica União, deve-se reconhecer, é perfeitamente defensável.

Entretanto, se levarmos em conta que a implantação e o desenvolvimento das indústrias químicas, no País, nos últimos 5 anos, tem sido feita sob a supervisão governamental, a iniciativa da Petroquímica União deve ser encarada com a reserva necessária, para que não se frustrem alguns dos objetivos fundamentais da política do Governo para o setor químico.

b) O projeto de ampliação não objetiva, basicamente, reduzir custos pelo aumento da escala de produção.

É evidente que quanto maior a escala de produção, menor será o custo dos produtos, regra que vale, em geral, para qualquer atividade econômica. Obviamente tal lei pressupõe que a produção seja vendida, pois as economias de escala, atuando apenas nos custos fixos de produção, pesam favoravelmente ou desfavoravelmente, dependendo do fator de utilização da capacidade instalada.

Sendo problemática a colocação dos excedentes de capacidade de produção num prazo curto, é muito provável que se os investimentos da ampliação forem realizados imediatamente, os encargos decorrentes das operações financeiras necessárias à sua implantação venham a acarretar embaraços financeiros à empresa, pois ela possui uma elevada carga de financiamentos.

	US\$ mil	%
— Capital próprio	24.000	32,5
— Financiamento	50.000	67,5
TOTAL	74.000	100,0

Finalmente, deve-se mencionar que a Petroquímica União, em sua fase inicial, já planejou uma capacidade de produção de eteno, a partir da qual não são grandes as economias de escala.

As considerações acima não devem ser entendidas como uma simples proposta do subgrupo de não-aprovação do pedido de ampliação da Petroquímica União. Tal iniciativa poderia merecer o apoio imediato do Grupo, como uma atitude de fomento, caso as repercussões da mesma não tivessem efeitos negativos quer em projetos já aprovados, quer em iniciativas em exame ou potenciais que poderão beneficiar a região nordestina, condição que possui prioridade no

desenvolvimento da indústria química que vem sendo promovido pelo Governo.

Evidentemente é de toda conveniência que a Petroquímica União planeje sua central petroquímica com possibilidade para expansões futuras, com vistas à disputa e ao atendimento do mercado potencial, mas sua execução deve ser baseada em perspectivas mais concretas que as atuais. Parece, assim, ao subgrupo, que se o Governo pretender dar uma oportunidade ao Nordeste para a criação de um núcleo de petroquímica, não se afigura oportuna a aprovação do aumento da capacidade de eteno da Petroquímica União para 300 000 toneladas/ano.

4. Petroquímica na Bahia

Há seguramente mais de 10 anos, o Estado da Bahia vem tentando promover em seu território a implantação de um complexo petroquímico que tirasse partido dos recursos naturais do Estado para esse tipo de indústria.

O esforço inicial da Bahia provocou a criação do COPEB (Conjunto Petroquímico da Bahia), unidade industrial da PETROBRÁS que visava a construção de fábricas de produtos petroquímicos, mediante o aproveitamento do gás natural e de frações da Refinaria Landulpho Alves. O COPEB sofreu várias marchas e contramarchas dentro da PETROBRÁS e o plano ambicioso original ficou reduzido, hoje, a uma pequena unidade de amônia e uréia e que só teve sua implantação decidida, finalmente, há pouco mais de dois anos, ou seja, em plena vigência da Legislação do GEIQUIM, que aprovou esse projeto da PETROBRÁS.

Com a promulgação do Decreto nº 55.759 que estabeleceu as diretrizes gerais e os incentivos para o desenvolvimento das indústrias químicas no País, o Nordeste e, em consequência, o Estado da Bahia, ficaram beneficiados pela preferência que deve ser dada aos projetos que contribuam para atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, no caso de equivalência de projetos concorrentes. Essa preferência, aliada: 1) aos amplos recursos financeiros disponíveis na área; 2) às possibilidades de suprimento de gás natural e, eventualmente, de outros derivados da Refinaria Landulpho Alves; 3) à infra-estrutura planejada e parcialmente já executada pelo Estado em apoio aos novos projetos; 4) à relativa proximidade do mercado do Sul; e 5) à existência de condições próprias à fixação de mão-de-obra de nível superior, fizeram da Bahia o pólo natural de atração das indústrias petroquímicas no Nordeste.

Esse elenco de condições favoráveis, aliado à reserva de mercado acarretou o interesse de grupos brasileiros pelos projetos petroquímicos, fato auspicioso dentro do quadro do desenvolvimento econômico nacional e que deve ser preservado e defendido.

As facilidades gerais existentes e as preferências legais geraram o aparecimento de vários projetos devidamente estruturados e que foram aprovados pelo GEIQUIM, a saber:

<i>Projeto</i>	<i>Localização</i>	<i>Empresa (controle)</i>
Amônia e uréia	Camaçari (BA)	PETROBRÁS
Metacrilato de metila	CIA (BA)	Paskin (nac.)
Anidrido ftálico	Camaçari (BA)	Ciquine (nac.)
Formol	Recife (PE)	Alba (est.)
2 - Etil - hexanol	Camaçari (BA)	Ciquine (nac.)
D.O.P. (plastificantes)	Camaçari (BA)	Ciquine (nac.)
Polipropileno	CIA (BA)	Agro-Brasil (nac.)
Polipropileno glicol	CIA (BA)	Poliar (nac.)
Melamina	CIA (BA)	Melamina (nac.)
Acrilonitrila	CIA (BA)	Fisiba (nac.)
Metanol	Em concorrência (nac.)
Formol	CIA (BA)	Resiba (nac.)

Além dos projetos acima, do campo específico da petroquímica, a Bahia tem sido preferida por outras iniciativas de grande vulto, como sejam a TIBRÁS (dióxido de titânio) e a White Martins (eletrodos de grafite), que foram selecionadas em competições promovidas pelo GEIQUIM.

Verifica-se, assim, que a Bahia tem sido aquinhoada com um conjunto importante de aprovações de projetos. As providências efetivas para a execução dos empreendimentos, no entanto, estão muito aquém das expectativas, principalmente a dos grandes projetos petroquímicos que dependem do propeno, matéria-prima que deverá ser suprida pela PETROBRÁS.

Além dos problemas objetivos que podem ser apontados, como é o caso do propeno, os empresários nacionais têm que enfrentar uma série de outras dificuldades, tanto as derivadas de sua inexperiência no ramo, como as decorrentes de sua pequena capacidade financeira, falta de apoio técnico especializado e as dificuldades naturais da implantação de grandes projetos no Nordeste. A verdade é que alguns empresários nacionais que lideram grandes projetos aprovados para a Bahia estão necessitando de maior apoio, em todos os sentidos, para poderem realizar os empreendimentos em prazos mais curtos e com maior segurança.

As oportunidades de investimento ainda abertas no campo petroquímico, com localização aceitável na Bahia, são indicadas a seguir:

- Dimetiltereftalato
- Caprolactama

- Estireno
- TDI
- Acetato de Vinila
- Dicloroetano e PVC

Essas novas oportunidades, se devidamente aproveitadas na Bahia, podem gerar a necessidade da implantação simultânea de centrais de aromáticos e mesmo de olefinas de portes razoáveis, principalmente se se levar em conta alguns empreendimentos já em operação, como a Companhia de Carbonos Coloidais (BA), que necessita de resíduo aromático como matéria-prima, a COPERBO (PE), consumidora potencial de butadieno, a CIQUINE (ortoxileno) e a proximidade da grande central de cloro-soda que a SALGEMA está implantando em Maceió (AL) a partir do sal-gema.

Se para os projetos já aprovados, julgamos que os empresários estão a necessitar de maior apoio, com mais forte razão, para disputar as novas possibilidades, os empresários que pretenderem se localizar na Bahia necessitarão de maior suporte que o até agora oferecido para aquela área. No caso de empresários nacionais é indispensável um suporte técnico e financeiro que só as empresas estrangeiras ou a PETROQUISA dispõem para orientar os planejamentos.

Na opinião do subgrupo, o desenvolvimento de uma petroquímica de porte na Bahia, dadas as características peculiares que se apresentam, só poderá ser bem-sucedido se contar com um apoio decidido e em alguns casos com a liderança da PETROQUISA, embora associada a empresários nacionais e/ou estrangeiros. Os projetos, nos primeiros anos de funcionamento, devem contar, basicamente, com os mercados do Sul para a colocação de sua produção, daí decorrendo a necessidade de manutenção de uma reserva programada de pelo menos parte do mercado sulino, para ser abastecido pelas eventuais unidades que se implantarem na Bahia.

5. Petroquisa

A constituição de uma empresa subsidiária para desenvolver as atividades da PETROBRÁS, no campo da petroquímica, era a solução proposta, há muitos anos, por fortes correntes dentro da empresa que viam na petroquímica um campo vasto para diversificação e expansão da PETROBRÁS, fato, aliás, observado com quase todas as grandes empresas de petróleo no mundo.

Os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e comerciais das indústrias petroquímicas, inteiramente diversos daqueles ligados à produção, transporte, refino do petróleo, atividades fundamentais da PETROBRÁS, faziam com que a petroquímica ficasse relegada a um plano secundário, disputando escassas verbas dentro do orçamento da empresa.

Assim, quando o Governo decidiu participar ativamente do desenvolvimento da petroquímica, a criação de uma subsidiária da PETROBRÁS para esse fim era a solução natural, já amadurecida pelos técnicos da empresa. Em consequência, foi baixado o Decreto nº 61.981, em 28 de dezembro de 1967, que autorizou a criação da PETROBRÁS QUÍMICA S/A — PETROQUISA.

Ocorre, no entanto, que pelo que se depreende do referido Decreto e seus considerandos, a PETROQUISA não foi criada com um programa ou com diretrizes de atuação, mas, simplesmente, para se associar com outras empresas e possibilitar o acesso a matérias-primas da PETROBRÁS e a recursos, para o desenvolvimento da petroquímica, pelas resultantes dessas associações. Em nosso entender, esses deveriam ser os meios pelos quais a PETROQUISA atuaria e não os fins de sua criação.

As empresas estatais devem possuir objetivos de interesse nacional geral que justifiquem sua existência; elas são criadas simplesmente para auferirem lucros, a não ser na medida em que necessitam de recursos para a realização de seus fins.

A entrada do Governo na petroquímica só se justifica, assim, se a empresa adotar nesse campo uma ação pioneira, arrojada e marcante no sentido de serem alcançados alguns objetivos entre os quais mencionariamos:

- a) a participação crescente de empresários e de capitais brasileiros em todos os ramos da petroquímica;
- b) o desenvolvimento em prazo mais curto possível de processos e de *know-how* nacionais;
- c) contribuir, sempre que viável, para a atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento;
- d) promover o desenvolvimento planejado do setor, evitando a implantação de projetos antieconômicos e de capacidades ociosas;
- e) participar em iniciativas de interesse da segurança nacional.

Adotando a PETROQUISA diretrizes como as acima indicadas, verifica-se ser razoável a pretensão do Estado da Bahia de promover a implantação de unidades petroquímicas em seu território, com o apoio da empresa estatal. A Bahia, além de estar localizada no Nordeste e estar sendo preferida por capitais brasileiros para investimentos no setor, possui recursos naturais, petróleo e gás natural e uma refinaria de petróleo que podem suportar indústrias petroquímicas de certo porte. Numa fase intermediária poder-se-ia mesmo admitir a importação de matérias-primas.

A título de exemplo, um dos campos que apresenta perspectiva favorável para a Bahia e justificada para a presença da PETROQUISA é o campo das fibras sintéticas, principalmente no setor dos monômeros. A indústria têxtil é um setor tradicional da indústria brasileira e que se apóia na produção agrícola

e pecuária de fibras naturais (algodão, lã, juta, sisal), atividades econômicas essas com forte contingente de capital nacional.

A transformação que está sofrendo a indústria têxtil é um fato incontestável e pode-se prever que daqui a alguns anos, a produção sintética poderá representar o maior contingente, pelas potencialidades que apresenta para redução de custos e melhoria de qualidade. Ocorre, contudo, que a tecnologia das fibras e fios sintéticos e de suas matérias-primas foi desenvolvida no exterior, pelas grandes corporações internacionais do ramo químico e sua introdução em grande escala já começa a ser feita no Brasil, o que acarretará a desnacionalização de grande parte das atividades produtivas ligadas ao setor têxtil, ou seja, nas partes de produção da matéria-prima, elaboração das fibras e dos fios.

Dada a complexidade tecnológica envolvida e o grande interesse comercial que o assunto desperta, seria de toda a conveniência para a economia e mesmo segurança nacionais que a produção dos monômeros para as fibras sintéticas ficasse sob o controle nacional, mediante associação da PETROQUISA com grupos nacionais e estrangeiros, pois, dessa forma, poder-se-ia manter, um tratamento equânime para todos os interessados no desenvolvimento da indústria têxtil sintética. Esse tratamento equânime assume importância ímpar no caso, quando se verifica que as perspectivas de crescimento e a grande escala das produções econômicas no setor só justificam a implantação de uma unidade de cada um dos monômeros, dimetiltoreftalato (DMT), caprolactama (nylon-6) e acrilonitrila (lã sintética), esse último com implantação já prevista para a Bahia.

O exemplo anterior e outros levaram o subgrupo à convicção de que a PETROBRÁS e a PETROQUISA devem adotar uma atitude agressiva e dinâmica com relação a projetos petroquímicos em alguns campos, não só para com os já aprovados, como também, e principalmente, em relação às oportunidades ainda não exploradas no Nordeste ou no Sul.

Essa atuação deve ser efetivada, sempre que possível, em associação com outros empresários nacionais e/ou estrangeiros, devendo os projetos respeitarem, naturalmente, os princípios que determinam a viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica dos empreendimentos planejados.

6. Conclusão e Recomendações

Como ficou evidenciado nos vários tópicos da presente exposição, o problema que foi colocado para análise por esse subgrupo é um dos mais complexos até aqui enfrentados pelo GEIQUIM, pois envolve definições de política para um setor amplo da indústria química, como seja a petroquímica, num momento em que existem situações criadas com projetos aprovados, alguns já em execução efetiva. A aparente divergência de interesse entre regiões torna ainda mais delicada a posição do GEIQUIM, que é um órgão do Governo Federal.

Assim, a atitude recomendada deve ser ditada pela prudência, com base na realidade objetiva do momento e com vistas ao futuro próximo, a fim de que não se frustrem planos já estabelecidos e não se abram disputas novas sobre projetos já decididos anteriormente com as naturais dificuldades.

Ante o quadro acima descrito de forma sucinta o subgrupo procurou levantar a realidade da petroquímica, principalmente no que diz respeito aos projetos já aprovados pelo GEIQUIM e sua situação geral, bem como quanto às oportunidades de investimentos ainda abertas no setor. Nesse contexto, não se pode deixar de reconhecer a existência de dois pólos de atração para as indústrias petroquímicas: de um lado a Região de São Paulo com seu mercado consumidor e sua infra-estrutura técnica, econômica, financeira e administrativa, e do outro lado a Bahia, com seus recursos naturais, disponibilidades financeiras a baixo custo e uma infra-estrutura técnica e humana em formação.

Além disso, se por um lado é evidente a necessidade de a Nação, gradativamente, atenuar os desequilíbrios regionais de desenvolvimento, por outro é imperativo que as oportunidades de investimento sejam aproveitadas o quanto antes, para que seja acelerado o progresso do País como um todo.

Felizmente, no caso presente, é possível, no entender do subgrupo, atender aos interesses nacionais e regionais, ou pelo menos, dar uma oportunidade para que isso se concretize, já que, como ficou visto, algumas decisões que estão sendo reclamadas apresentam tal antecipação no tempo que sua protelação, digamos, num prazo de um ano, não acarretará maiores prejuízos a economia nacional.

De fato, o subgrupo mostrou que na Região de São Paulo os projetos aprovados, tanto as centrais de produtos básicos da Petroquímica União e Union Carbide, como os projetos satélites foram dimensionados com vistas a um mercado distante, para além de 1975, a fim de tirarem partido das economias de escala, e que ainda existem excedentes de alguns produtos básicos à espera de novos consumidores. Além disso, observa-se que os projetos estão definitivamente estruturados e com um andamento considerado normal.

Assim, nesse quadro de uma indústria em implantação e consolidação, o subgrupo constatou não ser fundamental ou mesmo indispensável em nenhum aspecto relevante, a ampliação da capacidade aprovada dos projetos para níveis a serem atingidos em futuro muito distante. Além de não ser indispensável, a expansão das capacidades dessas unidades não é considerada oportuna, eis que constituirá elemento de desestímulo a outros empreendimentos ora em estruturação na Bahia, em vários ramos. É importante frisar que o que o subgrupo contesta é a oportunidade da ampliação, dada a situação existente, já que é de toda a conveniência que o planejamento geral das indústrias seja efetuado com vistas a ampliações principalmente tirando partido das economias de escala.

A ampliação ora em exame da central de olefinas da Petroquímica União, bem como de outros eventuais projetos na área de São Paulo, podem ser enquadrados nessa diretriz geral.

Na Bahia, o subgrupo verificou que os projetos petroquímicos aprovados estão num compasso de espera, aguardando definições da PETROBRÁS quanto ao suprimento de propeno e talvez mesmo necessitando maior suporte técnico, financeiro e administrativo, em virtude de serem liderados por empresários nacionais que, em geral, possuem algumas limitações, fruto de sua inexperiência. Relativamente às oportunidades de investimento ainda disponíveis no campo da petroquímica, a Bahia possui condições para disputá-las, desde que superados os problemas com os projetos já aprovados e que se restaure a confiança quanto aos fornecimentos de matérias-primas básicas na área, num futuro previsível. No entender do subgrupo, só com uma atitude corajosa, firme e cooperativa da PETROBRÁS e da PETROQUISA na Bahia será possível a estruturação e implantação, ali, de um núcleo petroquímico de porte.

De um modo resumido, o subgrupo chegou às seguintes conclusões quanto à situação atual da petroquímica, com vistas ao problema em foco:

a) as eventuais aprovações pelo GEIQUIM de aumentos de capacidade, tanto das centrais de matérias-primas como dos projetos anulares em execução na área de São Paulo, não são indispensáveis à economia dos projetos;

b) no caso específico da ampliação planejada pela Petroquímica União, como justificada pela empresa, além da circunstância referida em a), haverá um efeito negativo relativamente a projetos já aprovados e iniciativas em exame no GEIQUIM, se acolhida neste momento;

c) a Bahia possui condições técnicas e financeiras aceitáveis para abrigar um conjunto de indústrias petroquímicas de grande porte, mas é necessária uma atuação mais presente da PETROBRÁS e da PETROQUISA, para fomentar e possibilitarem a implantação de alguns projetos já aprovados e atraírem para lá novos empreendimentos.

Com base nessas conclusões, e admitindo ser política do Governo o princípio da atenuação dos desequilíbrios regionais de níveis de desenvolvimento, desde que sem prejuízo mensurável para a economia nacional, o subgrupo recomenda o seguinte:

a) que, a não ser em casos especiais, o GEIQUIM não aprove aumentos de capacidade de projetos petroquímicos que constituam reserva de mercado a longo prazo;

b) que seja julgada inoportuna a ampliação da capacidade de produção de olefinas pedida pela Petroquímica União, providência que só deverá ser considerada concomitantemente com a aprovação de projetos insumidores de eteno;

c) que a PETROBRÁS estabeleça condições adequadas para o suprimento de propano e de gás natural para os projetos aprovados e outros que necessitarem dessas matérias;

d) que a PETROQUISA assuma, na Bahia, uma atitude de liderança e cooperação, relativamente às oportunidades de investimentos ainda remanescentes na petroquímica, bem como com relação aos projetos já aprovados;

e) que o Governo demonstre o seu apoio e incentivo à implantação de uma petroquímica na Bahia, acolhendo um projeto que demonstre sua viabilidade técnico-econômica.

Como as recomendações acima se referem a uma tomada de posição na política do desenvolvimento industrial, o subgrupo julga que o assunto, após a contribuição dos demais membros, deva ser levado aos Órgãos Superiores do Ministério da Indústria e do Comércio.

Guanabara, 30 de janeiro de 1970. — *Amílcar Pereira da Silva Filho*, Representante do M. Planejamento — *Paulo Vieira Belotti*, Representante do BNDE — *Cyro Cordeiro de Farias*, Representante do M. Exército.

ANEXO III

Discurso do Governador Luiz Viana Filho por ocasião da visita do Presidente Emílio Médici à Bahia, em 22 de maio de 1970.

Senhor Presidente:

Aqui estou para, em nome da Bahia, apresentar a Vossa Excelência nossas mais calorosas saudações e os nossos mais vivos agradecimentos. Fá-lo-ei com simplicidade, como simples é o coração do povo que represento; de um povo freqüentemente sofrido, mas no qual encontraremos sempre extraordinárias reservas de cordialidade, amor ao trabalho e devoção á Pátria. O que explica almejássemos esta oportunidade para tributar a Vossa Excelência, supremo mandatário da Nação e chefe eminente da Revolução, o reconhecimento de um povo que, após tantas e tão longas desesperanças, sabe haver encontrado os caminhos que o levarão ao desenvolvimento e ao bem-estar.

Afirmou Vossa Excelência de certa feita que via e sentia a Revolução “fazendo este País nascer de novo”. Acredito, Senhor Presidente, que, se detiver os olhos e os sentimentos sobre a Bahia, não terá dificuldade em verificar que também aqui renascemos. De fato, fosse possível estender-se a visão sobre todo o nosso território, e, desde a velha e ressurgida Salvador, até aos mais remotos rincões do interior, encontraria Vossa Excelência um povo empolgado pelo labor de hoje, e confiante nas perspectivas do amanhã. É que escolhemos como lema de conduta — Trabalho e Renovação. E nada sei que mais identifique a nossa Revolução com as profundas aspirações da nacionalidade do que trabalhar e renovar. Na realidade, trabalhando e renovando é que temos logrado convocar a coletividade, infundindo-lhe a confiança no Governo e na Revolução. Chamamos para o árduo serviço do Estado uma plêiade de jovens, que, além da capacidade, trazem para a administração o entusiasmo e as energias próprias da idade.

Graças a essa orientação de trabalho e renovação nos tem sido possível admirável e frutuosa sintonia com os Governos da Revolução. Inicialmente tocar-me-ia a honra de servir sob o imediato comando do inolvidável Presidente Castello Branco. Depois, já no Governo do Estado, foi realmente extraordinário o apoio obtido do sempre lembrado Presidente Costa e Silva para tudo que considere essencial ao nosso progresso. Todas as grandes obras em curso no Estado trazem pelo menos a marca do aval dos órgãos financeiros da União, sem o

qual não alcançaríamos os recursos indispensáveis. E somente desse modo, e com essa importante participação, nos foi possível projetar com grandeza, por vezes até com audácia, como ocorre com a ligação rodoviária para Brasília, com o Plano Integrado de Educação, o Centro Industrial de Aratu, ou os arrojados projetos de saneamento básico em execução. Fizemos assim a política administrativa de mãos dadas com o Governo Federal, e isso tem multiplicado nossas forças em bem da Bahia. Somamos esforços em vez de dispersá-los. Reunimos recursos em lugar de os superpor perdulariamente. Dividimos encargos. E do acerto constitui prova eloqüente a breve duplicação da Bahia-Feira, e a conclusão do trecho baiano da BR-101.

Como vê Vossa Excelência, Senhor Presidente, a nossa identidade com o Governo Federal tem sido completa, e tem sido revolucionária. E os resultados aí estão, de tal modo palpáveis e reconhecidos, que nem sequer os preciso enunciar — toda a Bahia os conhece. Bem compreenderá, pois, Vossa Excelência, quanto é sincera a homenagem que hoje tributamos aos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, pondo-lhes os nomes em duas de nossas mais belas Avenidas, que lembrarão a gratidão dos baianos.

Mas, se é grande o nosso reconhecimento aos dois primeiros Presidentes da Revolução, pode Vossa Excelência estar certo não ser menor o que hoje lhe tributamos. É que veio a caber a Vossa Excelência a mais importante, a mais grave e a mais difícil das decisões em favor do futuro da Bahia e do Nordeste. Refiro-me à Petroquímica. Por algum tempo, combatidos por grupos poderosos, tivemos nas mãos de Vossa Excelência a sorte do nosso futuro e do nosso desenvolvimento. E pode Vossa Excelência estar seguro de que, embora certos de se confundirem nossos interesses com os do Brasil e da sua segurança, a nossa ansiedade era tão grande quanto a nossa fraqueza. Por isso mesmo não temos palavras suficientes para exprimir a Vossa Excelência os nossos agradecimentos. Estes são imensos e imorredouros. Mas, se pudesse buscar no passado algum ato para confrontar com a decisão de Vossa Excelência determinando a criação aqui do segundo pólo petroquímico do País, eu diria apenas que, no futuro, ela será recordada com a mesma dimensão com que hoje celebramos a abertura dos portos, em 1808. Com a Petroquímica Vossa Excelência proclamou que a Bahia continuará a se desenvolver para tornar o Brasil mais rico, mais homogêneo, mais unido.

Não se limitou porém à administração aquele esforço renovador. Também para a política se voltaram nossas preocupações. E fizemos dela fator de educação cívica do povo, identificando-a com os grandes interesses coletivos, e não instrumento para atender escusos interesses pessoais. Asseguro a Vossa Excelência não ter sido pela transigência com a malversação dos dinheiros públicos ou com a complacência face a violência contra os desprotegidos que a ARENA, o nosso partido, o partido da Revolução, cresce dia a dia no apreço, na estima e na confiança dos baianos. Muito menos pelo empirismo que corroía a admi-

nistração, embora fonte de fácil e falsa popularidade cevada no erário público. Não, Senhor Presidente, fortalecemo-nos pela fidelidade aos ensinamentos de Rui Barbosa, que há meio século dizia que “política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente”. Fortalecemos assim a política, que dignifica as Nações e repelimos a politicalha, que degrada os povos. O que vale dizer estarmos também fiéis às palavras de Vossa Excelência, ao afirmar que o Governo faria “o jogo da verdade. O jogo claro e limpo da Revolução. O jogo do desenvolvimento nacional”.

É para esse jogo que a Bahia está conscientemente mobilizada, pronta para apoiar Vossa Excelência. E bem sabemos numerosos os obstáculos, pois numerosos são os inconformados ante a realidade nacional. Obstáculos e dificuldades que ressaltam necessitarmos de tempo para implantar os ideais da Revolução, que, a exemplo do ocorrido com todas as Revoluções, exigirá o passar de anos para poder despojar-se das inevitáveis imperfeições sem perigo para o fundamental e inalienável. Assim são todos os ideais. Quase sempre inacessíveis, freqüentemente incompreendidos. O que não significa devermos diminuir o nosso empenho em alcançar os mais puros objetivos revolucionários.

Precisamos compreender e ser compreendidos. E aí eu lembraria esta observação de Augusto Meyer, o primoroso ensaísta gaúcho: “compreender não é ficar imóvel, esperando que os outros venham a nós, é caminhar ao seu encontro, estender-lhes a mão, abrir as portas da boa vontade, num gesto largo de acolhimento”.

A nós cumpre prosseguirmos corajosamente, para entregarmos às futuras gerações o que recebemos sem mácula daqueles que já tombaram.

Pode, portanto, estar Vossa Excelência seguro de que a Bahia não somente lhe é grata pela decisão tomada numa hora crucial, mas aqui está, pela esmagadora maioria do seu povo, por tudo quanto tem de mais expressivo, para apoiá-lo na continuidade da Revolução.

ANEXO IV

Discurso do Presidente Emílio Médici ao visitar a Bahia, em maio de 1970.

“Senhores:

Quero fazer, primeiro, a minha confidência. Quero que saibam que não vim trazer. Deixem que, do balcão da História, na praça do povo, eu lhes diga que vim buscar. Eu vim buscar a Bahia.

Eu vim ter à praça. Eu vim ver História. Vim ver o espírito do povo e a carne da terra. Eu vim ver a Bahia de todos os séculos, de todas as raças, de todos os credos. Vim ver a Bahia de sempre se entreabrindo ao amanhã.

E, se nem ao menos esperei o Dois de Julho para vir aqui Presidente, é que o destino nunca antes me trouxera à Bahia.

E se antecipei este encontro, que a vida até aqui me proibira, se me predispus a atravessar estes espaços e estes tempos de quatro séculos, que medeiam as duas capitais pioneiras, é que entendo que buscar a Bahia é encontrar o Brasil — nas suas origens, na sua altivez, nos seus talentos, na sua vocação de liberdade, nas avenidas de seu futuro.

Quis, primeiro, falar ao coração do povo, do coração da Bahia velha.

Deste balcão, onde ecoaram as vozes maiores da Bahia, deste balcão de Rui Barbosa e Mangabeira, deste palácio do primeiro Rio Branco, deste velho Palácio dos Governadores, vendo os olhos do Bonfim e a armadura dos Fortes que a defenderam sempre, quero falar à alma nova que sobe cada ladeira velha da Bahia.

Irei depois conhecer a Bahia nova, que a Revolução de março fez nascer. Irei percorrer as duas grandes veias, a que a gente generosa desta terra chamou Castello Branco e Costa e Silva, para agradecer o sangue vivo que o grande coração daqueles estadistas trouxe ao corpo desta terra.

E ao entregar oficialmente ao povo as obras que ao povo já pertencem, ao descobrir os monumentos de meus antecessores, estarei renovando minha determinação, estarei encontrando novas inspirações, para bem cumprir a missão que a vida me confiou.

A Bahia é a inspiração de várias sínteses de Brasil. Percebo na Bahia a síntese entre o urbano e o rural, entre a mão que planta e a mão que liga, entre a caatinga e o Recôncavo.

Aliando o **campus** universitário aos quadriláteros fabris de Aratu, vejo a síntese entre o homem e a máquina; entre a formação humanística — que dirige os passos do homem brasileiro — e a mentalidade de Ciência e Tecnologia que os vai acelerar.

Sinto na Bahia a síntese entre o Brasil que o mar faz voltar para fora e o Brasil que os rios trazem para dentro, no equilíbrio de São Francisco e de Todos os Santos; aqui, na síntese entre o oceano e o Continente, a suma do sertão e do cosmopolita.

Aqui, a síntese do Brasil de todas as raças e de todos os credos. Na Bahia, a síntese entre a colônia quinhentista e a altivez emancipada que juntos estamos construindo; aqui, a síntese entre o Brasil que tem pressa e o Brasil que venera o seu passado.

Mas, acima de tudo, Bahia é presença no Brasil de todos os tempos.

Sinto a presença e o reencontro da Bahia nos momentos econômicos deste país: no pau-brasil, no açúcar, na pecuária, na mineração, no cacau e, agora, na industrialização e na petroquímica.

A História mede a força do Brasil nos braços todos da Bahia: no índio, no negro, na lenha, na cachoeira, no petróleo.

Sinto na Bahia a presença do autêntico nacionalismo brasileiro; no repelir as invasões, no despertar do sentimento nativista, nas sabinadas, no Dois de Julho e no defender o interesse nosso, soberano, que plantou e mantém acesas as torres da PETROBRÁS.

Sinto, por inteiro, nesta hora nova da Bahia, a participação do povo na nova dimensão do progresso, que governantes, como Luiz Viana Filho e Antônio Carlos Magalhães, souberam entender sabendo seguir seu povo.

E, vendo a presença da Bahia e sentindo nela a síntese mesma do Brasil, quero dizer à gente desta terra como o meu Governo estende as mãos à Bahia.

Meu Governo entende que é seu dever primário aliar seus esforços aos esforços do governo Luiz Viana Filho e do governo que lhe venha a suceder, no sentido de promover o homem, assistindo-lhe a educação, a saúde, o trabalho e a habitação.

Prova disso é que hoje mesmo estamos assinando com a Universidade da Bahia um convênio que coloca em movimento a política de tempo integral do professor.

Este Estado é para nós uma área prioritária de nossas campanhas de educação sanitária, de erradicação de endemias rurais e terá nosso cuidado na proteção da infância e da maternidade.

Estamos atentos às condições segundo as quais o trabalhador baiano participa do desenvolvimento nacional. E por isso mesmo temos bem presente o imperativo de antever possíveis e perigosas marginalizações de contingentes humanos que a modernização industrial possa acarretar.

No mesmo foco de interesse, o Governo situa a fiscalização das condições de trabalho, o cumprimento da legislação salarial e a inteiração maior do sindicato e a previdência social.

Prova do cuidado dos governos revolucionários com o homem é a simultânea implantação das fábricas de Aratu e das vilas residenciais, que serão bases humanas dessas indústrias.

Meu Governo entende que é seu dever apoiar os executivos estaduais e municipais, assim como criar, ele próprio, novas infra-estruturas de energia, de transportes e de telecomunicações, indispensáveis à produção de riqueza, à sua circulação e à articulação das partes e do todo.

Prova disso é que, complementando a abertura do tronco Nordeste, que a EMBRATEL fez visto e ouvido no Centro-Sul do País, já na semana entrante estaremos assinando o contrato de financiamento internacional, no valor de 26 milhões de dólares, que, acrescido à parcela maior da contribuição nacional, permitirá à TEBASA a expansão de sua rede de serviços urbanos.

Quero dizer à Bahia que o Governo Federal não faltará com a sua contribuição para que o Estado leve a cabo a missão que lhe coube de estender a estrada de Salvador a Brasília.

E já que olhamos os caminhos da terra, anuncio ao povo que, no próximo dia 25, estaremos assinando o termo de financiamento internacional, que nos assegura a duplicação da estrada Feira de Santana — Salvador e mais a pavimentação da BR-101 — uma nova Rio — Bahia pelo litoral — ambas a serem iniciadas já agora em agosto e de término previsto em 18 meses. Esse ritmo de construção está de tal forma sintonizado que a terminação da longitudinal litorânea ocorrerá quando da conclusão da ponte Rio — Niterói e da ponte sobre o São Francisco, entre Propriá e Colégio, assegurando a continuidade asfáltica de São Luís do Maranhão ao distante Chuí.

Vendo, agora, a infra-estrutura dos portos e dos rios, desejo anunciar que, ainda este ano, estarão concluídas as partes de cais dos portos de Malhado e de Campinho, terminais de cacau e de minério, totalmente prontos nos princípios do ano que vem. Vê-se assim que a Revolução de Março vai, afinal, acabar as obras do Porto de Malhado, que o romanceiro da Bahia consagrara como o porto que não acabava nunca mais.

Meu Governo orgulha-se de continuar a execução do Plano Integrado do Rio São Francisco, determinado a estabelecer a conexão, pela plena navegabilidade do rio atravessando o território baiano, dos sistemas rodoferroviários

que, do Norte, levam a Petrolina e Juazeiro e, do Sul, conduzem a Pirapora, em Minas Gerais. Para isso, impulsionaremos o Plano de Construção Naval, que utiliza o sistema de chatas integradas e empurradas por rebocadores. Com tais objetivos, espero rever, em setembro ou outubro, o sertão nordestino, nas ligações que quero inaugurar, de Fortaleza e do Recife, até Petrolina e Juazeiro.

A potencialidade ainda não inteiramente aproveitada do rio São Francisco e as carências que as longas estiagens nos impõem conduzem, inevitavelmente, ao esforço conjunto, em todos os níveis de governo. Destaco, em particular, os projetos de irrigação de Petrolina, Irecê, Formoso, Corrente e São Desidério, todos no Estado da Bahia, e em fase de desenvolvimento pela SUVALE, sob a orientação da SUDENE.

Quero dizer que os encantos e a cultura desta terra e deste povo não lhes pertencem só, que esses encantos são riqueza que pode fazer mais rico o país, pois o turismo tem aqui um dos seus melhores mananciais.

A Bahia pode constituir-se, além do pólo de desenvolvimento que o Centro Industrial de Aratu assegura, em centro de turismo da maior importância. Para isso, disporá o Governo de todo um mecanismo de incentivos, que propiciará recursos para a infra-estrutura indispensável à atração das migrações turísticas.

A matéria-prima dessa indústria refinada nós a encontramos nas pedras do Pelourinho, nas Ordens, nas Sés, nos conventos, nos arcos das Sete Portas, na graça dos areais da Barra, nos acordes do berimbau, nas noites do Abaeté, nos desassombros da capoeira, nos sortilégios da terra, no gênio de seus artistas, nos sabores do seu dendê, nos mistérios dos orixás, nos coqueiros de Itapoã e nos mitos do homem comum.

Gente generosa da Bahia! Não vim trazer, vim buscar.

Vou levando comigo as sombras de saveiros, jangadas, petroleiros. Vou levando as imagens de cruzeiros, mastros, velas, ameias, torres, antenas e chaminés, da Bahia de todos os tempos.

Vou levando comigo a visão dos milagres dos homens e dos santos da nova Bahia.

Vim ver e vi a nova Bahia, a Bahia de depois da Revolução. Levo comigo antevisão da sua grandeza.

Comigo, a verdade do pensamento que Vieira disse aqui: "Os discursos de quem não viu são discursos; os discursos de quem viu são profecias".

(Discurso proferido em Salvador, na Bahia, a 22-5-70.)

ANEXO V

Notas do Dr. Romulo Almeida sobre o momento atual do Complexo Petroquímico da Bahia, 1971.

I INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE OS PROJETOS COMPONENTES DO COMPLEXO DA BAHIA

1. COPETRAM — Petroquímica de Amônia Ltda.
2. MELAMINA S.A. — Indústria Química de Melamina S.A.
3. METANOR S.A. — Metanol do Nordeste S.A.
4. PASKIN S.A. — Indústrias Petroquímicas
5. ETILAR — Etileno de Aratu S.A.
6. COPENOR — Companhia Petroquímica do Nordeste
7. POLIAR — Polímeros de Aratu S.A.
8. PETROQUÍMICA DA BAHIA S.A.
9. BAKOLAR — Indústrias Químicas Bakolar S.A.
10. TOLUENO DIISOCIANATO (TDI)
11. FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S.A. (2ª Etapa-acrilonitrila)
12. FAVAB — Fábrica de Vaselinas da Bahia S.A.
13. CIQUINE — Companhia de Indústria Química do Nordeste S.A.
14. CAPROLACTAMA
15. POLIBRASIL S.A. — Indústria e Comércio
16. CIQUINE PETROQUÍMICA S.A.
17. POLIETILENO BD

1. **COPETRAM** — Petroquímica de Amônia Ltda.

1.1 **Objetivos:** produção de amônia

1.2 **Usos do Produto:**

fertilizante do solo

produção de uréia

produção de acrilonitrila (fibras sintéticas)

produção de metacrilato de metila (plásticos)

produção de melamina (resinas)

1.3 **Tamanho:** 1.000 toneladas curtas/dia (300.000 t/ano)

1.4 **Inversão Estimada:** Cr\$ 129.000.000,00 (a preços de janeiro/70)

1.5 **Grupos Líderes:**

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (ICISA S.A., FERTISUL, CASCOL, ISALUBE, Riograndense de Pescado.)

PASKIN S.A. — Indústrias Petroquímicas (PASKIN & Cia. Ltda.)

QUIMBRASIL — Química Industrial Brasileira S.A. (Moinho Santista, SAMBRA, Moinho Fluminense, Grandes Moinhos do Brasil.)

1.6 **Diretoria:**

Cleantho Paiva Leite (Ipiranga)

Fernando Bastos Cruz (PASKIN)

Pérciles Nestor Locchi (QUIMBRASIL)

A PETROQUISA (PETROBRÁS QUÍMICA S.A.) deverá participar do empreendimento, com 25% a 40% do controle e sua presença é condição *sine qua non* para a viabilidade do projeto.

Os problemas políticos desse projeto, ainda não aprovado por nenhum órgão do Governo, são:

a) Associação com a PETROQUISA — A PETROQUISA virá a ser a detentora do controle total do COPEB — Conjunto Petroquímico da Bahia, e impõe como condição de sua participação, que os dois projetos sejam integrados em um único conjunto e que a participação se faça através de incorporação dos

bens de acervo do COPEB. Os outros grupos aceitam essa filosofia. Outros pontos técnicos existem em discussão, mas que são facilmente solucionáveis.

A PETROBRÁS tinha passado a uma posição de querer primeiro aguardar a consolidação do COPEB, que está prestes a entrar em operação, mas parece que pretende não mais retardar a sua aprovação.

b) Este projeto tende a contrariar os interesses da ULTRAFERTIL, dos grupos Pery Igel e Philips Petroleum, de São Paulo, de vez que poderá produzir amônia a US\$ 45,00 a tonelada, posto na fábrica (mesmo ao preço atual do gás, que é alto). A ULTRAFERTIL está anunciando preços de US\$ 90,00 a tonelada sem os impostos. Então, o produto baiano pode ser posto em São Paulo por valor bem menor que o produzido localmente.

O preço da amônia produzida pelo conjunto COPEB/COPETRAM, será, no entanto, um pouco mais alto, de vez que ele deverá absorver custos unitários mais altos do COPEB. A PETROQUISA esteve pensando em fixá-lo em US\$ 60,00 posto em São Paulo, como ponto de partida. Preço quase igual seria possível em portos mais distantes.

Juntamente com o projeto da COPETRAM, foi pedido ao CNP — Conselho Nacional de Petróleo, fixação de preço mais baixo para o gás baiano (destinado ao projeto e à petroquímica, em geral, por consequência), com base nos preços para mesmo uso, cobrados por vários países do mundo e/ou dos custos efetivos na Bahia. Sabe-se, porém, que os interesses ligados aos projetos sediados em São Paulo, manobram no sentido de anular as vantagens de custos de m.p. na Bahia.

1.7 Informações:

Este projeto foi preparado em março de 1970, para suprir a necessidade brasileira de amônia, cuja demanda vem crescendo bastante, e seus grupos líderes foram muito incentivados, desde o princípio, principalmente pelo pessoal do BNDE.

Utiliza como matéria-prima o gás natural do Recôncavo baiano, dando uso nobre ao mesmo (está sendo queimado, na sua maior parte, por falta de uso).

1.8 Comentários:

Esse projeto merece apoio firme do Governo, devido às repercussões que trará para a economia nacional e baiana, principalmente no que tange ao setor agrícola. Ele fará uma ponte entre a produção industrial e a revolução da agricultura nordestina. O Gen. Ernesto Geisel tem dado seu apoio. Mas sua aprovação deve ser conseguida de imediato, a fim de que sejam iniciadas as *démarches* para sua implantação e reduzir o período de déficit da produção nacional (já a partir de 1973) ou a alternativa de contenção do consumo de fertilizantes no Brasil. É projeto para implantação em 2,5 a 3 anos, a partir de decisões preliminares.

2. **MELAMINA S.A.** — Indústria Química de Melamina S.A.

2.1 **Objetivos:** produção de melamina (ou triaminotriazina)

2.2 **Usos do Produto:**

resinas sintéticas (laminados decorativos, chapas tipo fórmica)

adesivos impermeáveis (chapas de madeira)

esmalte (automóveis e eletrodomésticos)

pós de moldagem (utensílios diversos)

tratamento de papéis especiais (fotográficos e heliográficos)

açabamento de tecidos (anti-ruga, antiencolhimento)

2.3 **Tamanho:** 8.000 t/ano (aprovado com 4.000 t/ano)

2.4 **Inversão Estimada:** Cr\$ 31.701.800,00 (a preços de março/70)

2.5 **Grupos Líderes:**

O grupo líder é o grupo da ULTRA (ULTRAFERTIL, ULTRAGÁS, ULTRALAR, etc.)

Participava inicialmente o grupo Edgar Frias (BRASQUIP, SEQUIP, etc.) que teve de retirar-se, recentemente, devido a desentendimentos.

2.6 **Diretoria:**

Hélio Marcos P. Beltrão

Rogério Tristão Magalhães

Roberto Teixeira

2.7 **Informações:**

Este projeto será acoplado à unidade de uréia do COPEB e, portanto, será implantado em Camaçari. Já tem terreno pronto. O projeto inicial foi reformulado pois estava subdimensionado e assim está havendo certo atraso no início da implantação.

2.8 **Comentários:**

Não tem problemas de natureza política e demandará 2 anos de implantação.

3. METANOR S.A. — Metanol do Nordeste S.A.

3.1 Objetivos: produção de metanol

3.2 Usos do Produto:

produção de formaldeído (preservativos, fungicidas, desodorizante, embal-samante, desinfetante, indústria têxtil)

produção de DMT — dimetil tereftalato (poliéster)

produção de metacrilato de metila (plásticos, tintas)

produção de metilenas (solventes, estabilizadores, etc.)

produção de resinas uréia-formol (adesivos para madeira, tratamento de têxteis, etc.)

produção de resinas fenol-formol (adesivos para madeira, pós de molda-gem, formas de metalurgia)

produção de resinas melamina-formol (laminados de revestimento, adesi-vos, pós de moldagem)

produção de pentaeritritol (resinas para tintas, plastificantes, inseticida, ex-plosivos)

produção de hexametilenotetramina (agente endurecedor, explosivos)

3.3 Tamanho: 49.500 t/ano

3.4 Inversão Estimada: Cr\$ 25.281.000,00 (a preços de maio/69)

3.5 Grupos Líderes:

SINTEKO S.A. — Comércio, Exportação, Importação (RS)

(SINTEKO S.A., RESIBA, MADEQUÍMICA, MADEPAN, AIPLAN)

PASKIN & Cia. Ltda. (Paskin Ind. Petroquímicas S.A.)

3.6 Diretoria:

Elias Niremberg

Max Paskin

Nissim Castiel

Murilo Paraíso

Epitácio de Figueiredo

Luiz Paskin

3.7 Informações:

Esse projeto foi aprovado em concorrência aberta pelo ex-GEIQUIM. É mais outro projeto que, por utilizar o gás natural baiano, tem uma estrutura de custos bem favorável e poderá competir facilmente em qualquer Estado do País.

Na prática é liderado pelo grupo PASKIN e está em vias de aprovação pela SUDENE. É projeto que abre possibilidade para implantação de vários outros projetos. Tem cronograma de 25 anos. Não tem dificuldades políticas, exceto no que tange ao estabelecimento do preço do gás que deverá ser objeto de estudo da Comissão Interministerial que estuda o pólo da Bahia e do CNP.

4. PASKIN S.A. — Indústrias Petroquímicas

4.1 **Objetivos:** produção de metacrilato de metila, co-produtos e subprodutos.

4.2 **Usos dos Produtos:**

metacrilato de metila: chapas acrílicas, pós para moldagem e extrusão, revestimentos, tintas e aditivos para óleo

cianeto de sódio: na indústria química, para armazenar e transportar o ácido cianídrico, mineração (seqüestrador de ouro e prata, beneficiamentos de zinco, cobre e chumbo), reagentes químicos

sulfato de amônio — agricultura (fertilizante)

ácido sulfúrico (25.800 t/a de consumo cativo): indústria química, acetona cianídrica — consumo cativo

4.3 **Tamanho:**

1ª Fase

metacrilato de metila — 5.000 t/ano

sulfato de amônio — 25.000 t/ano

2ª Fase

metacrilato de metila — 10.000 t/ano

sulfato de amônio — 25.000 t/ano

acetona cianídrica — 12.000 t/ano

ácido sulfúrico — 33.000 t/ano

gás rico em metano — 33.200 m³/dia

ácido cianídrico — 6.500 t/ano

cianeto de sódio — 4.000 t/ano

4.4 **Inversão total:** Cr\$ 93.821.338,00 (a preços de agosto/69)

4.5 **Grupo líder:** Grupo PASKIN

4.6 **Diretoria:**

Luiz Paskin

Adauto Esmeraldo

Nelson Benbassat

Max Paskin

Murilo Paraíso

Plínio Sales Santos

4.7 Informações:

O projeto deverá entrar em operação, após sucessivos atrasos, em meados do ano corrente, na sua 1ª fase.

O grupo PASKIN vem-se caracterizando como grupo extremamente empreendedor. Seu líder, o economista Max Paskin, é hábil negociador e é homem extremamente pragmático. Está em ascensão como empresário nacional. Após a implantação dos seus vários projetos, tornar-se-á muito poderoso economicamente. Sabe escolher bem seu pessoal técnico. Sua deficiência, em termos formais, é a incapacidade financeira para realizar tantos projetos sozinho, como grupo. No entanto, conseguiu montar uma boa máquina de captar recursos do público, principalmente no interior do País, com os quais vai se capacitando a realizar os projetos. Esta "máquina" é que lançou as ações da USIBA com notável sucesso, pois é papel de difícil aceitação pelos investidores. Alguns duvidam, no entanto, que possa manter este sucesso durante muito tempo.

Este projeto teve começo não muito feliz, devido às várias negociações com fornecedores estrangeiros de *know-how*, até que se estabilizou com os grupos japoneses.

5. ETILAR — Etileno de Aratu S.A.

5.1 **Objetivo:** produção de eteno

5.2 **Usos do Produto:**

produção de polietileno AD e BD
produção de etil benzeno (estireno)
produção de dicloretoano, etc., etc.

Nota: o eteno é considerado a matéria-prima petroquímica básica, por excelência.

5.3 **Tamanho:**

1ª Fase — 40.000 t/ano

2ª Fase — 70.000 t/ano

5.4 **Inversão Estimada:**

1ª Fase — Cr\$ 43.000.000,00 (a preços de março/69)

2ª Fase — Cr\$ 61.000.000,00 (a preços de março/69)

5.5 **Grupos Líderes:**

A ETILAR foi constituída em julho de 1968 pela associação de 4 grupos: Companhia Técnica Internacional — TECHINT, BAKOL, VULCAN e TRORION, com 25% cada. O interesse da TECHINT (Grupo Italiano) era o de simples promotora de negócios para obtenção dos contratos de engenharia, administração de obras etc., (operando através de uma subsidiária, a TECHEM). Os outros três estavam interessados, em virtude de serem detentores de projetos que utilizavam o eteno como matéria-prima básica (BAKOLAR da BAKOL e POLIAR da TRORION e VULCAN). Ocorreu mais tarde a compra da BAKOL pelo grupo DOW. Na época desta venda o antigo controlador da BAKOL, Sr. Ralph Resemberg, fez constar que as cotas da ETILAR e da BAKOLAR não tinham sido vendidas. Posteriormente, a TRORION desistiu do projeto, sendo sua parte comprada pela BAKOL (DOW). A VULCAN foi comprada pelo HOOKER (ambas nunca se manifestaram). Sabe-se de entendimentos da DOW com a TECHINT, para também comprar sua cota.

5.6 **Diretoria:** primitiva (não consta alteração)

Juracy Magalhães
Arthur Leslie Ide

Victor Demant
Serge Apoteker

5.7 Informações:

Quando este projeto foi elaborado o pólo petroquímico da Bahia estava incipiente. Havia apenas uns poucos projetos aprovados e mais algumas intenções inseguras.

Ele está baseado em transformar as correntes de etano das Plantas de Gasolina Natural da PETROBRÁS em eteno simplesmente, não produzindo nenhum outro petroquímico básico. Àquela época, o projeto parecia bastante interessante porque só havia um diminuto mercado mesmo para o eteno, mas já apresentava restrições bastante importantes no seu posterior crescimento, uma vez que sua matéria-prima depende do programa de combustíveis da PETROBRÁS.

Porém, a partir dos efeitos ocasionados pelo estudo do "Desenvolvimento da Indústria Petroquímica no Estado da Bahia", proliferaram os projetos, dando uma outra amplitude ao pólo local. Foi apresentada outra dimensão do mercado petroquímico nacional, e assim a ETILAR veio a mostrar-se muito modesta e até, em certa medida, inibidora dos novos investimentos que a Bahia poderia implantar, em face da sua pequena dimensão. Somente uma Central Petroquímica poderia fornecer as matérias-primas básicas que mesmo os projetos já existentes necessitavam.

Por outro lado, o fato de estar Rosenberg (que detém o controle aparente do projeto) ligado intimamente à DOW pode representar num virtual controle estrangeiro, em conflito com a política do Governo Federal de dar, sobretudo na Bahia (onde as condições o permitem), uma chance ao empresário nacional de dominar um setor novo de grande importância.

Hoje, é duvidoso se o projeto da ETILAR ainda tem interesse para o complexo da Bahia.

a) é projeto limitado — não pode crescer porque não haverá gás etano suficiente para produção acima de 70.000 t de eteno (o gás natural da Bahia é composto basicamente de metano) (há quem admita que poderia ir a 100.000 t, porém com grande perda de rendimento de eteno);

b) sua aprovação prejudicaria a aprovação da Central, por excesso de produção de eteno do conjunto;

c) domínio efetivo ou virtual por interesse estrangeiro (este assunto voltará à cena, nas notas sobre o problema do cloro);

d) tem um poder germinativo incomparavelmente menor que o de uma Central, pois só produz uma matéria-prima.

6. COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE — COPENOR

6.1 Objetivos:

produção de hexametilenotetramina

produção de pentaeritritol

produção de paraformaldeído

6.2 Usos dos Produtos:

hexametilenotetramina — produção de resinas fenólicas, indústria farmacêutica, explosivos, etc.

pentaeritritol — produção de tintas e vernizes, resinas plastificantes, explosivos.

Paraformaldeído — (uso cativo) — resinas

6.3 Tamanho:

3.000 t/a de hexametilenotetramina

3.000 t/a de pentaeritritol

300 t/a de paraformaldeído

6.4 Inversão Estimada: Cr\$ 24.342.000,00 (junho/70)

6.5 Grupos Líderes:

PASKIN S/A

SINTEKO

Banco Expansão Industrial de São Paulo

CLAN

6.6 Diretoria:

José Murilo Paraíso

Cláudio Russowki

Israel Paskin

Nissim Castiel

Adolpho Wasserman

6.7 Informações:

Este projeto participa da concorrência que o ex-GEIQUIM realizou em junho de 1970. Concorreram também os grupos da Rio Cotia e Refinaria de Manguinhos (INCOMEX). A disputa se faz entre os projetos INCOMEX e COPENOR. Ocorre que, devido ao preço que o metanol pode ser obtido na Bahia (v. projeto METANOR), o projeto COPENOR fica com boa vantagem. Criou-se, no entanto, um sério problema, pois o grupo da Guanabara afirmava que haveria sérias conseqüências financeiras para sua unidade de metanol se o projeto não ficasse na Guanabara consumindo seu produto. O CDI pensava então em aprovar o projeto da INCOMEX e também o da COPENOR, mas este condicionado à implantação efetiva do projeto de metanol da METANOR. Ocorre que a Refinaria de Manguinhos teve sua direção mudada e parece não interessar-se pelo projeto. Assim, só a COPENOR deverá ser aprovada.

A decisão do CDI merece ser acompanhada, a fim de que não se prejudique a possibilidade de existência de uma unidade produtora sadia na Bahia, em nome da manutenção de outra mal-estrutura no Rio.

7. POLIAR — Polímeros de Aratu S.A.

7.1 Objetivos: fabricação de polipropileno glicóis (polióis)

7.2 Usos do Produto:

espumas flexíveis (indústria automobilística), decoração, forro de roupas, etc.

espumas rígidas (refrigeração, transportes, construções, flutuantes, isolantes) etc.

elastômeros (moldagens de engrenagens, válvulas, etc.).

adesivos (união de metais, vidro, madeira, etc.).

indústria de vernizes e esmaltes.

7.3 Tamanho:

1ª Etapa — 10.000t

2ª Etapa — 15.000t

7.4 Inversão Estimada: Cr\$ 13.772.783,00 (preços de maio/68).

7.5 Grupos Líderes:

TRORION — 40%

Pirâmides Brasília — 30%

VULCAN — 30%

7.6 Diretoria:

Juracy Magalhães

Victor Demant

7.7 Informações:

Esse projeto concorreu com a DOW na disputa para a implantação de um projeto na Bahia, para aproveitamento do propeno sobrando da RLAM, em 1968. A POLIAR ganhou a concorrência, em agosto de 1968, porque ia utilizar matéria-prima nacional, era controlada por capital nacional, etc. No fim de sua análise, o GEIQUIM concluiu que, "em face do quadro de demanda provável para o Brasil que a DOW apresentou, admite-se a hipótese de instalação de futura fábrica, possivelmente no Sul do País".

O mercado atual consumidor está tomando por TRORION (55%), Pirâmides (30%) e VULCAN (15%).

Em dezembro de 1968, o projeto foi aprovado no CNP.

Em abril de 1969 a DOW comprou parte (30%) da Pirâmide Brasília e convidou a TRORION e a VULCAN para participarem de seu projeto para São Paulo (Propenasa — que objetivava produzir o mesmo que a POLIAR), minoritariamente (a DOW ficaria com 51%). Assinaram um acordo de princípios, para tomada de decisão final em setembro de 1969. O objetivo da TRORION e da VULCAN, assinando este acordo, seriam ganhar tempo para refazerem-se da compra da Pirâmide Brasília.

Pouco depois, a Union Carbide convida a TRORION e a VULCAN para realocalizarem a POLAR em São Paulo, junto a Cubatão.

No dia 18 de junho de 1969, a DOW entra sozinha com seu projeto para São Paulo (Propenasa), sem avisar os promitentes sócios.

Em 12 de setembro, a TRORION e a VULCAN fecham com Carbide, em Nova Iorque, para realizarem seu projeto, agora em Cubatão. Seis dias após, recebem carta de Carbide dizendo haver negociado o assunto com a alta direção da DOW, pelo que retirava o seu apoio ao projeto da POLIAR.

O GEIQUIM pressiona para que se iniciem as obras na Bahia e, dando as explicações anteriores, a POLIAR consegue um prazo, até 9 de agosto de 1970, para apresentar provas concretas da intenção de realizar a fábrica.

No dia 23 de junho de 1970, a POLIAR afirma que o prazo só se vence a 9 de setembro. Acrescentou que estava em negociações com a BAYER, da Alemanha (que comprou 30% das empresas que controlam a TRORION) e traria esse grupo à Bahia (como trouxe) no dia 28 de julho.

Apurou-se depois que a data correta era 9 de agosto. A POLIAR pediu então mais um ano de prazo para que a BAYER possa decidir-se. O Governador Luiz Viana faz carta ao GEIQUIM, informando que estava acompanhando o problema e não aceitaria que esse projeto saísse da Bahia em nenhuma hipótese.

Inesperadamente, o GEIQUIM concede mais seis meses de prazo à POLIAR (que termina em abril de 1971).

Algo estranho ocorre com esse projeto. Os seus líderes reconhecem que, se eles não fabricarem sua própria matéria-prima, o polipropileno glicol, serão liquidados pela DOW (que, no momento, importa das empresas do grupo no exterior cerca de 60% das necessidades brasileiras do produto), mas não tomam nenhuma medida positiva para a realização do projeto.

8. PETROQUÍMICA DA BAHIA S.A.

8.1 Objetivo: fabricação de DMT (dimetiltereftalato)

8.2 Uso do Produto: produção de poliéster

8.3 Tamanho:

1ª Fase — 30.000t

2ª Fase — 60.000t

8.4 Inversão Estimada: Cr\$ 117.000.000,00 (setembro/1970)

8.5 Grupos Líderes:

Banco da Bahia S.A. (Banco de Investimentos da Bahia S.A.)

Convidados posteriormente:

Noberto Odebrecht

SUPERGASBRÁS

8.6 Diretoria

A mesma do Banco da Bahia não esclarece esse ponto.

8.7 Informações:

Acerca de um ano e meio atrás, o GEIQUIM abriu uma concorrência para produção de DMT no Brasil. Compareceram o Banco da Bahia, a RHODIA e a AMOCO. Na verdade, o Banco da Bahia entrou com um projeto para a implantação de um complexo, visando à produção de aromáticos (BTX) e ainda produção de DMT, TDI e caprolactama. Inversão total: Cr\$ 143.440.000,00 a preços de 1969, para produzir 20.440 toneladas de benzeno, 3.000 toneladas de tolueno, 7.079 toneladas de ortoxileno, 10.200 toneladas de paraxileno; 4.500 toneladas de TDI, 15.000 toneladas de DMT e numa 2ª etapa mais 3.000 toneladas de tolueno, 5.638 toneladas de ortoxileno e 15.000 toneladas de caprolactama. Os outros concorrentes apresentaram projeto unicamente para produção de DMT, mas com tamanhos entre 40.000 e 50.000 toneladas. O GEIQUIM fez a seguinte consideração sobre os projetos:

a) AMOCO — o melhor projeto, mas de capital totalmente estrangeiro, com o agravante de que não se dispunha a investir dinheiro (cobrava 8 milhões de dólares pelo seu próprio *know-how*) e o resto viria dos órgãos de desenvolvimento brasileiro em contrapartida;

b) RHODIA — causadora de enorme deformação do mercado de têxteis brasileiros, com complexo já gigantesco no País; não deveria ser aprovado;

c) Banco da Bahia — projeto mal-estruturado (subdimensionado). Anulou a concorrência (22 de maio de 1970) e abriu nova, só permitindo à AMOCO e ao Banco participarem.

A AMOCO, no entanto, se associou com a RHODIA e entrou com um novo projeto para produção de TPA (ácido tereftálico) que permite melhores custos, mas cujo uso ainda não estaria completamente admitido pelos fabricantes de poliéster. O GEIQUIM distribuiu, então, questionário aos fabricantes, pedindo informar qual dos dois produtos iriam consumir ou consomem nas suas unidades (TPA ou DMT). A maioria optou pelo TPA, inclusive, o que é mais grave, a POLYNOR, do grupo Matarazzo, na Paraíba, porque está justamente na área de influência do projeto da Bahia. Há notícias atuais de que a POLYNOR teria reformulado sua posição e já admite usar o DMT.

Parece haver uma tendência no GEIQUIM no sentido de dar um projeto de 25.000 toneladas a cada concorrente.

9. BAKOLAR — Indústrias Químicas Bakolar S/A

9.1 **Objetivos:** Produção de etilbenzeno, estireno e poliestireno

9.2 Usos do Produto:

etilbenzeno (consumo cativo)

estireno — produção de poliestireno e resinas ABS, fabricação de borracha sintética (25% da composição).

poliestireno — indústria de componentes de geladeira, rádio e televisão, embalagens e recipientes plásticos, peças industriais, brinquedos, espumas rígidas para isolamento, construção civil.

9.3 Tamanho:

33.900t de etilbenzeno

30.000t de estireno

6.000t de poliestireno

9.4 **Inversão Estimada:** Cr\$ 31.250.000,00 (a preços de setembro/70)

9.5 Grupo Líder: BAKOL S/A

Quando a BAKOL foi vendida à DOW, o Sr. Ralp Rosemberg noticiou que as cotas do projeto da BAKOLAR não foram vendidas. Há, no entanto, notícias de que teria havido acordo para a não fabricação na Bahia de poliestireno (a fim de não concorrer com a BAKOL de São Paulo).

9.6 Diretoria

Presidente — Mal. Ademar de Queiroz

9.7 Informações:

O projeto da BAKOLAR foi aprovado pelo GEIQUIM em 22 de maio de 1970 e até agora não se tem notícias de nenhuma medida visando à efetivação de sua implantação. Mesmo antes da ETILAR ou da Central em estudos, a unidade de estireno poderia começar com importação de etilbenzeno.

10. TOLUENO DIISOCIANATO (TDI)

10.1 Uso do Produto: Fabricação de poliuretanos (espumas)

10.2 Informações:

O GEIQUIM abriu concorrência para apresentação de projeto visando à fabricação de TDI (dezembro de 1970) no País. Apresentaram-se quatro grupos: BAYER, DUPONT, DOW e Banco da Bahia/UNIPAR. As notícias iniciais é de que o projeto da DUPONT seria o mais bem cotado para vencer (tamanho: 25.000t). A DUPONT tem bastante interesse nesse projeto em virtude de ele ser consumidor de cloro em grande quantidade, fazendo mercado para sua produção no projeto SAL-GEMA.

O Banco da Bahia (tamanho: 18.000t) teria se associado à UNIPAR, em virtude do interesse deste (a União controla a CQR) em fornecer o cloro desta. A DUPONT quis (e quer) associação com o Banco da Bahia, mas não aceitaria a presença da UNIPAR.

A posição da UNIPAR é estranha, pois, em manifestação anterior ao GEIQUIM, afirmava que via com interesse a aprovação do projeto da BAYER, em São Paulo.

As últimas notícias são de que estaria iminente a aprovação do projeto DUPONT para a Bahia e de outro para São Paulo (BAYER).

A DUPONT já teria mesmo proposto a seguinte distribuição de capital no seu projeto: 40% DUPONT, 40% Petroquisa e 20% Banco da Bahia.

11. FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S.A.

(2ª Etapa: Acrilonitrila)

Nota: A FISIBA está implantando um complexo petroquímico integrado em Camaçari. A parte que está em andamento refere-se à 1ª etapa: fabricação de fibras acrílicas, a partir da polimerização do monômero, que será importado, até que se implante a parte petroquímica (acrilonitrila). A inversão global ascende a Cr\$ 210.000.000,00, sendo Cr\$ 130.000.000,00 atribuída à parte têxtil e Cr\$ 80.000.000,00 à parte petroquímica. Quando totalmente implantado, as matérias-primas serão todas de produção local (exceto alguns catalizadores). As referências abaixo são feitas, no que couber, apenas à parte da produção de acrilonitrila.

11.1 **Objetivo:** produção de acrilonitrila

11.2 **Uso do produto:** fabricação de fibras acrílicas, resinas ABS, etc.

11.3 **Tamanho:** 24.000t

Embora o GEIQUIM só tenha aprovado 15.000t, a FISIBA pedirá ampliação para 24.000t.

11.4 **Inversão estimada:** Cr\$ 80.000.000,00

11.5 **Grupos Líderes:**

Techint/Techem

Banco Cidade de São Paulo (a DOW detém 45% do controle desse Banco)

Grupo baiano

11.6 **Diretoria:**

Brig. Affonso Parreiras Horta

Jorge Tarquínio

Serge Apoteker

Augusto Victorino

Oscar Pontes Filho

11.7 **Informações**

A FISIBA é um dos maiores projetos já aprovados para o Nordeste. A velocidade de sua implantação vem sendo excelente. Recentemente obteve da SUDENE autorização para antecipar a duplicação da parte de fibras. Quando sua parte petroquímica estiver implantada, fornecerá a matéria-prima para a sua

própria produção de fibras, para a RHODIA, em São Paulo, e para o NORACRYL (Matarazzo), na Paraíba.

Este projeto foi bastante assediado pela UNIPAR no sentido de transferi-lo para São Paulo. Engenheiros de ambas as empresas fizeram estudo em comum e concluíram que a melhor localização era mesmo a Bahia. A UNIPAR resolveu, então, entrar com projeto novo, para fabricação da acrilonitrila em São Paulo. O GEIQUIM não aceitou analisá-lo e deu prazo à FISIBA para tomar medidas efetivas, visando à implantação dessa parte do seu projeto. O grupo, então, fechou o contrato de *Know-how* com a Standard Oil of Ohio (SOHIO), dando provas de que pretende executá-lo.

É projeto que merece atenção devido às possíveis manobras da UNIPAR no sentido de forçar a aprovação de projeto concorrente em São Paulo.

12. FAVAB — Fábrica de Vaselinas da Bahia S.A.

12.1 Objetivos: produção de petrolatos (vaselinas)

12.2 Uso dos produtos:

indústria farmacêutica
indústria de cosméticos
lubrificantes especiais

12.3 Tamanho: 2.000 t/ano (praticamente, o mercado brasileiro para 1972/3)

12.4 Inversão Total: Cr\$ 4.200.000,00 (a preços de fevereiro/70)

12.5 Líderes:

Gerácimo Júlio Damulakis
Augusto Victorino Pinho Pereira
Renato dos Santos Ferreira

12.6 Diretoria:

Diretor-Presidente: Gerácimo Júlio Damulakis
Diretor-Financeiro: Augusto Victorino Pinho Pereira
Diretor de Produção: Renato dos Santos Ferreira

12.7 Informações

O projeto tem suas origens em 1962 e desde esse ano vem lutando continuamente contra os interesses de vários grupos estrangeiros e nacionais, que dominam a comercialização dos petrolatos no Brasil.

As dificuldades iniciais foram principalmente na obtenção de *Know-how* adequado. Os detentores dos principais processos são justamente os fornecedores da vaselina consumida no Brasil (que é totalmente importada, pois não existe produção interna) e, por motivos óbvios, negaram-se a negociar o *Know-how*. Após grandes dificuldades, a empresa conseguiu, finalmente, negociar com um fabricante argentino (IPA — Indústria Petrolífera Argentina) a obtenção do *Know-how*, isto já em 1967 (contrato assinado em 1969).

O projeto, atualmente, está em plena implantação e deverá entrar em funcionamento em maio/junho deste ano.

13. CIQUINE — Companhia de Indústria Química do Nordeste S.A.

13.1 Objetivo: produção de anidrido ftálico

13.2 Usos do produto: matéria-prima para plásticos e resinas alquídicas.

13.3 Tamanho:

1ª Etapa — 4.800 t/ano

2ª Etapa — 9.600 t/ano

13.4 Inversão estimada:

1ª Etapa — Cr\$ 11.009.000,00 (a preços de abril de 1966)

2ª Etapa — Cr\$ 5.192.000,00 (a preços de setembro de 1967)

13.5 Grupos Líderes:

CIQUINE Petroquímica

ADELA

SHELL

13.6 Diretoria:

Presidente — Milton Marcelo Ribeiro Coutinho

Vice-Presidente — Nivaldo Burlamaqui Staloni

Vice-Presidente — Lyman Boto Tucker

Diretor-Financeiro — Sebastião Simões Filho

Este projeto já está em funcionamento, há cerca de um ano e meio. Passou por grandes dificuldades iniciais, devido a problemas do mercado, que era controlado por outros produtores. No momento, sua situação é de completa normalidade, vendendo bem toda sua produção.

14. CAPROLACTAMA

O GEIQUIM abriu concorrência (dia 21 de janeiro do corrente ano) para apresentação desse projeto, que é a matéria-prima para produção de nylon (nylon 6). Apresentaram-se os grupos Celso da Rocha Miranda e BASF/Banco da Bahia, ambos para a Bahia. Os dados dos projetos não são completamente conhecidos. Segundo as informações obtidas as indicações básicas são as seguintes:

A. BANCO DA BAHIA

14.1 **Tamanho:** 40.000 t (tamanho mínimo econômico do processo BASF).

14.2 **Inversão estimada:** Cr\$ 300.000.000,00

14.3 **Grupos Líderes:**

Banco da Bahia

BASF (Alemanha)

B. COPEA — Petroquímica de Amidas Ltda.

14.1 **Tamanho:** 25.000 t (1ª etapa)

14.2 **Invenção Estimada:** Cr\$ 145.000.000,00

14.3 **Grupos Líderes:**

Cia. Internacional de Seguros

PROSPEC S.A

Imobiliária Herval

14.4 **Informações**

O grupo da COPEA informa que estudou todos os fornecedores de *know-how* de caprolactama. A análise apontou ser o da TORAY (grupo MITSUI) do Japão, o que melhores condições, no conjunto, reunia (ver as inversões para as escalas de produção). Os japoneses desejam participar acionariamente do empreendimento, mas o grupo líder só aceitou discutir este assunto após a aprovação do projeto, advertindo que não abriria mão do controle majoritário nacional. Nessas negociações, o grupo pretende dobrar ou triplicar o tamanho do projeto, visando à exportação, se os japoneses garantirem a comercialização do produto.

15. POLIBRASIL S.A — Indústria e Comércio

15.1 Objetivo: produção de polipropeno

15.2 Usos do produto: extrudados e moldados de plásticos em geral e fibras têxteis

15.3 Tamanho: aprovado com 15.000 t, solicitou ampliação para 35.000 t

15.4 Inversão estimada: Cr\$ 124.980.169,00 (a preços de setembro/70)

15.5 Grupo Líder: Pronorte — Indústria e Comércio Petroquímica Ltda.

15.6 Diretoria:

Presidente — Dr. Abelardo Coimbra Bueno

Diretor-Superintendente — Nelson Albino Pimentel

Diretor-Financeiro — Augusto Batista Pereira

15.7 Informações

Esse projeto foi aprovado em concorrência aberta pelo GEIQUIM. Participou, também, o grupo FEFFER, de São Paulo. Após sua aprovação, o grupo líder iniciou negociações com a AMOCO, para fornecimento de *know-how* e participação de capital. A PETROQUISA está interessada em associação, mas há uma conceituação geral nos órgãos do Governo de que o grupo líder inicial não disporia de capacidade empresarial adequada para levar avante o empreendimento. Recentemente a UNIPAR concentrou seus esforços no sentido de comprar o projeto e transferi-lo para São Paulo. Criou-se grande celeuma nos meios interessados. A posição dos órgãos do Governo Federal é de admitir modificações no controle acionário, mas não mudança de localização da Bahia.

Recentemente o grupo rompeu as negociações com a AMOCO e iniciou entendimentos com a MITSUI, a qual já aceitou um "acordo de intenção". Também está sendo admitido novo sócio (Ralph Rosemberg).

É necessário a maior vigilância sobre o destino desse projeto.

16. CIQUINE PETROQUIMÍCA S.A.

16.1 Objetivos: fabricação de octanol
fabricação de butanol
fabricação de isobutilaldeído

16.2 Usos do produto:

octanol — 90% para plastificantes e 10% para solventes e emulsões

butanol — solventes de tintas e plastificantes

isobutilaldeído — será queimado (até que algum grupo se interesse em utilizá-lo)

16.3 Tamanho:

20.000 t/ano de octanol

3.840 t/ano de butanol

16.4 Inversão estimada: Cr\$ 42.537.400,00 (janeiro de 1969)

16.5 Grupos Líderes:

Grupo CIQUIENE (30%)

Grupo MITSUBISHI (30%)

PETROQUISA (30%)

Grupo Camargo Correia (10%)

16.6 Diretoria:

Milton Marcelo

Sebastião Simões

Paulo Belotti

16.7 Informações

Esse foi outro projeto ganho para a Bahia, através de concorrência do GEIQUIM, inicialmente só com o grupo CIQUINE. A UNIPAR ameaçou bastante esse projeto, inclusive apresentando outro projeto para implantação em São Paulo (o GEIQUIM não aceitou analisá-lo). É também grande consumidor de propeno (juntamente com FISIBA, POLIBRASIL e POLIAR)

A concretização do acordo entre CIQUINE, PETROQUISA, MITSUBISHI e Camargo Correia consolidou o empreendimento.

17. POLIETILENO BD

17.1 Objetivos: produção de polietileno de baixa densidade (BD)

17.2 Usos do produto:

sacos em geral
filmes em geral
embalagem para alimentos
filmes para uso agrícola
moldados (brinquedos, utensílios domésticos, peças industriais)
revestimentos de fios e cabos elétricos.

17.3 Tamanho:

Existem dos projetos cogitados para a Bahia:

— PETROLEUM — Petroquímica Nacional S.A. — 68.000 t/ano

— RESINTE — Resinas Sintéticas do Nordeste S.A — 64.000 t/ano

17.4 Inversão total:

— PETROLEUM — Cr\$ 170.000.000,00 (a preços de dezembro de 1970)

— RESINTE — Cr\$ 125.000.000,00 (a preços de janeiro de 1970)

17.5 Grupos Líderes:

PETROLEUM — PETROPLASTIC — Indústrias de Artefatos Plásticos Ltda. S. Paulo

RESINTE — ITAP — Indústria Técnica de Artefatos de Plásticos S. Paulo, (no projeto apresentou-se a empresa consultora, pois o grupo líder teme represálias dos produtores paulistas de polietileno).

17.6 Diretoria:

Trata-se de empresas em fase preliminar, praticamente em constituição.

17.7 Informações

Ambos os projetos são liderados por grupos paulistas, grandes consumidores de polietileno. A razão básica da iniciativa, em ambos os casos, parece ter sido o desejo de se tornarem independentes dos produtores sulinos (UNIPAR e Union Carbide), temendo pressões econômicas sobre os respectivos negócios atuais.

O consumo de matéria-prima (etileno) é da ordem de 70.000 t/ano, em cada um dos projetos e, assim, estão inteiramente dependentes da Central, inclusive porque o etileno é de difícil transporte a longa distância (é gás, nas condições normais).

Pelo fato de dispor do *know-how* da ICI, o projeto da PETROLEUM parece apresentar posição vantajosa em relação ao da RESINTE (processo BASF).

O projeto da RESINTE já foi apresentado ao GEIQUIM, desde princípios do ano passado, mas está sem análise, esperando, ao que parece, a definição do problema do pólo baiano. De fato, no estágio atual, está indefinida sua fonte de matéria-prima.

O projeto da PETROLEUM está sendo elaborado, mas já apresentou carta-consulta ao CDI.

Um projeto de polietileno apresenta uma importância muito grande para a viabilidade da Central, face ao seu elevado consumo de eteno.

Segundo as expectativas de demanda brasileira para 1975/76 e levando em conta os projetos já existentes no Sul, só haverá lugar para um dos dois projetos citados, talvez, com uma capacidade um pouco maior que as estipuladas acima.

III — NOTAS SOBRE O PROBLEMA DO CLORO NA BAHIA

Todo o complexo petroquímico necessita de cloro, em abundância. E o Nordeste (Alagoas, Sergipe, Bahia) é quem apresenta as melhores condições para a produção de cloro, devido às suas jazidas de sal-gema. Acontece que toda vez que se fabrica cloro, produz-se soda cáustica (inevitável). Nos países desenvolvidos, existe o sério problema da superprodução da soda cáustica, em virtude da necessidade que eles têm do cloro. Enquanto os preços da soda estão aviltados no mercado internacional (existe *dumping*), os do cloro estão, cada vez, crescendo mais.

No Brasil, a situação é inversa, face ao seu ainda incipiente parque petroquímico. Há, no momento, grande demanda de soda, enquanto o cloro é até lançado fora, pois seu transporte é demasiado oneroso.

O maior comercializador de soda, no Brasil, é a DOW CHEMICAL (cerca de 60% do mercado). Essa empresa, há anos, afirma ter interesse na fabricação de soda-cloro no Brasil. Durante longo tempo prendeu EULUZ em negociações tendentes a protelar a emancipação das importações de soda, de que ela era a principal beneficiária. Buscou associar-se ao grupo nacional com maior probabilidade de obter a jazida. Chegou mesmo a apresentar um projeto à SUDENE, para produzir soda-cloro, com base nas jazidas de sal-gema de Itaparica. Essas jazidas pertenciam, inicialmente, à CQR, que as cedeu à DOW, em negócios que envolviam uma "opção de compra" de seu controle acionário (a CQR é deficitária).

A DOW se dispôs, então, a pesquisar essas jazidas: contratou sondagens com a PETROBRÁS (embora seu preço fosse mais alto que os dos outros proponentes), contratou um geólogo, um analista, etc., de sorte que não existe um responsável pelo parecer sobre a viabilidade da exploração. E o "plano" de pesquisa constou, apenas, de um único furo (dado a cerca de 1 Km de onde a PETROBRÁS encontrou, anteriormente, o sal-gema). E, após, abandonou a pesquisa "por não haver encontrado sal-gema". Mas não abandonou a concessão, cujo prazo venceu e ela pediu renovação por mais 2 anos.

A partir daí, passou a interessar-se pelas jazidas de potássio de Sergipe, sendo, no entanto, rechaçada pelo Ministro das Minas e Energia, com a informação que a exploração das mesmas seria dada a grupos nacionais.

Nesse ínterim, apresentou projeto para a produção de magnésio metálico, em Aratu, contemplando a importação de 86.000 t/ano de óxido de magnésio, como matéria-prima.

É sabido que o mineral de potássio em Sergipe vem associado com um outro (taquidrita) que é fonte de magnésio e também com sal-gema.

O desejo de fazer o projeto de magnésio na Bahia, cumpre, assim, a função de colocar a empresa em boas condições de barganha para disputar uma posição nas jazidas de Sergipe e, ao mesmo tempo, obter a sal-gema praticamente a custo zero, já que seria subproduto da exploração dos outros minerais. Com isso, poderia a DOW, praticamente, liquidar com o projeto da SAL-GEMA (grupos Eivaldo Luz e DUPONT), controlar o magnésio e, quiçá, o potássio. Aí, certamente, ela não se interessaria mais pelas jazidas de sal-gema da Bahia. Mas desenvolveria uma indústria de cloro-soda em Sergipe ou na Bahia o que seria uma arma importante para o controle do complexo petroquímico baiano.

ANEXO VI

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1972

Ao Exm^o Sr.
Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Ministro da Indústria e do Comércio

Senhor Ministro,

Atendendo recomendação recebida do Governo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, a PETROQUISA, por sua subsidiária Petroquímica do Nordeste Ltda. — COPENE, está promovendo o planejamento da Central Petroquímica da Bahia em estreita colaboração com o Conselho de Desenvolvimento Industrial, cujo representante, o economista Arthur Candal, participa da Diretoria da COPENE por indicação de V. Ex^a

2. Dentro das atribuições que lhe foram cometidas, a COPENE vem realizando diversas atividades relacionadas com o desenvolvimento do complexo petroquímico em causa, tais como o estudo e projeção do mercado, a fixação preliminar da capacidade das instalações, a seleção e otimização das matérias-primas disponíveis, a localização das unidades e os estudos de viabilidade econômica do projeto global, inclusive dos principais produtos de segunda geração.

3. Tais atividades foram desenvolvidas paralelamente à coordenação final dos trabalhos do Instituto Francês de Petróleo, ao assessoramento técnico à Missão do Japan Consulting Institute, especialmente contratada pela COPENE e aos estudos de localização realizada pelo Grupo de Trabalho misto PETROBRÁS-PETROQUISA criado com a finalidade de selecionar o local mais adequado para a implantação do Conjunto Petroquímico objeto do planejamento.

4. Os resultados obtidos dos estudos acima mencionados, ao lado de relevantes subsídios a serem utilizados no decorrer da implantação do Complexo, contém conclusões de interesse imediato e de grande importância para a continuidade dos trabalhos.

5. As pesquisas de mercado e os balanços de material mostram que importantes déficits ocorrerão no País, se novas facilidades para a produção de

olefinas e aromáticos não estiverem funcionando na segunda metade da presente década.

6. Por outro lado, os estudos realizados indicam que em termos de matérias-primas, abastecimento de água, suprimento de utilidades e outras facilidades industriais, a Bahia apresenta condições satisfatórias para a implantação de um Complexo Petroquímico integrado, de escala de produção de nível internacional.

7. Quanto à área para a localização das unidades industriais, os trabalhos de seleção de terreno estão concluídos e mostram que a região de Camaçari apresenta as melhores condições econômicas para a instalação do Complexo.

8. Para atingir, entretanto, os níveis econômicos desejados, o núcleo do Complexo deverá ser necessariamente constituído, além de uma Central de Matérias-Primas, também de uma Central Produtora de Utilidades e de uma Central de Serviços.

9. Nesse sentido, diversos estudos foram realizados com o objetivo de planejar a instalação de uma Central de Utilidades, modulada de tal forma que pudesse ser construída por etapas, a fim de acompanhar a própria evolução do complexo, cujas unidades usuárias de aromáticos, consoante orientação governamental proposta por V. Ex^a, deverão anteceder, na Bahia, àquelas usuárias de olefinas.

10. Em suma, os estudos e análises já procedidos com vista à implantação de um núcleo de indústrias petroquímicas na Bahia indicam que tal iniciativa apresenta possibilidades de sucesso econômico se efetivada dentro de diretrizes técnico-econômicas adequadas e uma cronologia compatível com a expansão do mercado interno.

11. A orientação estabelecida pelo Governo sobre a matéria, consubstanciada na organização da COPENE e na aprovação de projetos específicos, criou um clima de confiança no meio empresarial ligado ao assunto que, até o momento, permite antever o sucesso do programa.

12. De fato, os projetos de TDI, DMT e Caprolactama estão em desenvolvimento e, certamente, estarão em operação antes da própria Central de Matérias-Primas. Paralelamente aos projetos acima citados, deverão ser implantados em Camaçari, na mesma época, os projetos de fabricação de metanol (METANOR), formaldeído (COPENOR) e acrilonitrila (FISIBA) e, ainda, provavelmente as novas unidades de amônia e uréia da PETROQUISA.

13. A implantação harmoniosa desse conjunto de projetos, dentro da orientação de economicidade que vem prevalecendo no planejamento do conjunto, está a exigir, de imediato, definições quanto ao terreno onde serão instaladas a produção de matérias-primas básicas e a central de utilidades e de serviços, sob pena de prejudicar o equacionamento imaginado para o Complexo.

14. Assim, dentro da diretriz que presidiu o programa e tendo em conta as atividades e interesses da PETROBRÁS naquela área, julgamos que a PETROQUISA, diretamente ou através da COPENE, está em condições de desencadear as medidas concretas para a execução inicial do Complexo, quais sejam as providências para a aquisição do terreno e a instalação do primeiro estágio da Central de Utilidades, dado que a implantação do conjunto inicial de projetos deverá anteceder a própria existência da central de matérias-primas.

15. No caso em apreço a PETROQUISA ou a COPENE agiriam apenas como iniciadoras do processo, sem prejuízo de que o planejamento do Complexo continue a ser conduzido dentro do esquema empresarial previsto para a operação definitiva do empreendimento, o qual contempla a co-participação dos usuários nas centrais de matérias-primas, de utilidades e de serviços.

16. Desse modo, ao levar ao conhecimento de V. Ex^a o estágio de desenvolvimento dos trabalhos confiados à COPENE, ressaltando a necessidade de iniciar providências de ordem executiva em face da própria cronologia de implantação das unidades do Complexo, propomo-nos a assumir o encargo de desencadear as medidas iniciais necessárias, caso essa linha de ação esteja em conformidade com a orientação do Governo Federal, relativamente ao desenvolvimento industrial em apreço.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Ex^a os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, *Ernesto Geisel*, Presidente.